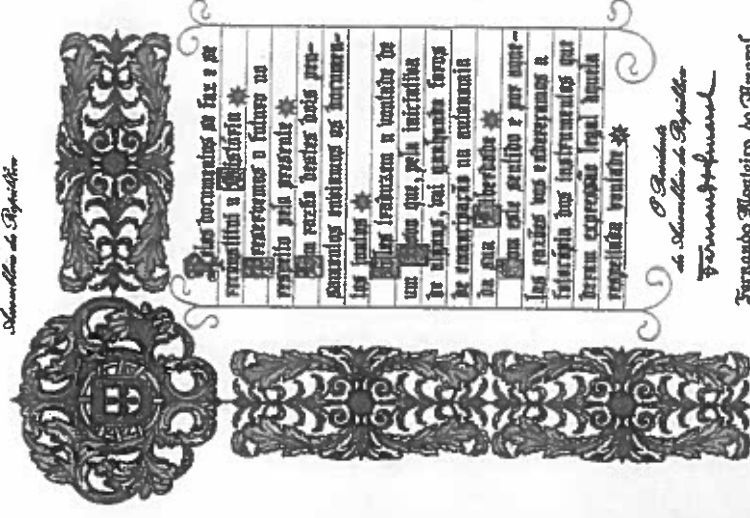


Historial da Região da

Freguesia da Sado

1993

Junta de Freguesia da Sado



Plas documentos de fax e de
respostas a *Junta de Freguesia* *
respostas a *Junta de Freguesia* na
resposta pela *Junta de Freguesia* *
Em razão destes dois pro-
cedimentos existentes os *documentos*
los *documentos* *
Os *documentos* e *documentos* de
um *documento* que, pela *Junta de Freguesia*
de *documentos*, foi *documentos* *documentos*
de *documentos* na *Junta de Freguesia*
de *documentos* *documentos* *
Em *documentos* e *documentos* *documentos*
los *documentos* *documentos* e
inscrição dos *documentos* que
deram *documentos* *documentos* *documentos*
respostas *documentos* *
O *Junta de Freguesia*
de *Junta de Freguesia*
Fernando *documentos*

Fernando Monteiro do Amaral

Junta de Freguesia da Sado
Cancelho de Setúbal

Zona Industrial e Salineira



*Historial da Região
da
Freguesia do Sado
1993*

*Junta de Freguesia do Sado
Concelho de Setúbal*

Ficha Técnica:

Título: Historial da Região da Freguesia do Sado

Edição: Junta de Freguesia do Sado

Autores: António Rafael Carvalho; Eusébio Candéias; Jorge Santos;

M^{te} Celeste Gato

Capa: JS - Gabinete de Comunicação

Fotografia: JS - Gabinete de Comunicação

Desenho: António Rafael Carvalho

Data: Outubro/93

Comp. Imp. e Acabamento: REGISET - Artes Gráficas, Lda.

Estrada Baixa de Palmela - Q^{ta}. Gonçalo José

Apartado 401 - 2900 Setúbal

Tel. (065) 551407/(01) 2330059 • Fax: (065) 551453

Tiragem: 5 000 Exemplares - Distribuição Gratuita

Nº Registo Biblioteca Nacional: 72184/93

Introdução

Assumindo desde a sua criação a preocupação pela cultura e história local, a Junta de Freguesia do Sado, avançou com um projecto de investigação e de animação cultural, que prontamente teve boa recepção pelos agentes culturais e sociais que existem na nossa terra.

Desde sempre a Junta de Freguesia sentiu a necessidade de elaborar um documento, que transmitisse aos seus munícipes, as suas raízes e a construção do presente. Por parte da população sentiam-se essas necessidades de ordem cultural sobre a sua terra.

Composta por populações vindas, principalmente, da Beira Baixa e do Sul, portadoras de tradições culturais diferentes, a Freguesia do Sado foi sendo enriquecida por todos esses contributos, no investimento que a população tem feito nas suas associações culturais e recreativas.

Foi a pensar em todos e em especial na população escolar, que nasceu esta obra colectiva, a primeira referente à nossa Freguesia, como queremos realçar.

Várias foram as dificuldades sentidas ao longo do trabalho. A inexistência de Património Histórico, reconhecido como tal e a recente dinâmica de povoamento e desenvolvimento desta Freguesia do Concelho de Setúbal, foram factores que a nosso ver, desmotivaram ou desviaram uma atenção mais atenta dos investigadores da nossa região. A questão que tinha ficado, era se a nossa Freguesia tinha alguma História?!

JUNTA DE FREGUESIA DO SADO

A nossa investigação provou o contrário. De facto, os mais antigos vestígios de povoamento na nossa Freguesia, remontam ao Período Neolítico há perto de 5.000 anos e foram encontrados no Faralhão.

Esses elementos foram apresentados à comunidade científica em 1987, no I Encontro de Arqueologia Regional de Almada, que decorreu no respectivo Museu Municipal. Apresentaram essa comunicação, dois de nós (ARC e VMS). Por motivos de vária ordem, nunca foram publicadas as actas referentes a esse encontro. Por se tratar dos vestígios arqueológicos mais antigos da nossa terra, decidimos aproveitar esta oportunidade para publicar o referido trabalho, adaptando-o de forma a se enquadrar nesta Monografia.

Reconhecemos que na nossa região ainda há mais investigação por fazer, na arqueologia e na documentação histórica. Por outro lado, a escassez de monumentos e de locais arqueológicos não é sinónimo de marginalização económica deste sector do Estuário do Sado.

O nosso estudo, se bem que preliminar irá demonstrar que houve razões de ordem política e económica que impediram um maior desenvolvimento, assim como, toda esta região foi de vital importância para a Península de Setúbal.

Nesta perspectiva, tentámos compreender a dinâmica histórica da nossa Freguesia, inserida no Baixo Sado.

A análise diferenciada dos vários períodos históricos, para além dos mais variados factores, revelam o tratamento desigual do nosso passado, por parte de colegas nossos.

A finalizar, queremos que este trabalho seja encarado como uma abordagem preliminar ao nosso passado, no qual privilegiámos um tratamento de informação vocacionado para a nossa população escolar.

Esperamos ter alcançado os objectivos propostos. - Aguardamos as vossas críticas e toda a vossa futura colaboração será bem vinda.

Não quisemos dizer que a nível de história, a história do Faralhão é mais importante do que a de Praias-Sado, ou vice-versa. Contudo, na elaboração do nosso estudo tivemos mais informação em relação a uma do que em relação à outra.

I Parte

1.1. Enquadramento Geográfico da Freguesia do Sado

António Rafael Carvalho

Os limites da nova freguesia, são definidos por uma linha que parte a nascente do limite do concelho e segue pelo canal de Águas de Moura, canal da Vaia e estrada municipal nº 356-1ª, seguindo depois para sul até à linha do caminho de ferro, acompanhando esta linha até ao apeadeiro de passageiros do mesmo caminho de ferro, em Praias do Sado, retomando para sul a estrada municipal nº 356-1ª até ao cruzamento da Graça e estuário do Sado.

Jovem unidade administrativa do concelho de Setúbal a sua função como freguesia nasceu da necessidade de se estruturar correctamente a Freguesia de S. Sebastião, até então, possuindo graves assimetrias de várias ordens.

Presentemente a nossa Freguesia é constituída por dois núcleos urbanos diferenciados, Praias-Sado e Faralhão, rodeados por manchas de povoamento disperso. A grande mancha verde ainda existente, fica, curiosamente, na grande mancha industrial da Freguesia, a Península de Mitrena.

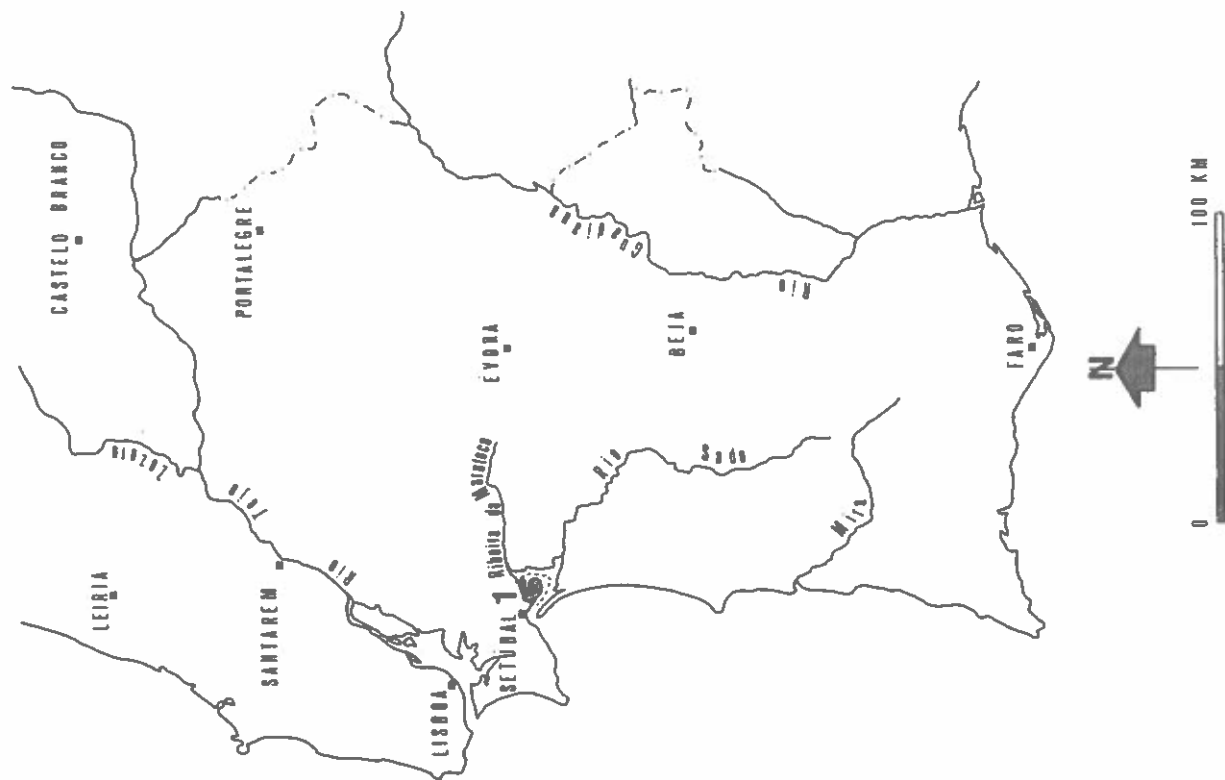


Fig. 1 - Localização da Freguesia do Sado (Concelho de Setúbal)

Na Freguesia predominam as colinas, os vales amplos e os sapais. Trata-se de um tipo de terreno, que sugere modificações geológicas muito recentes, do tipo abaixamento, em relação ao nível do mar. A colina mais elevada, 26 metros, localizada na Mitrena.

Toda esta zona pertence à bacia hidrográfica da ribeira da Marateca, afluente do rio Sado. Os acidentes geográficos mais marcantes, a sua costa muito recortada, quase que divide a Freguesia em duas partes a zona do Faralhão e a zona de Mitrena, separadas entre si pelo esteiro das Praias. Por sua vez o Faralhão separa-se da região de Gâmbia pelo esteiro das Vaías.

O clima caracteriza-se por um Inverno moderado e um Verão quente. Assim, para a média do mês mais frio, a temperatura varia de 4° a 6°, enquanto que no mês mais quente a variação situa-se entre 29° e 32°.

Quanto à precipitação anual, ela varia de 500 a 650 mm, enquanto que a média dos dias de chuva por ano, oscila entre 70 a 80 dias, o que comparado com outras zonas do país, poderemos considerar como seca.

Antes da ocupação humana intensa nesta segunda metade do séc. XX, predominava nesta região um tipo de vegetação denominada de atlante-mediterrânea-submediterrânea, caracterizada, em grosso modo, por uma associação de zambujeiros, pinheiros bravos e mansos, assim como carvalhos lusitanos e sobreiros.

Da cobertura vegetal nativa só restam algumas escassas manchas, junto a esteiros.

A elevada pressão demográfica sentida ultimamente, foi substituindo o manto botânico original, por um outro de espécies vegetais de exploração económica. Desse grupo poderemos referir as laranjeiras, os pessegueiros e os eucaliptos, estes últimos mais concentrados em Mitrena. Também predominam as pequenas hortas.

Mais uma vez, na península de Mitrena sobrevivem espécies, entre as quais perdizes, as rolas, as graças brancas e cinzentas, os patos bravos, as galinhas de águas, os alfaíates, os maçaricos, os pombos mansos, falcão, peneireiro, águia sapeira, as lebres, os coelhos e raríssimos texugos e raposas.

A zona da Mitrena, mais propriamente, as salinas e os sapais, é rica em avifauna, principalmente no inverno, pois grande número de aves afluem para esta zona, nesta altura do ano no intuito de se protegerem dos invernos mais rigorosos no norte da Europa.

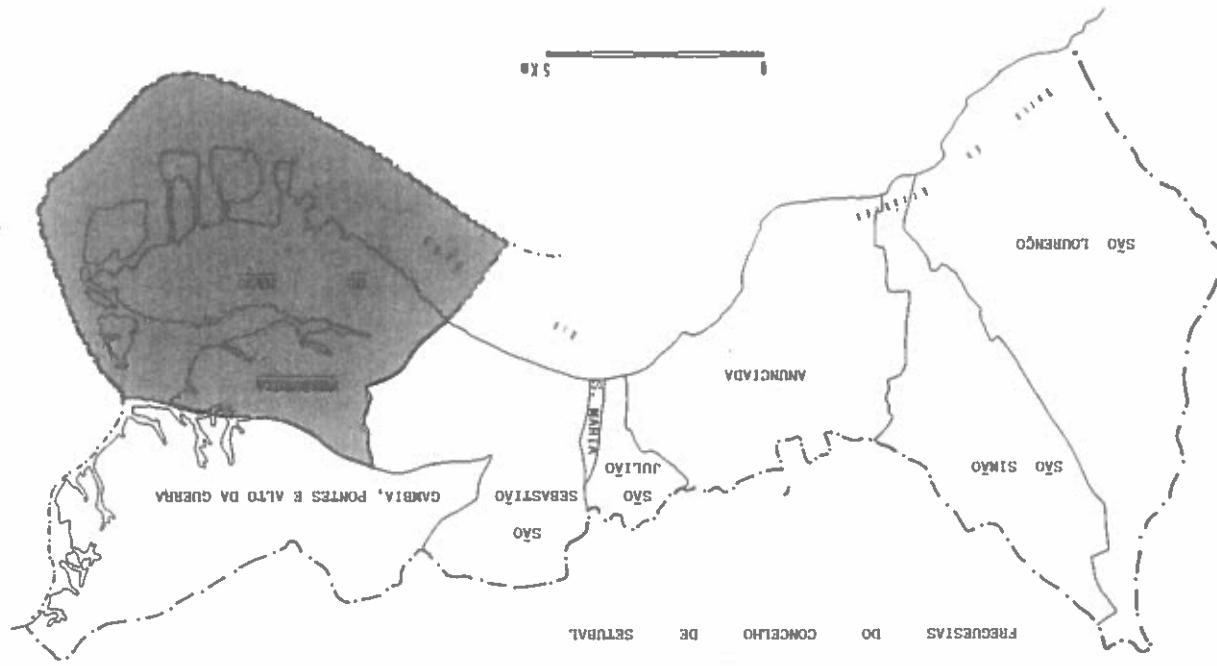


Fig. 2 - Freguesias do Concelho de Setúbal

1.2. Novos dados para o conhecimento do Neolítico do Estuário do Rio Sado*

António Rafael Carvalho
Vitor Manuel Santos

Introdução

É intenção desta notícia, dar a conhecer a existência de uma povoação do neolítico na região do Faralhão, assim como de outros núcleos de ocupação cronologicamente similar, que forneceram algum espólio lítico.

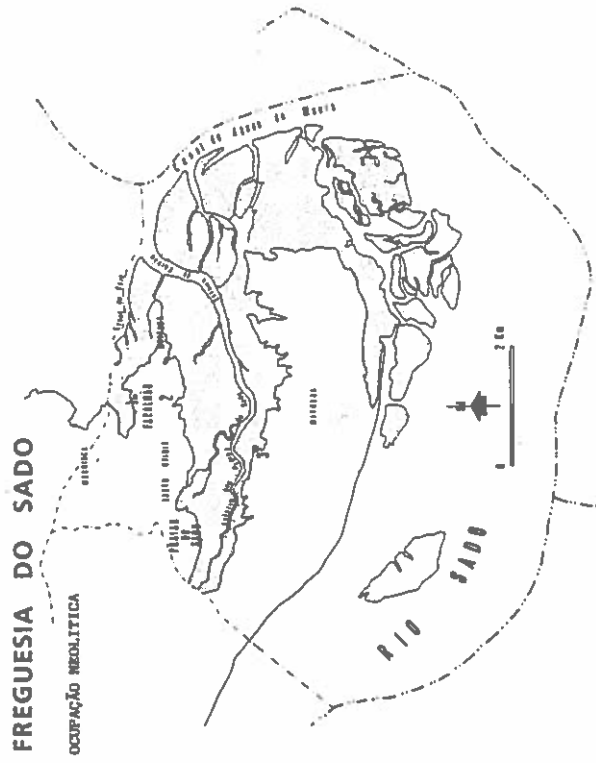
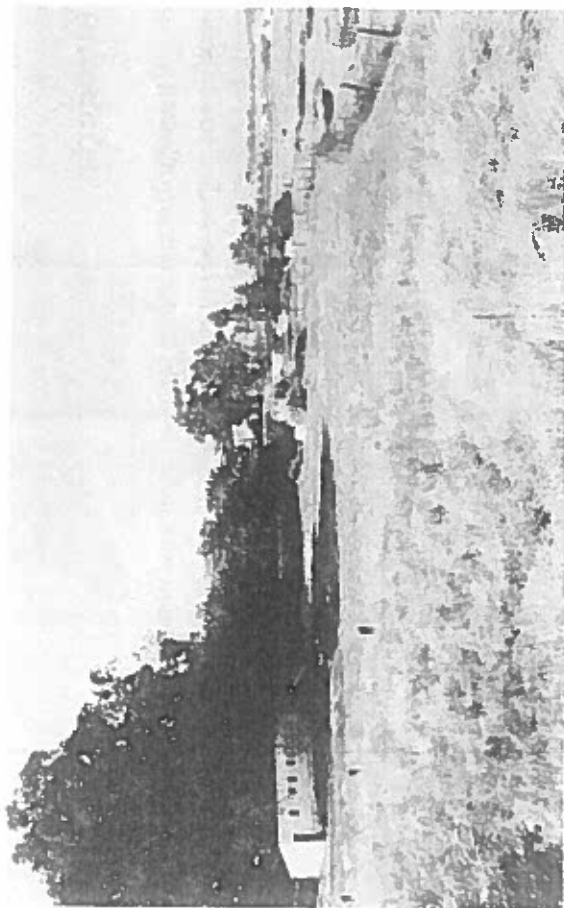


Fig. 3 - 1. Povoado Neolítico do Faralhão. 2. Achado Solto, enxó da Fig. 7. 3. Possível Ocupação Neolítica de Stº. António, Lugar da Antiga Ermida de Stº. Catarina

* Foi apresentado no I Encontro de Arqueologia Regional de Almada, em 1987.

Em 1983, no decurso de prospecções sistemáticas realizadas na Península do Faralhão, foi assinalado por um de nós (ARC), vestígios de ocupação humana, que pela tipologia do espólio recolhido à superfície, pareceu indicar como sendo do neolítico. Uma visita posterior ao local, conjuntamente com Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, vieram confirmar essa datação, facto que agradecemos.



Povoado Neolítico do Faralhão

O arqueossítio localiza-se na margem Norte da Península do Faralhão, sendo definido pelas coordenadas X=413 e Y=733 (CMP, folha nº455, 1:25 000, 1971), encontrando-se implantado no cimo de um possível terraço fluvial aplanado, de altitude média, 11m.

Situado na Freguesia do Sado, do concelho de Setúbal; tomando como ponto de referência a Escola Primária do Faralhão, a jazida arqueológica fica em linha recta, 875m para Nordeste, sendo facilmente identificada na paisagem, pela única mancha de eucaliptos que existe na área. Os restos de cerâmica neolítica espalham-se por uma área de 400m².

Na região Sul da Península, a região planáltica começa a mostrar-se, bastante erodida, dando lugar a amplos vales, secos durante a maior parte do

ano. A base geológica do Faralhão é constituída pelas argilas avermelhadas do Pliocénico do Complexo Grosso-Argiloso de Algeruz e do Monte do Pinheiro (Zbyszewski et ali, 1972). O topo do terraço fluvial encontra-se coberto por uma fina camada de areia esbranquiçada. Os amplos vales de drenagem da península foram escavados nas argilas do Poliocénico. As regiões de contacto entre as zonas terminais dos vales com o estuário, estão quase todas preenchidas por depósitos delgados de areia esbranquiçada.

Espólio lítico

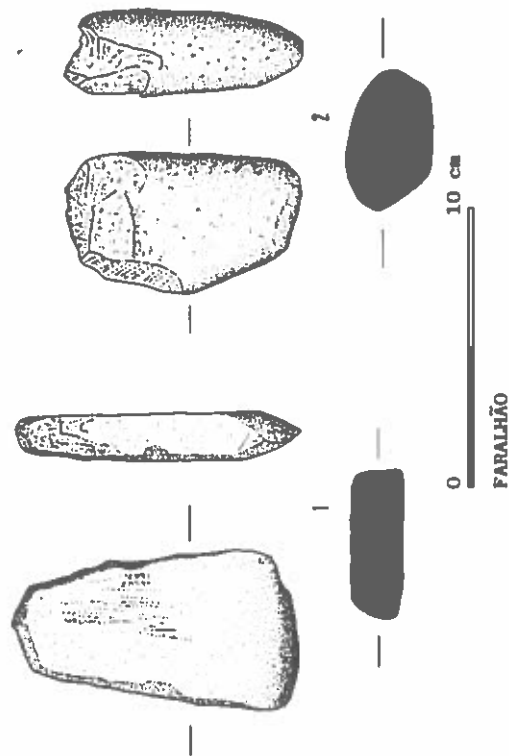


Fig. 4

Enxó, apresenta um controno subrectangular. Bordos convexos, talão arredondado, muito aguçado. Flanco superior irregular ligeiramente polido; flanco inferior irregular, ligeiramente polido. Extremidade distal ligeiramente convexa; fio do gume convexo e ligeiramente assimétrico e regular. Secção transversal rectangular. Polimento no gume; flancos com zonas sem polimento. Gume afiado apresentado de utilização e uma área bastante danificada. Rocha de natureza metamórfica, de cores esverdeada, muito escura intercalada por muitas intrusões minerais de cor amarelada.

Comp. máximo - 106,5 mm; Larg. máxima - 59 mm; Esp. máxima - 17 mm

Peça nº 1 da fig. nº 4

Fragmento de um possível machado, bastante danificado impedindo uma melhor análise tipológica. A secção transversal parece ser ovalóide; o talão ligeiramente picotado; ambos os flancos apresentam-se picotados e levemente polidos; gume bastante destruído e esplanado, supondo um aproveitamento como percutor. Rocha de cor amarelo escuro.

Comp. máximo - 86,5 mm; Larg. máxima - 50 mm; Esp. máxima - 31 mm

Peça nº 2 da fig. nº 4

Espólio cerâmico

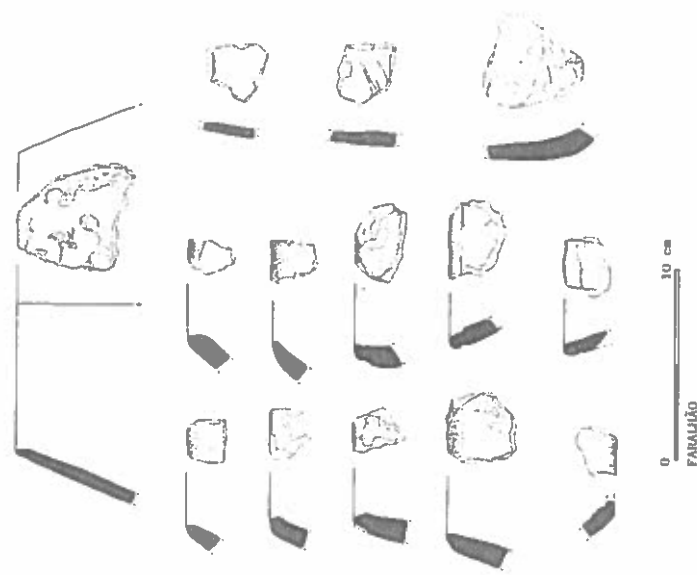


Fig. 5

Foram recolhidos 114 fragmentos de cerâmica, dispersos pela área prospectada. Só 4 fragmentos mostraram indícios de rolamento. Estão presentes 19 fragmentos de cerâmica com bordo, todos com ausência de decoração. A pasta é, em geral, pouco compacta; à lupa, as fraturas mostram-se muito irregulares, de aspecto esponjoso, com numerosos elementos não plásticos de

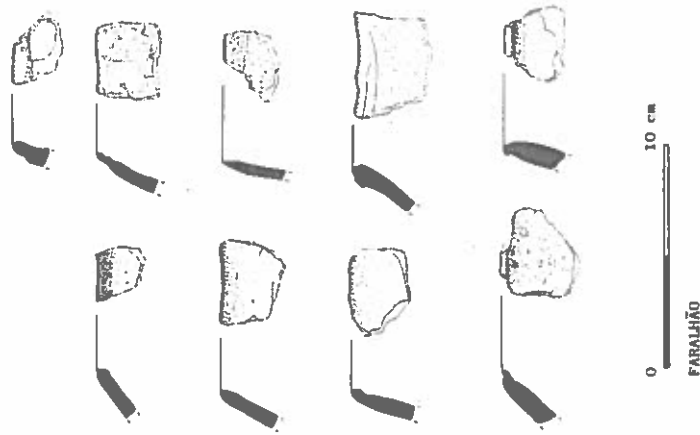
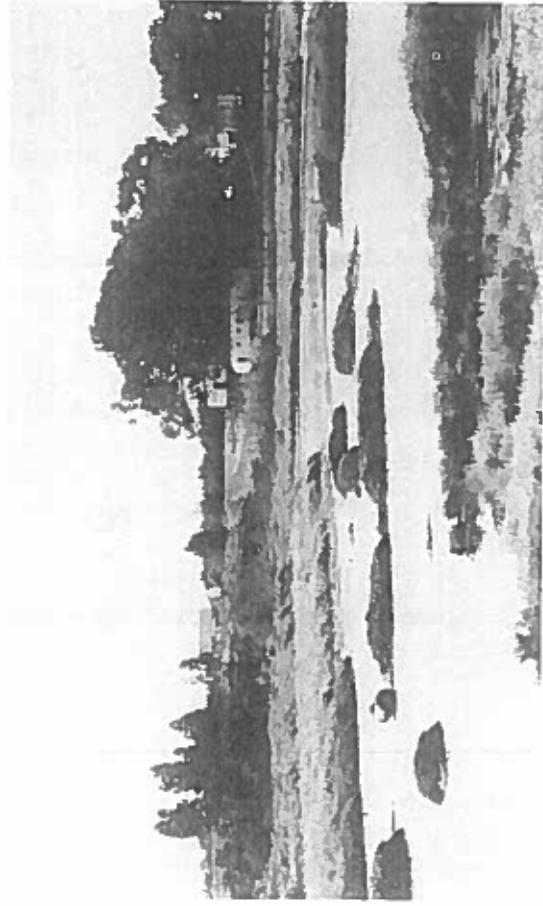


Fig. 6

quartzo, na sua maioria sub-angulosos e subrolados. Quanto à cor, 87 fragmentos apresentam uma superfície extrema avermelhada, com tendência para os tons, claros-amarelos-avermelhado. A cor escura aparece em 19 exemplares, sendo 9 os que apresentam uma cor amarelo escuro. Quanto às facturas, 8 fragmentos possuem ambas as zonas superficiais avermelhadas e a zona intermédia acinzentada. Para os de zona superficial externa avermelhada e zona superficial interna escura são 29 os exemplares. Os que representam toda a pasta avermelhada, são 50, sendo 18 os que apresentam toda a pasta

acinzentada. Para as superfícies externa escura e zona interna avermelhada, existem 10 exemplares. São 50 os exemplares que mostram uma superfície bem alisada, sendo 64 os exemplares que mostram uma superfície rugosa.



Povoado Neolítico do Faralhão

Achado solto

Possível enxó, recolhida num dos amplos vales escavados na península do Faralhão, a Sul do povoado atrás analisado.

Contorno geral quase piramidal alongado. Bordos facetados, quase a direito e ligeiramente convexos. Talão arredondado e flancos convexos. A proximidade distal apresenta-se quase em ângulo recto e o seu bisel é convexo simétrico. A secção transversal é ovalda. O polimento no talão encontra-se ligeiramente destruído. O gume foi destruído e posteriormente aplanado. Esta peça sugere ter sido posteriormente usada como percutor. Rocha cinzentada e tenuante esbranquiçada.

Comp. máximo - 95 mm; Larg. máxima - 46 mm; Esp. máxima - 26 mm

Fig. nº 7

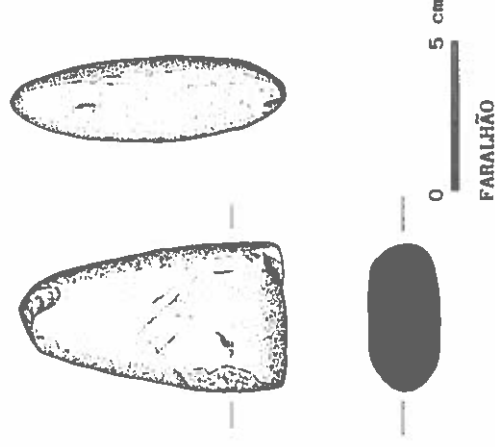


Fig. 7

Península da Mitrena (Freguesia do Sado) Ocupação Pré-Histórica de St. António/Mitrena

No dia 15 de Setembro de 93, um de nós, António Rafael Carvalho, em companhia do Presidente da Junta de Freguesia do Sado, Eusébio Manuel Candeias e de Jorge Fernando Santos, deslocámo-nos ao local de St. António, a fim de analisar, em detalhe, os restos de uma ermida. (ver adiante, em 3.5.1)

O arqueossítio localiza-se na península da Mitrena (ver fig. nº 3), num terreno de areias brancas, junto ao sapal do esteiro de Praias do Sado. À superfície, no terreno lavrado, aparecem bastantes fragmentos de cerâmica, do séc. XVII (Faianças), assim como outras vidradas e comuns, de cronologia posterior. Uma análise mais detalhada, permitiu-nos a recolha de alguns fragmentos de cerâmicas pré-históricas.

São cerâmicas, de pasta grosseira, ricas em grãos de quartzo, feitas à mão.

Apresentam algumas semelhanças com as cerâmicas neolíticas do Faralhão; contudo, os dados ainda escassos, não nos permitem enquadrá-las nesse período cronológico. Contamos analisar melhor o local, em breve.

Região das Pontes (Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra/Setúbal)

Enquadramento geográfico

O espólio lítico que provém desta área, foi recolhido pela população que habita a região. A grande urbanização desta área não só alterou a fisionomia da paisagem como também procedeu à substituição de alguns sectores de áreas brancas da região, substituída por terra importada do Alentejo.

Temos conhecimento de um caso semelhante que ocorreu junto à Morgada/Faralhão.

A geologia desta região é, no seu todo, idêntica à estrutura atrás descrita para a península do Faralhão. Realce-se o facto de a linha de água, que desagua a Sul desta área (próxima da estação de comboio da Mourisca), conseguir isolar na paisagem, formas bem conservadas de um terraco fluvial (11m), que para Norte perde a sua identidade, por se encontrar bastante erodido por vários fios de água ocasionais.

Pontes I

Peça lítica com dimensões pouco vulgares, sendo uma possível enxó. O contorno geral apresenta-se ovalado e alongado. Um dos bordos apresenta-se bastante convexo, enquanto o outro se apresenta quase direito. O talão é arredondado e quase pontegudo. Ambos os flancos são convexos. A extremidade distal é em bisel convexo e ligeiramente simétrico; fio do gume convexo e ligeiramente simétrico. Secção transversal ovalada.

A peça apresenta um bom polimento em toda a sua extensão. O gume apresenta-se bem afiado, com possíveis estrias de utilização. Rocha cinzenta clara.

Comp. máximo - 325 mm; Larg. máxima - 48 mm; Esp. máxima - 53 mm.

Fig. nº 8

Possível enxó em pedra polida. Contorno geral lembrando um trapézio, se bem que a sua extremidade distal seja arredondada. Um dos bordos

apresenta-se convexo e o outro direito, com ténues curvaturas para dentro. O talão encontra-se quase direito e pontiagudo. Ambos os flancos são convexos. Extremidade distal em bisel convexo e ligeiramente assimétrico; fio do gume convexo e ligeiramente assimétrico. Secção transversal lembrando um cubo. Polimento no gume, no talão e nos bordos; um dos talões possui zonas de possível erosão química. O polimento do bisel apresenta-se destruído, sendo o gume pouco afiado, encontrando-se possíveis estrias de utilização.

Rocha de cor acinzentada escura.

Comp. máximo - 155 mm; Larg. máxima - 44 mm; Esp. máxima - 43 mm.

Fig. nº 9

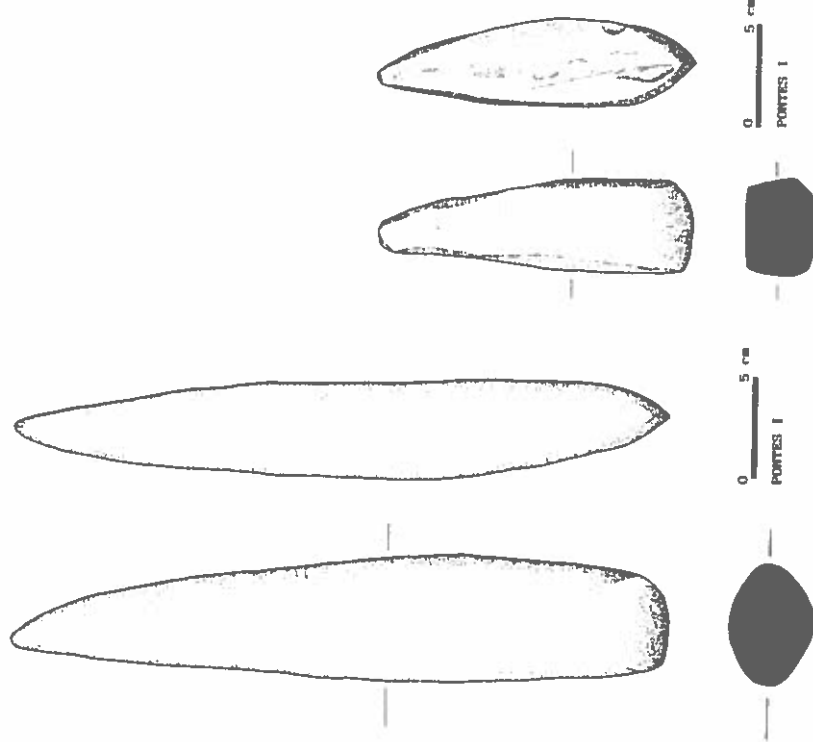


Fig. 8

Fig. 9

Pontes II

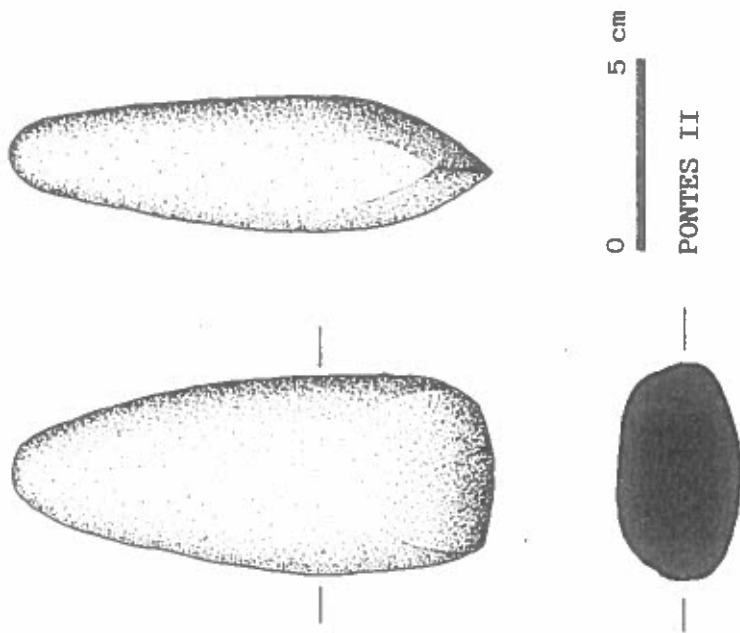


Fig. 10

Possível enxada em pedra polida. contorno geral ovalado alongado. Ambos os bordos são convexos. Extremidade distal em bisel convexo e simétrico; fio do gume convexo e simétrico. Secção transversal ovalada. O polimento cobre toda a superfície da peça lítica. Algumas zonas danificadas, poderão ter sido a quando da sua descoberta. Gume afiado, o qual parece não apresentar estrias de utilização. Rocha cinzento claro.

Comp. máximo - 118 mm; Larg. máxima - 50 mm; Esp. máxima - 47 mm.

Fig. nº 10

Área do Carvalhal (Freguesia do Carvalhal/Grândola) Enquadramento Geográfico

O Carvalhal pertence ao concelho de Grândola e fica situado a Sul do Estuário do Sado. Pertence à Freguesia do Carvalhal.

A peça de pedra polida (Fig. nº 10) veio deste local, tendo sido recolhida num fundo de uma cabana actual, de canas.

Informações recolhidas na povoação do Carvalhal, indicaram-nos a existência de mais espólio lítico, infelizmente utilizado como auletos de protecção às trovoadas, nos caboucos das casas, pelas propriedades profiláticas atribuídas a estas pedras.

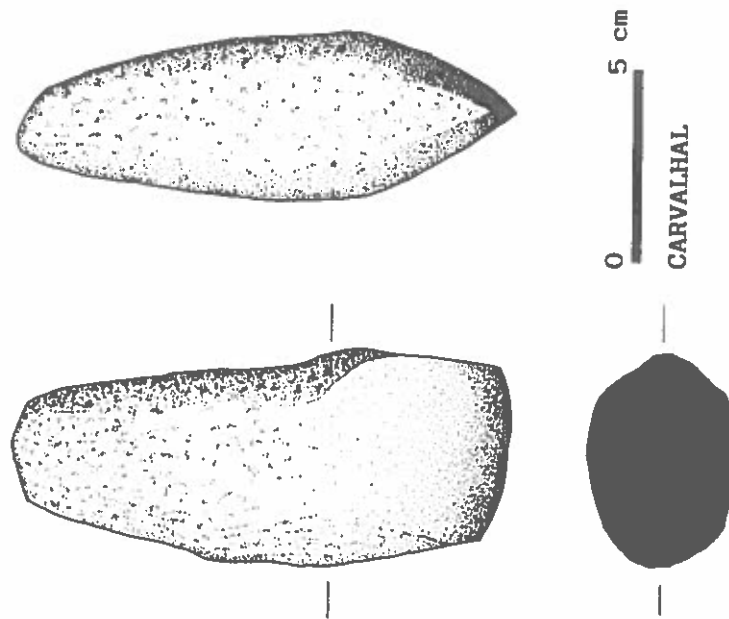


Fig. 11

É possível que os povoados neolíticos se situassem em lagoas abertas à influência directa do oceano. A existência de turfa, parece indicar um paleo-ambiente semelhante, em pequena escala, ao do actual estuário do Sado.

Carvalhal

Possível enxó. Contorno geral ovalado. Num dos bordos é convexo, o outro é semi-convexo e direito. Talão bastante convexo. Ambos os flancos são convexos. Extremidade distal em bisel duplo convexo e ligeiramente simétrico. Secção transversal ovalada. Polimento no gume e em ambos os biseis. O talão, os bordos e os flancos apresentam-se picotados. O gume encontra-se afiado, com estrias de utilização. Rocha de cor esverdeada escura.

Comp. máximo - 127 mm; Larg. máxima - 51 mm; Esp. máxima - 47 mm.

Fig. nº 11

1.3. Elementos para a História da região da Freguesia do Sado, desde o Neolítico, até ao séc. XIX

António Rafael de Carvalhal

1.3.1. Alguns aspectos económicos e sociais das populações Neolíticas

Graças aos trabalhos de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, temos actualmente um bom conjunto de dados a neolitização do estuário do Sado, em especial na sua margem esquerda, na Comporta. (Alcácer do Sal)

Segundo esses autores, a economia das populações neolíticas baseava-se na caça, na pesca e na recolha, produzindo alimentos em escala modesta.

A estratégia de povoamento, em zonas planas, aproximava-as da tradição Mesolítica de povoamento.

Durante a neolitização, são conhecidos pela primeira vez, recipientes em cerâmica e utensílios em pedra polida, sendo mantida a técnica do talhe de sílex.

No estuário, as ocupações melhor conhecidas, localizam-se na região da Comporta (concelho de Alcácer do Sal). São elas; o Pontal, o Sapalinho, a Malha da Alta, a Barrosinha, o Celeiro Velho e o Possanco. As investigações conduzidas por Tavares da Silva, et alli, concluíram que se tratavam de populações que se teriam fixado, por volta da segunda metade do quarto milénio e meados do terceiro milénio.

Apesar de ainda escassos, os dados do Faralhão parecem indicar que a população que nela habitou, se poderá situar no Neolítico final.

Tanto na Comporta como no Faralhão, é grande a escassez de indústria lítica. Recentemente recolhemos no Faralhão um fragmento de xisto jaspoide, certamente utilizado para a elaboração de utensílios líticos.

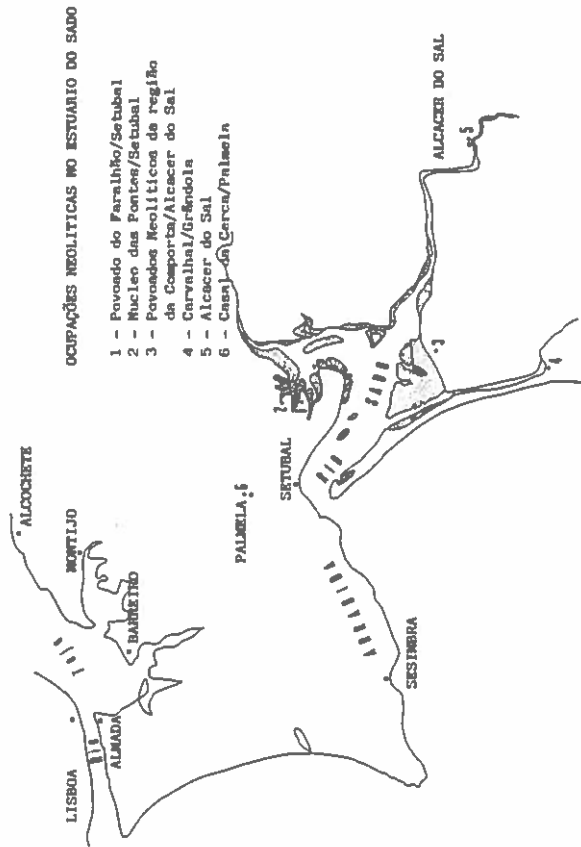


Fig. 12

A estratégia de implantação dos povoados, parece ser similar, nas duas margens do estuário do Sado. Essa estratégia, parece indicar a inexistência de «guerra». E ausência de diferenciação de classes.

No final do neolítico médio, a produção de alimentos vai-se incrementando, motivando um acúmulo de excedentes. É natural que este excedente possa ter contribuído para um relativo aumento demográfico.

Nesta fase começam a aparecer os primeiros monumentos funerários, nesta altura de utilização colectiva.

No final do neolítico, a sociedade vai criando um acúmulo de tensões provocando necessidades de ordem defensiva. Os locais planos, arenosos, vão sendo abandonados, preferindo-se as zonas acidentadas, tais como a região da Arrábida.

Nas fases seguintes, das idades do Cobre, Bronze e Ferro, a sociedade começa a estruturar-se, criar riqueza e a ensinar um esboço de organização «estatal». Estímulos do mediterrâneo oriental e a ingerência de esses poderes estranhos, irão provocar no final da Idade do Ferro, a anexação da nossa região, a Cartago, e depois, ao domínio de Roma, aspecto que iremos analisar em seguida.

1.3.2. Período Romano

1.3.2.1. Antecedentes da Romanização

Até ao momento, escasseiam vestígios arqueológicos, cronologicamente enquadrados entre o neolítico e o início da romanização.

Da II Idade do Ferro, poderá pertencer um fragmento de estatueta antropomorfa, em bronze de um guerreiro, que foi encontrada na Freguesia do Sado, no Monte das Curvas. Trata-se da representação de um guerreiro. A peça encontra-se neste momento em estudo, não sendo possível a sua inclusão neste trabalho.

Dentro dos objectivos do nosso trabalho, não nos iremos debruçar sobre a proto-história, os seus reflexos na nossa Freguesia, mas retomar o nosso estudo, no período romano.

1.3.2.2. Ocupações Romanas encontradas na Freguesia do Sado

A presença romana, encontra-se ao longo da margem do Sado, na região da Mitrena. estes locais foram descobertos no princípio do século por Marques da Costa.

Pouco sabemos destas ocupações romanas, Ponta da Areia e Moinho Novo, porque nenhum destes arqueossítios foi objecto de escavações arqueológicas.

A localização geográfica destes locais, na margem do Sado, próximos da cidade romana de Caetobriga (Setúbal), e na sequência de outros locais identificados entre urbe e a nossa Freguesia (Pedra Furada, Quinta da Alegria, Cachofarra e S^a da Graça), pressupõe uma implantação vocacionada para actividades «industriais». Na Quinta da Alegria foi identificado um local de produção de anforas, enquanto no Moinho Novo, Ponta da Areia, Pedra Furada e S^a da Graça, teriam sido encontradas cetárias.

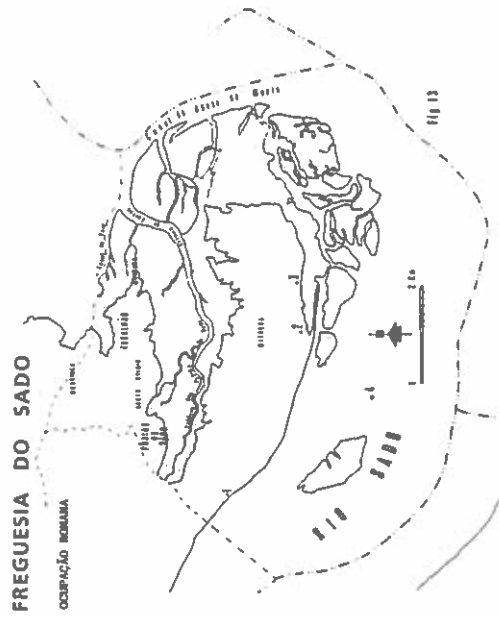


Fig. 13 - 1. Ponta da Areia. 2. Moinho Novo I (Cetárias) 3. Moinho Novo II (Cetárias) 4. Sem precisão geográfica, o Estuário do Sado tem sido rico em achados ocasionais de ânforas romanas em especial dos tipos Lusitana 2/Dressel 14 (séc. I-III) e Lusitana 4/Almagro 51C (Séc III-IV/V) (ver ponto 3.8 - achados arqueológicos do contexto subaquático na freguesia)

A recente implantação de fábricas e a abertura de vias de comunicação nesta região, foram destruir estruturas desta zona sendo problemática a sua identificação no terreno. Com o apoio da Junta de Freguesia do Sado, estamos a levar a efeito o levantamento arqueológico da região, a fim de serem definidas estratégias de estudo e defesa deste património.

No restante espaço da Freguesia, ainda não foram identificados vestígios romanos. Nesta margem direita do canal de Águas de Moura (Ribeira de Marateca), mas na Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, foi identificado, com a ajuda de Acácio Deodato, actual Presidente da referida Junta de Freguesia e grande defensor do património arqueológico da sua região, um local tardo romano, no sítio do Pinheiro Torto (Gâmbia), que forneceu um fragmento de sigilata gálica tardia, com decoração incisa, enquadrada nos sécs. IV/V.

Também na região de Gâmbia, ao pé do Sobralinho, em Porto Figueira, no Canal de Águas de Moura, foram identificados vestígios romanos. (informação oral de Carlos Tavares da Silva, que agradecemos).

1.3.2.3. Romanização: Alguns aspectos políticos

A conquista da Península Ibérica, por Roma, foi consequência natural da luta travada entre as duas potências políticas do Mediterrâneo Ocidental dessa altura; Cartago e Roma, no decurso de duas guerras, denominadas Púnicas.

A I Guerra Púnica, decorreu entre 264 e 241 a.c.. A potência norte africana de Cartago é derrotada por Roma. Este faz com que seja obrigada a ceder ao poderio de Roma, as ilhas da Sicília, Córsega e Sardenha, todas elas situadas no Mediterrâneo Ocidental, assim como pagar uma fortíssima indemnização económica.

A grave crise económica daí resultante, obriga Cartago a intervir profundamente na península Ibérica, alargando a zona de influência e incrementando a sua exposição económica. Para esse efeito, Cartago funda entre 228 e 227 a.c., a base de Carthago Nova (Cartagena), no Sul de Espanha.

Roma começa a ficar preocupada com o crescente poderio da sua rival, procurando activamente um pretexto para poder intervir, para que uma vez por todas a possa destruir. Esse pretexto aconteceu após a conquista de Sagunto em 219 a.c. por Aníbal, general Cartaginês. De facto, uns anos antes, em 226 a.c., tinha sido firmado entre Roma e Cartago, uma linha que acompanhava o rio Ebro, na zona de influência de Cartago, contudo era uma cidade aliada de Roma. A sua natural conquista pelos cartagineses, originou a partir da pronta resposta de Roma, a II Guerra Púnica.

Com grande dificuldade, Roma consegue vencer e arrazar Cartago, por volta de 202 a.c..

Foi no decurso desta guerra, em solo hispânico, com o desembarque de Cipião, em Ampurias, em 218 a.c., se dá início a uma sequência belicista, que irá resultar, após a destruição de Cartago, na conquista da Península.

Esse primeiro desembarque de tropas romanas, em solo hispânico, tinha unicamente a ver com necessidades estratégicas de natureza militar, e não

com objectivos de conquista. (Fabião, 92).

Em 138 a.c., no decurso do projecto já assumido de conquista, dá-se, talvez, a primeira conquista militar romana no território português; iniciativa do então recente governador da Província Ulterior, Décio Júnio Bruto.

Segundo Estrabão, autor romano, esse general romano teria estabelecido o seu quartel general em Morón, no Vale do Tejo, tendo fortificado a urbe de Olisipo/Lisboa. (Fabião, pp 217).

Em meados do séc. II a.c., a península é envolvida nas guerras civis, que alastram a partir de Roma, entre os diferentes grupos políticos da República Romana. Alguns autores sugerem que o envolvimento dos povos espanhóis, nestas guerras, favoreceu a sua romanização.

A conquista de grande parte do Alentejo estaria concluída em meados de 150 a.c., a região centro entre 50 e 40 a.c., enquanto que o Norte de Portugal teria sido submetido definitivamente na época de Augusto, talvez por volta de 27 a.c. (Alarcão, 92, pp 350).

A capital da então província da Lusitânia, Mérida, foi fundada em 25 a.c., por iniciativa do imperador Augusto, sendo destinada a soldados licenciados.

A partir dessa época, a Lusitânia parece ter vivido em paz até meados do séc. II d.c.. Essas crises foram provocadas por ataques dos Mauri, do Norte de África e, posteriormente, por incursões de Francos, vindos da Germânia. No séc. V d.c., esta província foi palco de alguns episódios bélicos da guerra civil entre os imperadores Honório e Constantino III. Em 411, dá-se a ocupação da península pelos povos bárbaros, contribuindo para o desenvolvimento político do Império Romano do Ocidente.

A arqueologia tem revelado todo um potencial de dados, que de forma concreta tem revelado novos aspectos, fundamentais para a compreensão das transformações económicas e sociais da nossa região.

São alguns desses aspectos que iremos abordar em seguida.

1.3.2.4. Enquadramento administrativo e económico. Alguns aspectos

Durante o alto império, a Península Ibérica foi dividida administrativamente em Províncias. Numa primeira fase durante a conquista, em Citerior e Ulterior.

A partir da pacificação, no tempo de Augusto e após este, a península seria dividida em três províncias; Lusitânia, Baética e Tarraconensis.

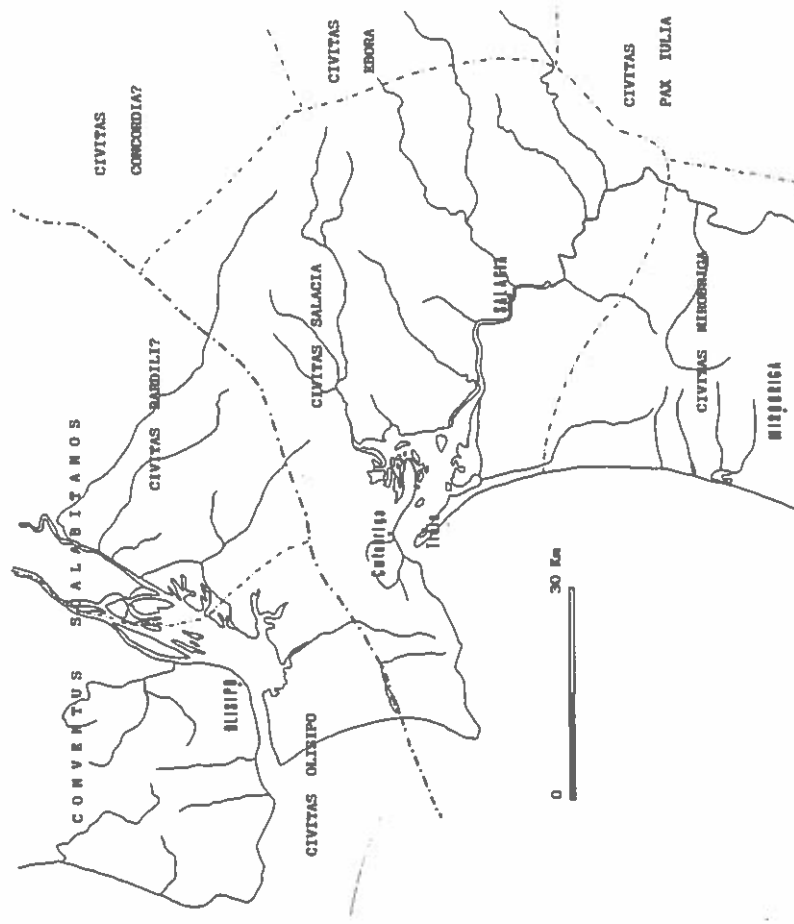


Fig. 14 - Divisão administrativa do Baixo Sado, durante o Período Romano. As delimitações administrativas, são aproximadas. Baseamo-nos em Jorge de Alarcão, 1990 (ver bibliografia).

No baixo império, a província da Tarraconensis, foi, por sua vez, dividida em novas províncias; Gallaecia, Carthagenensis e Tarraconensis. A Lusitânia e a Baetica seriam mantidas sem alterações. Nesta reforma levada a cabo pelo imperador Dioclesiano, foi unida às províncias hispânicas, a Mauretânea Tingitana (Norte de Marrocos), formando este conjunto, a diocese da Hispaniae. O resto do Império também foi reorganizado desta forma.

As províncias encontravam-se divididas em unidades menores, denominadas Conventus, e estes, por sua vez, divididos em unidades denominadas Civitas.

A Lusitânia dividia-se em três Conventus distintos: o Scalabitanus (com sede em Scalabis/Santarém), o Pacensis (com sede em Pax Julia/Beja) e o Emeritensis (com sede em Emerita/Mérida).

A Freguesia do Sado, estava inserida na Civitas de Salácia (Alcácer do Sal), que, por sua vez, fazia parte do Conventus Pacensis.

Torna-se difícil saber em pormenor a delimitação desta unidade administrativa, com sede em Salácia. Sabe-se, contudo, pelos elementos disponíveis, que a Serra da Arrábida e o Baixo Sado, assim como as urbes de Caetóbriga (Setúbal) e Tróia estavam inseridos nesse espaço administrativo.

O clima, o relevo, a natureza heterogénia dos solos e as condições ecológicas, entre zonas de serra calcária, sapais e charnecas de areia, cobertas por floresta, associadas à grande riqueza piscícola do estuário e oceano, foram condicionar, de forma marcante, as principais directrizes de especialização económica deste espaço. Sabemos, a partir dos dados arqueológicos que as duas actividades industriais marçantes, foram nesta época, a produção de preparados alimentares com base no peixe e a fabricação de contentores cerâmicos para esses produtos alimentares, as ânforas.

Conforme os dados parecem indicar, as urbes de Caetóbriga e Tróia, junto à foz do Sado, assim como a costa da Arrábida e a região do estuário na sua zona terminal, foram ocupadas por unidades fabris de salga de peixe e de garum. Em Caetóbriga foi descoberto um forno de cerâmica, assim como na Quinta da Alegria.

Na região mais interior do estuário, mas com acesso directo através dos canais e esteiros, assim como no curso do Sado centrado em Salácia,

predominavam os fornos de cerâmica, na sua maioria produtores de ânforas, tão necessárias como contentores para o armazenamento e exploração dos preparados piscícolas, exportados para outras partes do império. O estudo das ânforas tem ajudado os especialistas a estudar e compreender a evolução e transformações porque passou a economia no Baixo Sado. Trata-se de um tipo de contentor cerâmico, que foi evoluindo ao longo da romanização. Os estudos sistemáticos das produções ânforicas na região de Alcácer, feitas por Dias Diogo e João Faria, levaram a que estes autores reformulassem as anteriores tabelas tipológicas, criando uma nova, denominada Lusitana. O presente trabalho encontra-se vocacionado para o público em geral, não especialista; nesta perspectiva iremos apresentar algumas ânforas fabricadas no Sado, caracterizando-as através das tabelas tipológicas mais utilizadas. (Ver fig. nº 15)

Para algumas regiões do interior do território de Salácia, em especial, junto à área de influência de Caetóbriga, na Baixa de Palmela, no vale de Alcúbe e Azeitão, assim como na zona de influência de Salácia, existiam villas e casais agrícolas vocacionados para a exploração agrícola e pecuária.

Ao longo da ribeira da Marateca (concelho de Palmela), foram identificadas algumas ocupações de origem romana, centradas no comércio de minério de ferro e, talvez, na sua metalurgia, sendo abundantes os vestígios de escória (Fernandes e Carvalho, 91). Esse minério seria proveniente de minas exploradas na Serra de Monfurado, a Sul de Montemor-o-Novo.

Escavações arqueológicas, tanto nas áreas urbanas, como nas unidades industriais e nas villas, têm mostrado o acesso que estas populações tinham a produtos importados de outras partes do império, em especial as cerâmicas. Outros produtos também seriam importados em elevadas quantidades, contudo, foi difícil a sua preservação como vestígio arqueológico.

Em relação às cerâmicas de importação, à semelhança das ânforas, também, através do seu estudo, é possível compreender a evolução histórica de um local e de uma região. Temos verificado que o consumo e aceitação de determinada forma cerâmica obedece a situações culturais, políticas e de mercado, que foram variando ao longo dos séculos. O estudo destes produtos revela o carácter de comércio a longa distância que existia durante o império romano.

1.3.3. Período Islâmico

1.3.3.1. Ocupação Muçulmana na Freguesia do Sado

Até ao momento, não foram identificados vestígios arqueológicos deste período na nossa terra. A localização de um importante castelo muçulmano em Palmela e a identificação de vestígios dessa altura na região de Setúbal, pressupõe que o estuário seria frequentado por essas populações. Não nos podemos esquecer da riqueza de recursos alimentares que todo este ecossistema fornecia e que seriam incluídos na dieta alimentar. Por outro a escassez de vestígios poderá estar relacionada com a estratégia de povoamento que prestigiava a cidade em detrimento de uma ocupação rural espalhada pelo território. Ao contrário da ocupação romana, houve durante quase todo este período uma lógica de guerra e necessidade de defesa. Contudo, elementos arqueológicos recolhidos na região de Almada, sugerem que a ocupação muçulmana, seria dispersa. (Informação oral de Luís Barros, que agradecemos)

1.3.3.2. Islamização do Baixo Sado

Nota prévia

Ainda é grande o nosso desconhecimento deste período da nossa história colectiva. Só com o contributo da arqueologia, poderemos estudar e reconstruir parte da vida quotidiana dessas populações, nos 506 anos de permanência como poder (711 a 1217). A conquista da então cidade de Alcácer do Sal, em 1217, no reinado de D. Afonso II, irá determinar o final da governação muçulmana, no Baixo Sado.

Documentação arqueológica coeva deste período tem sido exumada nas escavações arqueológicas actuais efectuadas nos castelos de Palmela (Fernandes e Carvalho), e de Alcácer do Sal. (Paixão e Faria).

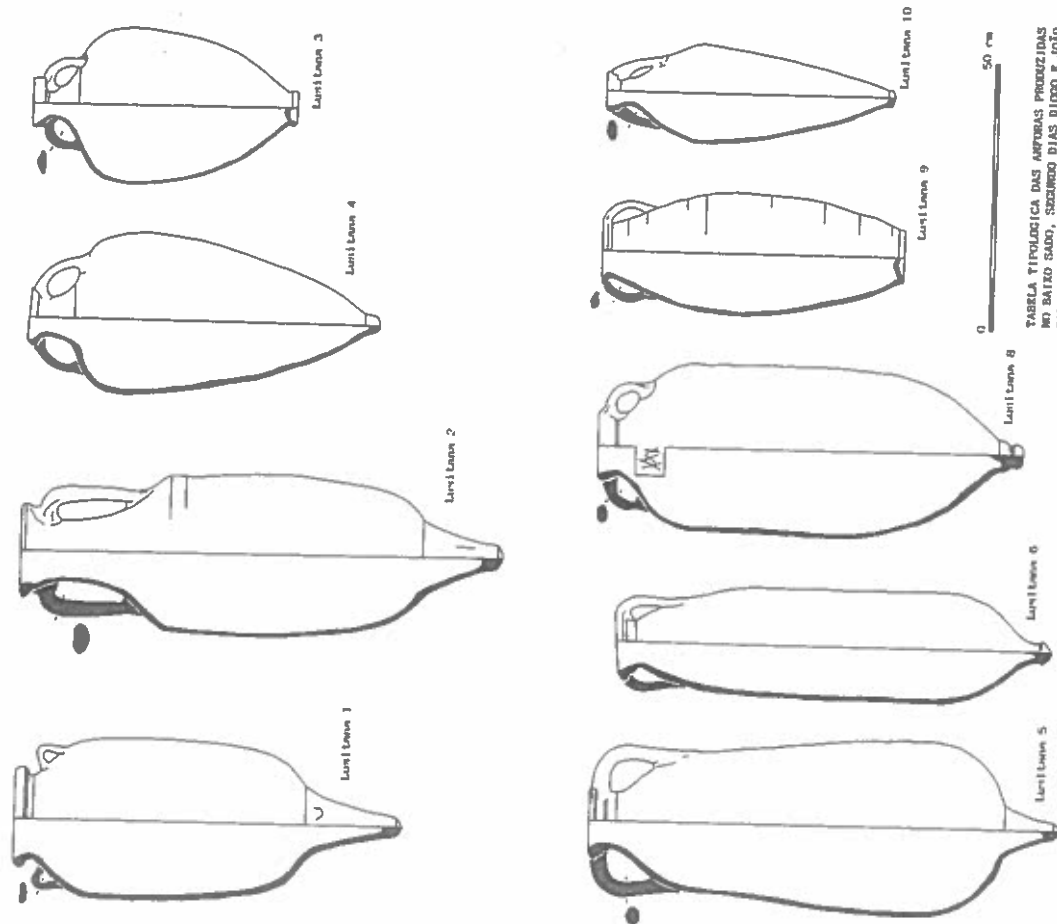


Fig. 15

Alguns aspectos da evolução política

A ocupação muçulmana na nossa região, inicia-se por volta de 711-716, quando na sequência da derrota do rei visigodo Rodrigo, as tropas Árabes e Berberes se apereberam que poderão conquistar e anexar facilmente ao império Omíada, a Espanha Visigótica. A partir desta altura os muçulmanos começam a denominar este território, o Al-Andaluz.

A Lusitânia terá sido conquistada por Abd al-Aziz, filho de Musa B. Nusayr, entre 714 e 716.

Dados, ainda preliminares, das escavações arqueológicas no Castelo de Palmela (Fernandes e Carvalho, 93) pressupõe a existência de um castelo nesse local, desde os séculos VIII/IX, revelando, desta forma, necessidades de defesa e de reorganização administrativa.

Documentação muçulmana e cristã, tem revelado, no séc. VIII/IX, uma sucessão de conquistas, variações de fronteira entre o Reino Asturiano-Leonês e o Al-Andaluz, associados a movimentos de guerrilha autonomista e guerra civil, como iremos ver em síntese.

Alcácer do Sal será ocupada por tropas muçulmanas, no séc. VIII. O nome romano da cidade será mudado para outro, Al-Qasr Abi Danis (o castelo dos descendentes de Danis), a partir do séc. IX/X.

Através da documentação muçulmana, sabemos que nos primeiros séculos de ocupação, foi mantida, nesta região, a antiga divisão administrativa Romana/Visigótica. Nesta perspectiva, a província da Lusitânia foi mantida, tendo-se perdido o nome. O município de Salácia foi mantido, sem alterações de limites; o castelo de Palmela (Balmalla), pertenceu durante todo este período, à administração de Alcácer. Al-Qasr Abi Danis)

Em 763 foi instalado no meio de uma guerra civil, um Emirato independente do resto do Império Árabe, o Emirato de Córdova, governado por um sobrevivente da Dinastia Omíada de Damasco, Al-Rahman I.

Na região de Beja, Alalá ibne Muguite Aialicubi, revolta-se contra Abd Al-Rahman I e proclama-se súbdito do Califa Abássida de Bagdade.

Alalá será derrotado pelo emir Al-Rahman I. A luta pela autonomia não será extinta, tornando-se mais expressiva no séc. IX.

Por esta altura, incursões de pilhagem encabeçadas pelos reis do reino Asturiano-Leonês, atingem Coimbra e Lisboa, em 798 e nos anos seguintes.

A segunda metade do séc. IX, coincide com a acção de guerrilha de Ibn Marwan. As suas acções bélicas contra o Emir de Córdova, desenrolam-se, na sua maioria, na região centro de Portugal, no Alentejo em Estremadura Espanhola. O Emir Mohamede, atacado em várias frentes, sem muito poderio militar, será obrigado a conceder e reconhecer uma grande autonomia para o ocidente do Al-Andaluz.

O rei galego Ordonho II arraza a cidade de Évora em 913, dizimando a quase totalidade da sua população. Este facto denuncia a fragilidade do Principado Muçulmano que governava esta região, com a sua capital em Badajoz.

O futuro Califa Abd ar-Rahman III, serve-se do pretexto de vingança do ataque cristão a Évora, para fazer uma incursão ao norte Peninsular. Na sequência deste ataque, consegue aniquilar a autonomia desta região anexando-as ao centralismo político e militar de Córdova.

Durante a fase Califal, na região do nosso país, a fronteira do reino asturiano-leonês incluía a Sul da cidade de Coimbra. Entre esta cidade e o vale do Tejo a Norte de Santarém, existia uma certa autonomia dos senhores locais, que mais tarde seriam incorporados no reino cristão, para depois serem anexados ao poder muçulmano, a partir das acções militares de Almançor. Só a região um pouco a Norte de Satarém estava incorporada no reino muçulmano, comportando-se, nesta altura, como uma zona militar, a denominada Marca Inferior.

Por volta do séc. X, ocorreram as primeiras acções de pilhagem dos Vikings ou Al Manjus, segundo a denominação árabe.

A documentação, assinala um ataque viking a Lisboa, Alcácer do Sal e a Beja, cujo trajecto terrestre desconhecemos.

Alcácer do Sal será, no decurso do séc. X, uma base naval, para o control do Atlântico, Será desta cidade que Almançor, general muçulmano, irá embarcar em 997 para a Galiza, acabando por arrazar Santiago de Compostela, o grande centro cristão de peregrinação durante a Idade Média. Almançor levará de novo a fronteira islâmica até ao rio Douro, no sector de Portugal.

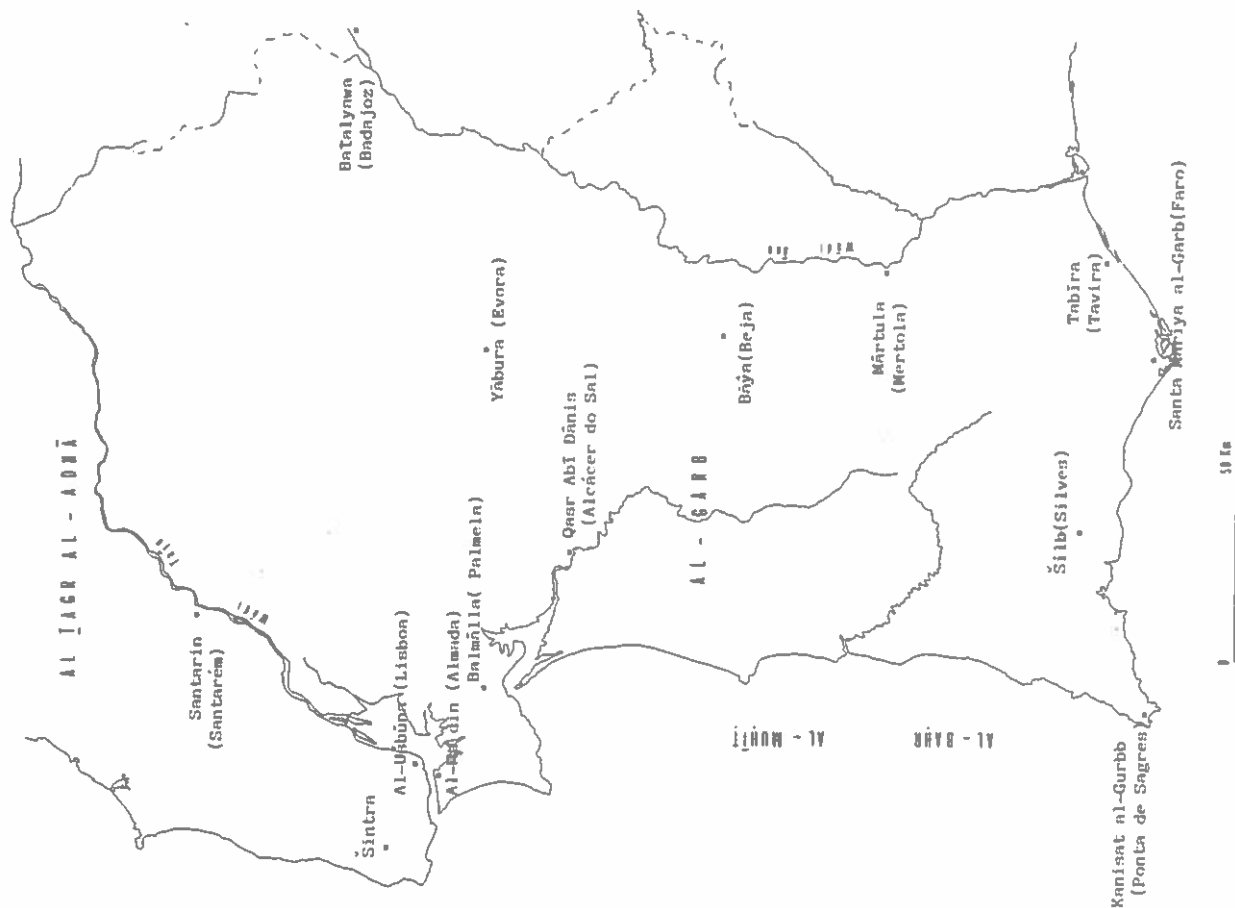


Fig. 16

A partir de 1008, o califado entra num longo período de instabilidade política e de guerras tribais, que irão durar até 1031.

Da fragmentação do território califal irão nascer uma série de pequenos reinos, denominados Taifas. O Baixo Sado irá pertencer à Taifa de Badajoz.

Esta nova realidade política nasceu da iniciativa de um eslavo, de nome Sabur al-Amini, na altura general encarregue do governo da Marca Inferior, em Badajoz. Por vontade de Sabur, o reino passa, em 1022, para a mão do seu ministro, Ibn al-Aftas, da tribo berber, Miknasa,

Parte do Baixo Alentejo e o Algarve, será repartido, numa primeira fase, por reinos Taifas, de Silves, Faro e Mértola. Na segunda fase, estes pequenos reinos serão absorvidos pelo reino Abádía de Sevilha.

O desaparecimento destas pequenas taifas, provoca o contacto directo entre o expansionismo de Sevilha e o Reino de Badajoz, resultando daí um clima de guerra contínua, que terá consequências nefastas para ambos os reinos.

Em 1039, Lisboa foi conquistada por Sevilha, que seria mantida por pouco tempo. Évora torna-se a segunda cidade mais importante do reino de Badajoz, enquanto Beja se torna importante para Sevilha.

A Taifa de Badajoz manteve-se, de 1013 a 1094, altura em que foi absorvida pelo Império Norte Africano dos Almorávidas. Antes dessa data, 1094, a Taifa foi governada por Sabur, Abd Allah, Muhammad, Yahyà e Umar.

Durante o reinado de Yahyà, um irmão seu, insatisfeito declarou-se independente em Évora, iniciando uma guerra entre ambos. Esta situação será terminada após a morte de Yahyà, resultando assim, a unificação do reino por Umar.

A absorção deste reino pelos Almorávidas, resultou da aliança política e cedência territorial que Umar fez quando pediu apoio militar a Afonso VI, rei de Castela.

A recuperação do território cedido por Umar, pelos Almorávidas, terá como consequência, a destituição do Conde D. Raimundo de chefe do Condado de Coimbra, por Afonso VI, sendo substituído pelo conde D. Henrique, futuro pai de D. Afonso Henriques.

1.3.4.1. Vestígios arqueológicos

Até ao presente, desconhecemos vestígios materiais referentes a este período cronológico identificados na nossa Freguesia. Contudo, as fontes documentais permitem deduzir que a exploração do sal, na nossa terra, possa remontar a meados do séc. XIII e inícios do seguinte. É possível que, nesta primeira fase da exploração do sal, as salinas mais importantes se localizassem em Setúbal.

1.3.4.2. Contexto Político e Económico

Após a conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques, em 1147, Palmela seria ocupada assim como Alcácer do Sal.

A segunda metade do séc. XIII e a primeira metade do século seguinte, serão marcados por grande instabilidade militar, com avanços e retrocessos das tropas portuguesas em território Almoada (Muculmano)

O baixo Sado será definitivamente anexado ao território português, após a conquista definitiva de Alcácer do Sal, em 1217, no reinado de D. Afonso II.

Investigar a história da nossa terra, durante a sua Baixa Idade Média até ao presente «equivalente», pesquisar sobre a evolução e história da exploração do sal no baixo Sado, nas suas componentes e implicações sociais.

Infelizmente são grandes as lacunas documentais mais recuadas e a arqueologia medieval e moderna nesta área situa-se ainda no seu começo.

Segundo Virginia Rau, a exploração do sal no baixo Sado, teria o seu início em meados do séc. XIII. Com uma produção diminuta, depressa nos finais

A REGIÃO ACTUAL DA FREGUESIA DO SADO EM 1813/16,
cópia simplificada, retirada da Carta Topogra-
fica Militar do Terreno da Península de Setu-
bal, do Major José Maria das Neves Costa.

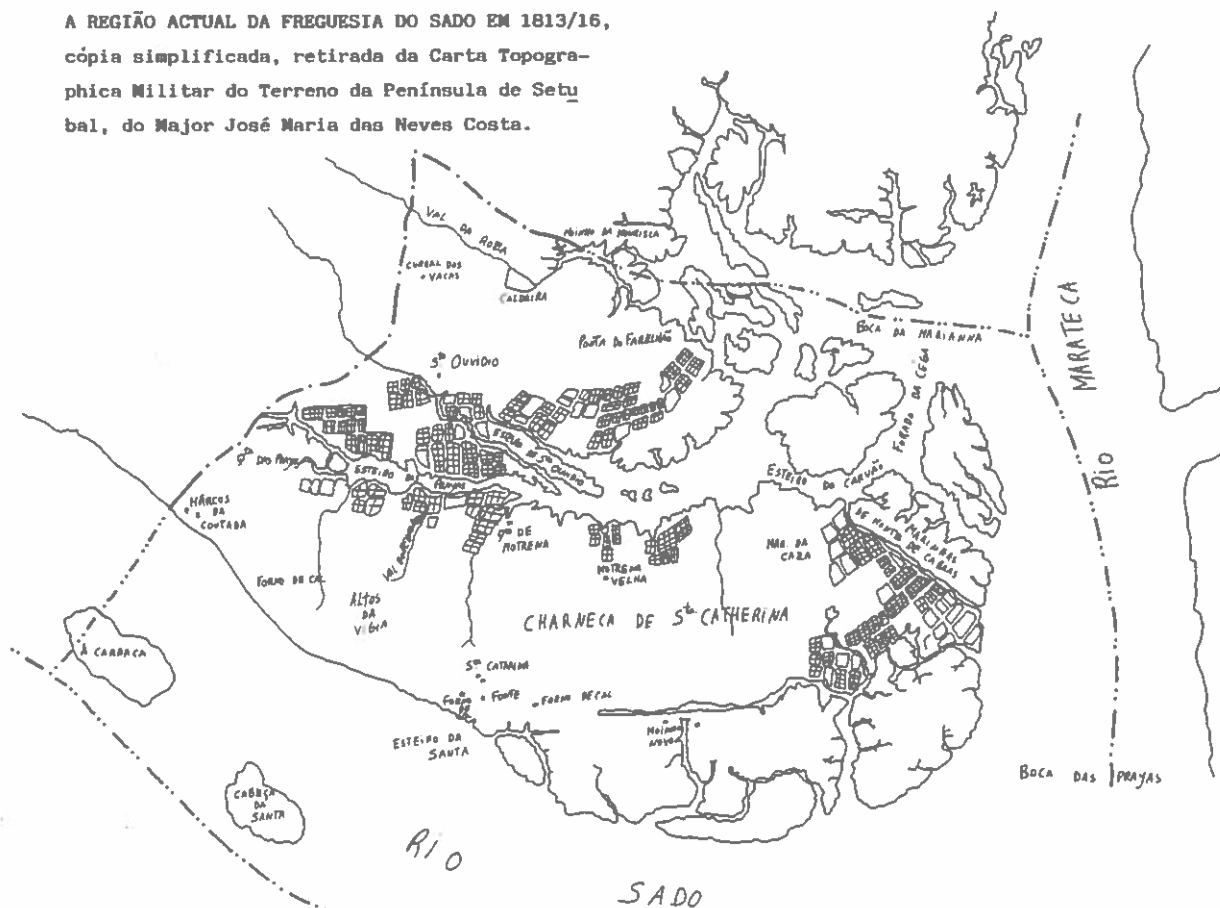


Fig. 17

de trezentos e nos inícios do século seguinte iria ter um grande peso económico, na macro-economia da zona, enquadrada entre Setúbal e Alcácer do Sal.

Já em 1225, D. Afonso III, dirige um documento, do dia 18 de Março, a D. Paio Peres Correia. Mestre da Ordem de Santiago, onde a produção do sal é mencionada.

Na carta de confirmação de D. Afonso IV, de 7 de Setembro de 1339, bem como a declaração de D. Dinis, ambas do séc. XIV, parecem ser indicadores de que a produção de sal no Sado, poderia exercer as necessidades do consumo local.

As fontes documentais parecem sugerir que D. Fernando, teria estimulado a produção deste produto, com vista à sua exportação.

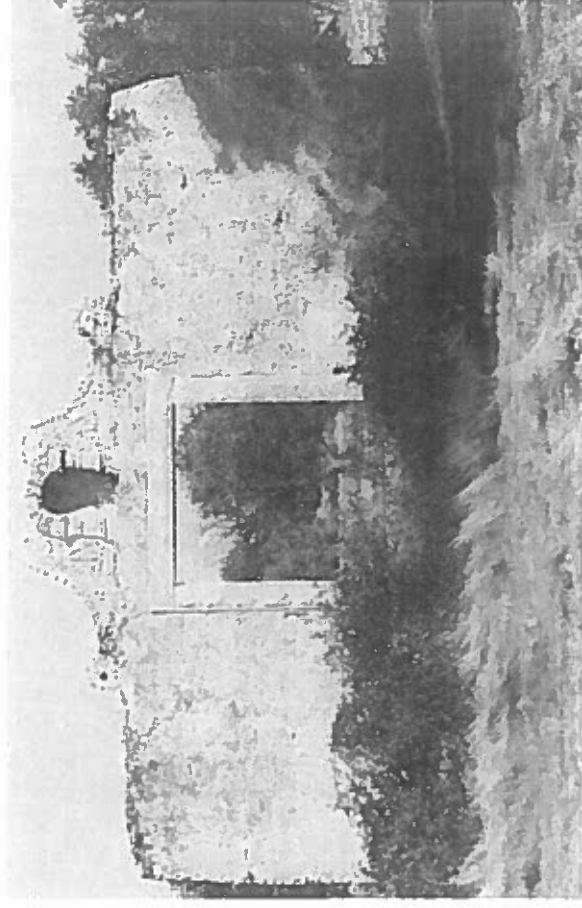
Do reino de D. João I, num documento de 18 de Setembro de 1414, vem mencionada a existência de salinas antigas na região da Mitrena, que na altura seria uma coutada.

1.3.5. Período Moderno

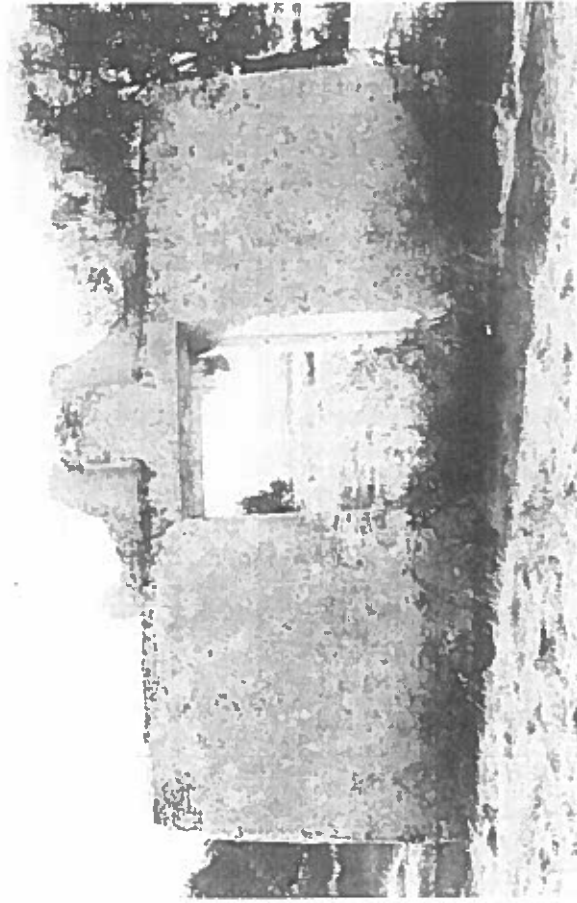
1.3.5.1. Vestígios arqueológicos

Os dados ainda preliminares da prospecção arqueológica permitiram identificar duas antigas ermidas, que seguramente poderão remontar ao séc. XVI.

Uma delas localiza-se no lugar de S. António região da Mitrena. Pensamos que se trata da ermida de Stª. Catarina, referida numa documentação de 1758. Actualmente só se mantêm de pé a fachada. É possível que as paredes laterais, inexistentes actualmente, tenham sido desmanteladas para a construção de um casal agrícola que existe a seu lado e cuja referência não existe numa carta de 1813.



Capela de Stª. António na Mitrena (Fachada)



«Interior» da Capela de St^o. António na Mitrena

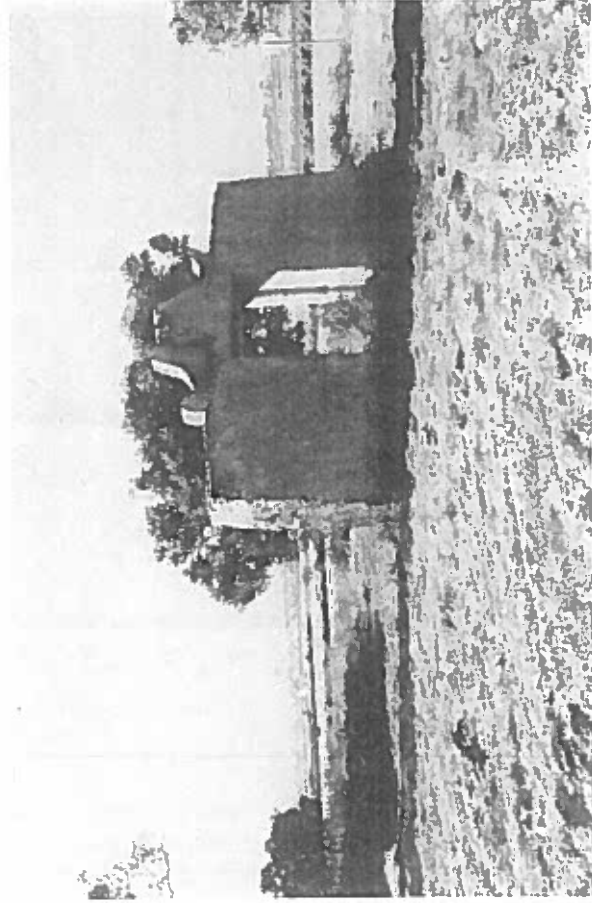
As cerâmicas recolhidas à superfície, resumem-se a alguns fragmentos de faianças portuguesas do séc. XVII/XVIII, assim como cerâmicas vidradas e comuns coevas.

Na estrutura, o edifício foi construído na sua maior parte por tijoleiras.

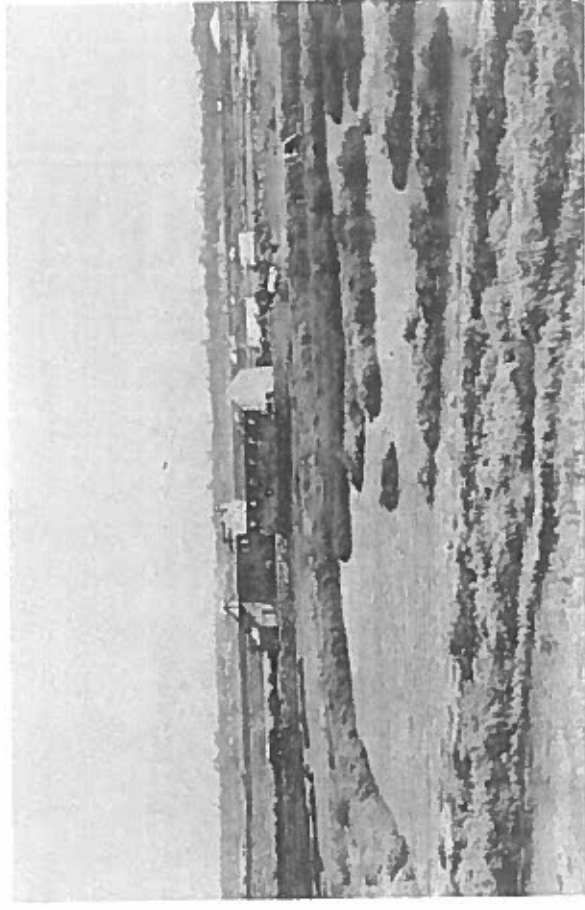
O telhado seria coberto por telhas de canudo dispostas em duas águas, suportadas por uma estrutura em madeira.

A outra ermida, localiza-se em Santo Ovídio, cujo orago seria o referido santo. Infelizmente a ermida foi destruída para a construção de um conjunto de vivendas, alguns anos atrás. Pessoas, moradoras no local, referem um crucifixo em bronze, que figura na exposição.

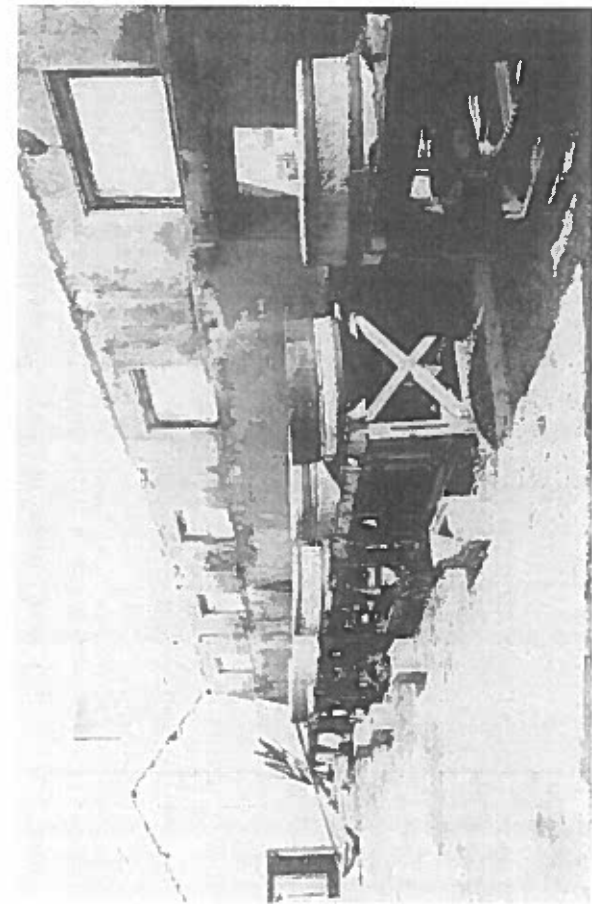
Outro monumento, de inícios do séc. XVII, o Moinho da Mourisca, necessita de ser recuperado. Não nos iremos debruçar sobre este monumento, porque nos deram indicação que em breve irá sair ao público uma monografia subordinada ao referido edifício.



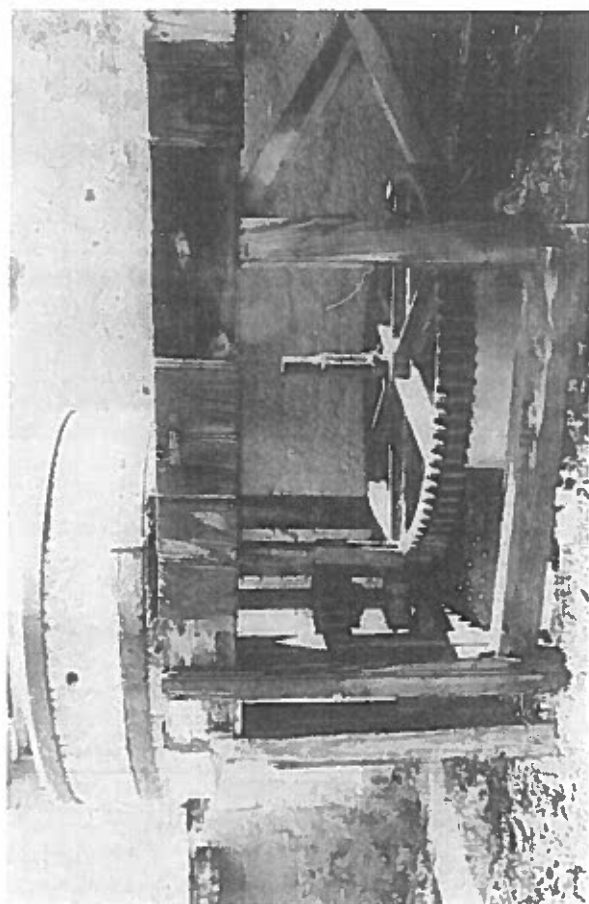
Capela de St^o. António vendo-se ao fundo Praias-Sado e St^o. Ovídio



Moinho da Mourisca

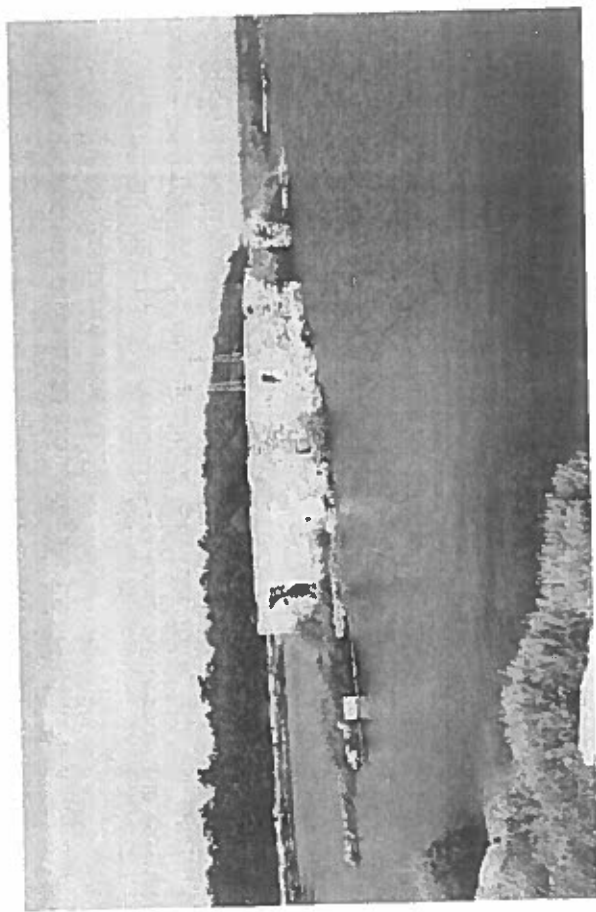


Interior do Moinho da Mourisca

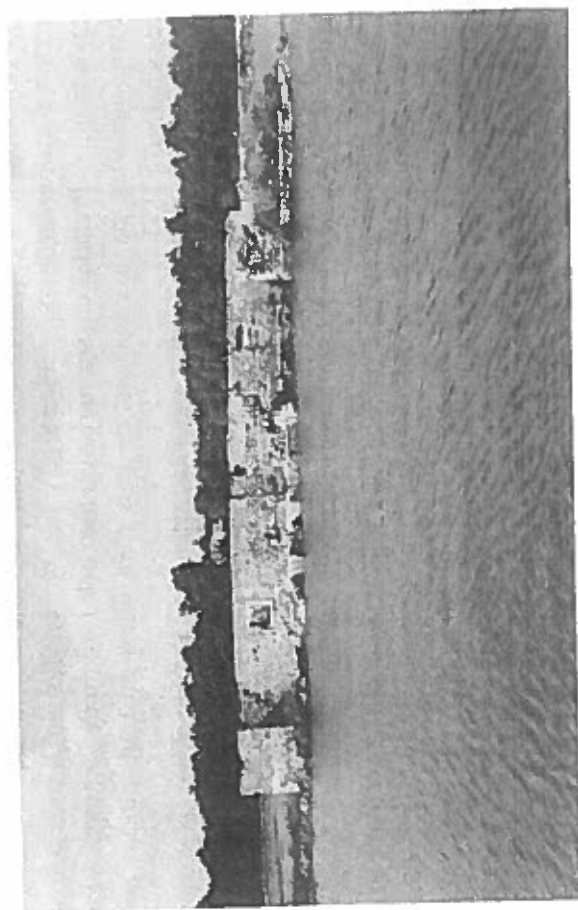


Pormenor dos mecanismos do Moinho da Mourisca

A terminar, referimos as estruturas ainda visíveis do Moinho Novo, junto à Setenave, referidas no mapa de 1813.



Moinho Novo (Junto à Setenave)



Junto a Praias-Sado, em lugar desconhecido, foi recolhida uma moeda, em prata, cunhada no reinado de Carlos V (Rei de Espanha, a partir de 1516 e Imperador da Alemanha a partir de 1530, tendo falecido em 1558).

Desconhecemos o contexto arqueológico proveniente, tratando-se de uma recolha efectuada nos anos 70.

A partir de informações recolhidas no local, soubemos que existiam marcas de propriedade semelhante a este (ver foto), que foi destruído aquando da industrialização da Mitrena.

1.3.5.2. Idade Moderna: Contexto Político e Económico

Segundo Virginia Rau, entre os anos 1611 e 1615, ocorreu um período bastante difícil para o comércio de exploração do sal.

Durante o séc. XVII, os donos das marinhas da região do Faralhão, vieram reconhecer publicamente, perante o juiz dos Tombos da Ordem, o licenciado António Machado da Silva, o directo senhorio del-rei como governador do Mestrado de Santiago e declarar os foros a que eram obrigados. Na análise de toda a documentação conhecida até ao momento, verificamos que as salinas após terem sido dadas em sesmarias ou foro pela Ordem de Santiago, estas eram deixadas, na sua maioria, de pais para filhos ou transmitidas por casamento.

A título de exemplo passamos a transcrever um documento citado por Virginia Rau (p 78).

— *Isabel de Castilho, viúva de Cristóvão Garcia Osório, morava em Setúbal no ano de 1613 e gozava a posse de certa marinha no sítio das Praias, junto a S. João das Marinhas, a qual houvera por morte do seu marido; não obstante a ter por livre e sem pagar foro algum entendeu, e muito bem, que, como fora feita em praia da Ordem, a não podia possuir sem pagar foro e, aos 19 de Junho de 1613, veio fazer o seu reconhecimento como qualquer dos outros vizinhos da terra. No auto de medição verificou-se que a dita marinha tinha como confrontação ao Norte a marinha de Francisco de Almeida, ao sul o esteiro, ao levante a marinha da viúva Catarina Laitão,*

«que desta outrosim foi apartada», e ao poente a de Tristão Vieira de Castro; tinha um governo» grande da banda sul, com o comprimento de 156 e a largura de 49 varas, governo servindo igualmente à marinha que dela fora apartada e era então explorada por Francisco de Almeida.

Segundo os dados disponíveis, o grande apogeu da produção de sal de Setúbal pouco ultrapassou o primeiro quartel do séc. XVIII.

Devido a fraudes então praticadas, el-rei D. José, manda proceder à vistura geral das marinhas de Setúbal e Alcácer do Sal, por carta régia de 25 de Fevereiro de 1761.

Os autos mandados levantar pelo superintendente do Sal de Setúbal, o Dr. Pedro Libório de Amorim, pareceu apontar para uma decadência generalizada da produção de sal. Das 458 salinas mencionadas, 10% encontravam-se arruinadas, mais de 20% apresentava-se em mau estado, enquanto as restantes eram apontadas como fornecendo sal de fraca qualidade ou fraca produção.

Curiosamente tendo como base documental o Mapa Militar da península de Setúbal de 1813, o declínio das produções do sal poderá coincidir ou até determinar a abertura do vasto interior «desabitado» para os novos colonos, vindos de Setúbal e de outras partes do país.

Tal hipótese por nós levantada tem como base um documento de 1565, citado por Virginia Rau e diz «que qualquer pessoa, de qualquer condição que seja, sendo achada nas marinhas desta villa (Setúbal), com besta, ou sem ella, furtando sal, quebrando tranqueira ou descobrindo monte de sal, e ainda que se não ache com sal, nem abrindo monte de sal, pague de pena 2\$000 réis, quando não justifique a razão que teve para ir às marinhas» (pp 84).

Uma das hipóteses sugeridas pelo documento atrás transcrito, seria que durante o auge da produção do sal, que grande parte da região da Freguesia seria deliberadamente despovoada, sendo proibida qualquer permanência no local. Tal suposição parece ter uma base arqueológica coerente, pois de facto desconhecemos até ao momento vestígios materiais datáveis da Idade Média, podendo os vestígios mais remotos remontar ao séc. XVI.

1.3.6. Anexo documental

Nota Prévia

Os documentos em seguida apresentados foram transcritos, não nesta sequência do trabalho de Virginia Rau, Estudo sobre a História do Sal Português, da Editorial Presença, 1984, pp 66 a 88.

Em 1525, Estevão Neto pediu de sesmaria uma praia desaproveitada na Mourisca, que confinava a sul com o esteiro de Gomes Dourado e a poente com salinas de outros foreiros. (p. 71).

No ano de 1535, a 12 de Abril, 6 de Julho e 29 de Julho, foram passadas cartas de sesmaria a Gomes Vidal, cavaleiro da Ordem de Avis e tesoureiro do Mestre de Santiago, a Francisco Rodrigues, morador em Setúbal, e a João Lourenço, também vizinho de Setúbal, de praias e sapais maninhos, no sítio de Moterna ou perto, e que nunca tinham sido aproveitadas, para serem transformados em marinhas, terras de pão ou outras benfeitorias (p. 71).

Ao Dr. João Rodrigues de Lucena, físico do Mestre de Santiago, D. Jorge, foi aforada, por carta de 12 de Novembro de 1535, uma praia maninha nos Faralhões para nela fazer até duzentos talhos de marinhas, e que confianava pelo lado do sul com outras suas salinas. (p. 72).

Duas praias maninhas em Motrena eram aforadas, por carta de 12 de Julho de 1529, a Pedro Coelho, escrivão da Câmara do Mestre D. Jorge, para nelas construir marinhas, e um esteiro, em que poderia fazer moinhos.

Outra praia, não longe da anterior, e em que bem se podiam fazer trezentos talhos de marinhas com seus governo, foi idade de sesmaria ao comendador Pedro Homem, fidalgo da casa do Mestre de Santiago, em 10 de Fevereiro de 1530 (p. 73).

Bastião Álvares mestre de Macedo, clérigo de missa morador em Setúbal, representou ao Mestre de Santiago que tinha no termo de Setúbal, onde chamavam a Mourisca, uma maninha para a qual fizera um pejo junto dela em

um pedaço de praia desaproveitada; atendendo a que a marinha duplicara a produção desde que ele fizera o pejo, Bastião de Macedo pediu tal praia para todo o sempre, por carta de 18 de Outubro de 1536, e, havendo a Ordem respeito ao proveito recebido pela marinha, desobrigou-o do pagamento de qualquer foro com condição de ele trazer sempre o pejo feito para o «governo» da dita marinha - lá estaria sempre o tributo do dízimo da produção para recompensar a Ordem da sua generosidade. (p. 73).

Francisco de Faria, de Palmela, escambava em 1540 uma sua marinha no lugar de Moutras, termo de Setúbal (pensamos que será um lugar situado na península da Mitrena), pela quinta do Carvalho; confrontava a tal marinha ao poente com marinhas de Gaspar Fernandes e Fernão de Liz. (p. 73).

Também em Mitrena, um outro cavaleiro da casa do Mestre D. Jorge, de nome Luís Soares, ia promover activamente a feitura de marinhas. Pelo ano de 1537, a 26 de Agosto, era-lhe passado aforamento de uma sesmaria, de um salgado capaz de ser aproveitado em sessenta talhos com seus governos, o qual fora dado misticamente com outro em que o secretário Pedro Coelho, acima referido, fizera uma marinha; Pedro Coelho largava-lhe a tal praia e, como ela partia com os pejos de uma marinha pertencente a seu pai, João Lourenço, Luís Soares apressara-se a pedi-la para fazer a benfeitoria da marinha. Mas logo em 1543, por carta de 17 de Fevereiro, Luís Soares via os seus bens acrescidos com o aforamento de uma grande mata e juncal situado no cabo de Motrena, da banda do norte, onde chamavam o Monte de Cabras; desta feita queria ele transformar o juncal - que partia ao norte com madre de água que ia para as Praias, ao sul com vale da Fonte, ao levante com matos seus havidos da Ordem em sesmarias, e ao poente com matos confiantes com a sua marinha -, em terras de pão e outras benfeitorias de marinhas. Idêntica razão de aproveitar maninhos em terras de pão e marinhas, foi invocada por Luís Soares ao pedir ao Mestre de Santiago o aforamento perpétuo de uma praia sita, igualmente, no cabo da Motrena, de frente do Pinheiro, e enclavada entre parceiros, o esteiro de Marateca e uma sua praia e arneiro lavradio, essa mesma praia, invocava o requerente, tinha sido aforada havia cerca de dez anos a seu pai, João Lourenço, já falecido, «pera terras de pão ou marynhas e outras bemfeitorias, o qual João Lourenço... não fez nhua bemfeitoria nem estaua em tempo, de has fazer,... pedia por merce que por asy estar a dita praia e sapaes

perdidos de devollutos, pera nos segundo condycão da carta que lhe tinhamos dado, lhe quizesemos, fazer merce da dita praya e sapaes asy e da maneira que hos tinha ho dito seu pay e pello dito foro...», ou seja um frangão anual por dia de S. João Baptista, e com pena de quinhentos reais de comisso e um laudémio de quarenta. E o caso foi que nova carta de aforamento, lavrada em 26 de Janeiro de 1564, transferiu para posse de Luís Soares mais essa propriedade.

Todavia o bom do Luís Soares não dava por satisfeito com os seus haveres no Monte de Cabras. Como havia mais de quinze anos que certa praia, junto aos terrenos acima referidos, continuava desaproveitada, não obstante ter sido dada de sesmaria a Artur Vaz, pediu e obteve do Mestre que lhe passasse carta de aforamento, em 25 de Agosto de 1549, para ele a aproveitar em marinhas e terras de pão. (pp. 73-74).

1.3.7. A Freguesia do Sado em 1813/16

A fonte documental mais importante para se ter uma ideia de como seria a nossa Freguesia em Finais do Séc. XVIII, é, sem dúvida, o levantamento topográfico, elaborado pelo Major José Maria das Neves Costa, iniciado em 1813 e concluído em 1816.

Através do seu estudo, podemos analisar os variados aspectos da evolução histórica da Freguesia do Sado, desde essa altura.

A análise deste documento será objecto de um trabalho a apresentar brevemente.

1.3.8. Arqueologia subaquática na Freguesia do Sado

No decurso da elaboração da Exposição “À Descoberta da Nossa Terra” e da feitura deste livro, tivemos conhecimento da existência de peças cerâmicas provenientes do Estuário do Sado, em posse de particulares. Trata-se de peças recolhidas de forma ocasional, no decurso da actividade piscatória no rio.

Do grande interesse que há no estudo deste espólio arqueológico, fora de contexto, decidimos incluí-lo na exposição.

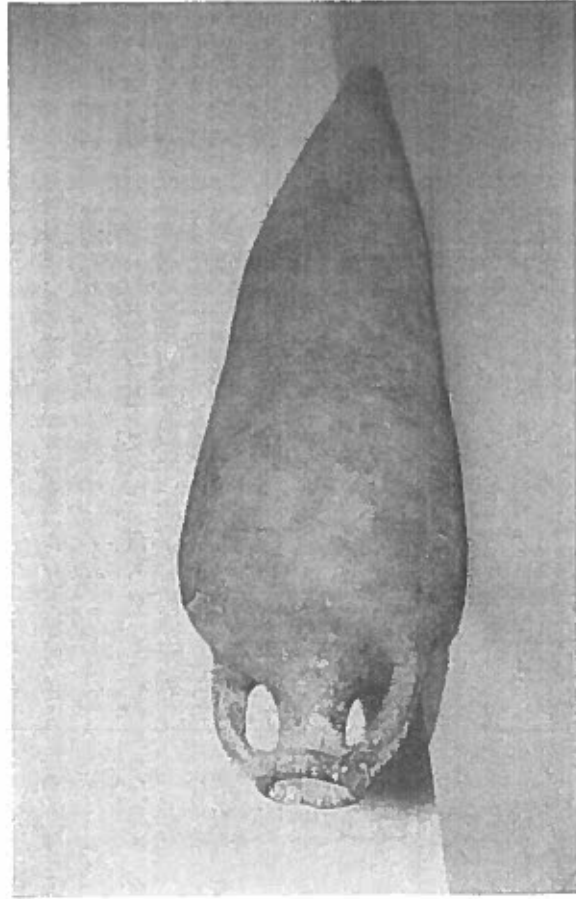
A Junta de Freguesia do Sado aproveita esta oportunidade para convidar os proprietários de cerâmicas e objectos provenientes do estuário, para que possam emprestá-las temporariamente, de forma que seja feito o seu estudo.

Deste conjunto de peças presente na exposição, referimos os exemplares de ânforas romanas, que foram fabricadas no Sado;

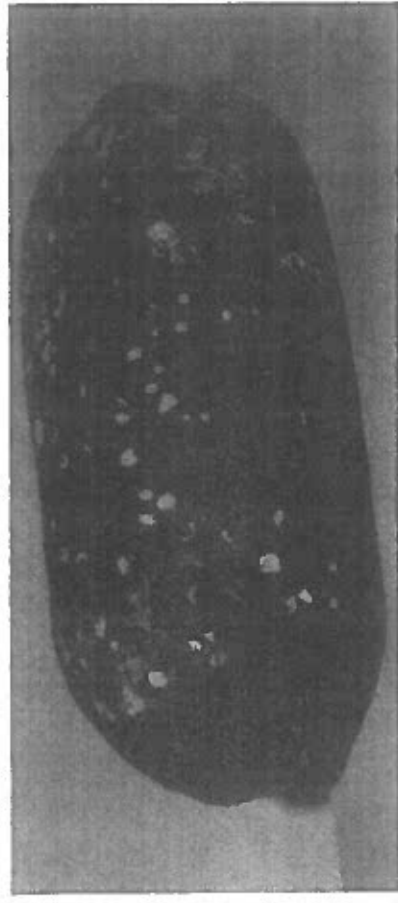
-Dois exemplares de Lusitânia 2/Dressel 14 (sec.II/III d.c.), um exemplar de Lusitana 4/Almagro 51C (Séc. III a IV) e um exemplar de Lusitana 5(?) /Almagro 51 a-b (sec. III a IV).

Também presente na exposição, estão duas bilhas vidradas e duas taças. Os paralelos são escassos para uma correcta inserção cronológica. Contudo, pensamos que as peças poderão remontar aos séculos XVI/XVII.

A finalizar, queremos agradecer aos proprietários das peças expostas, a gentileza que tiveram ao emprestá-las para a exposição "À Descoberta da Nossa Terra".



Ânfora Lusitânia 4/Almagro 51C



Ânfora Lusitânia 5 (?) Almagro 51 a-b



Ânforas Lusitânia 2/Dressel 14

II Parte

2. Período Contemporâneo (Século XX)

2.1. Enquadramento histórico desde o início do século

Nas duas primeiras décadas deste século começaram a surgir nesta zona algumas famílias, tendo as primeiras chegado aqui ainda durante a monarquia.

Depois da implantação da República, aproveitando a euforia do momento, outras lhe seguiram o exemplo.

Estas famílias vindas, na sua esmagadora maioria do concelho de Proença-a-nova, do distrito de Castelo Branco, contribuíram para o crescimento de uma nova realidade.

Digno de reparo será o facto de estas gentes que vieram de uma região bastante seca e montanhosa, se implantaram numa área plana e muito húmida.

Até 1940 esta zona teve um desenvolvimento pouco significativo, pois apenas aqui se tinha instalado uma grande empresa. A SAPEC, que começou a laborar em 1928.

A SOCEL (hoje Portucel) começou a ser construída na década de 60 e em 1964 iniciou a sua laboração empregando 600 trabalhadores e por isso marcou o desenvolvimento desta zona da Freguesia do Sado, inclusive com o aumento de carreiras de autocarros a servirem a população aqui residente.

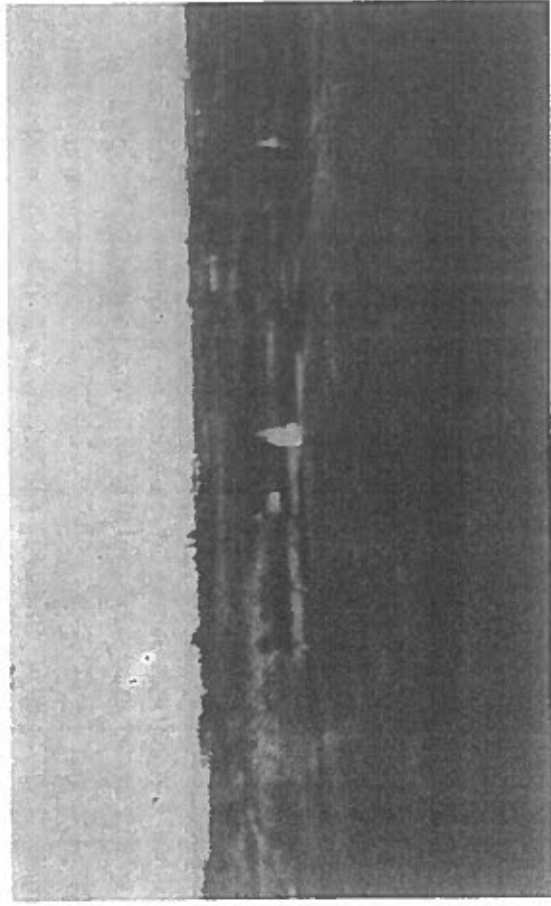
A Inapa, vizinha da Socel, teve influência no desenvolvimento económico da população da Freguesia, em especial para os mais novos, visto que se tratava de uma empresa jovem.

A indústria de montagem de automóveis teve importância no progresso da região, mas o fracasso deste processo levou a que os trabalhadores, em risco

de perderem os seus postos de trabalho, pressionaram as administrações a procurarem soluções para a reconversão das empresas, como aconteceu com a Movauto e com a Entrepasto. Estas empresas, estão sediadas fora da Freguesia do Sado, mas empregam muitos trabalhadores que aqui residem. Como fruto das reconversões, nasceram a Ariston e a Valfrio.

A instalação em terrenos vizinhos da Freguesia do Sado, da Renault trouxe novas esperanças aos trabalhadores e a experiência adquirida nas outras fábricas garantiu-lhes a continuação do emprego.

A EDP, veio ocupar uma grande área que anteriormente tinha sido uma lavra de arroz, e das quase três centenas de trabalhadores que emprega na Central Termoeléctrica de Praias-Sado, 70 são residentes na área da Freguesia do Sado.



Faralhão antigo

2.1.1. A propriedade da terra

A escassez de documentação histórica referente às várias povoações que compõem a actual Freguesia do Sado levaram-nos a ouvir cidadãos de reconhecida idoneidade que nasceram há muitos anos nesta região.

No início do século, cidadãos vindos da Beira Interior, com predominância para o distrito de Castelo Branco, instalaram-se nesta região, cujas terras eram pertença de três pessoas: Henrique Augusto Pereira, ainda hoje designado por Henriques pereira; Afonso Henriques Teixeira de Macedo e Castro e um tal Pestana.

Henrique Augusto Pereira era dono das herdades de Mitrena, Praias-Sado (onde está sediada a SAPEC), da quinta das Praias, de Santo Ovídio e Faralhão. Este homem, que foi presidente da Câmara Municipal de Setúbal de 17 de Janeiro de 1918 a 22 de Fevereiro de 1919 e vice-presidente, de 13 de Março de 1924 a 2 de Janeiro de 1926, teve a habilidade de mandar abrir estradas que lhe facilitaram o acesso às suas terras. A Estrada da Graça foi a sua grande obra e permitiu-lhe o acesso às herdades de Mitrena e Praias-Sado. Traçou também a estrada que une a Mourisca à Estrada do Alentejo e que lhe permitiram um mais fácil acesso ao Moinho da Mourisca.

Afonso Henriques Teixeira de Macedo e Castro era dono de uma pequena parcela de terra, hoje conhecida por Chaburguinhas e Morgada, então designadas por Faralhão.

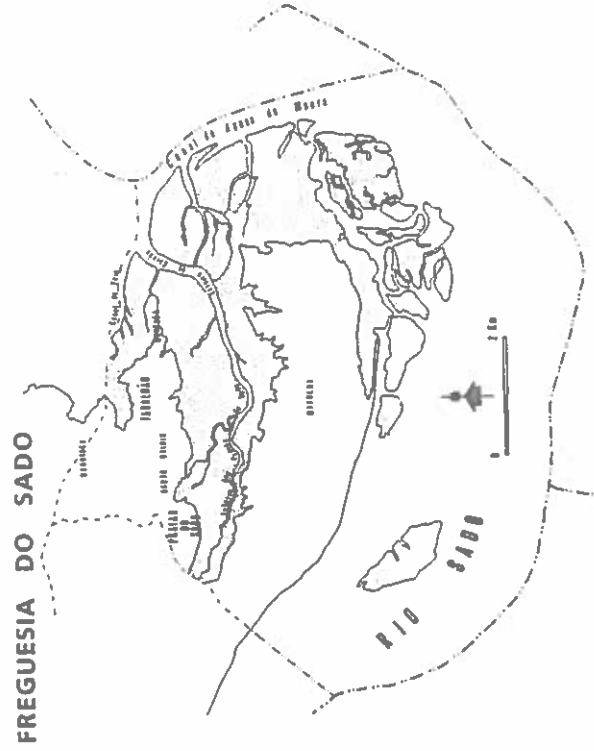
Por causa da má vizinhança que Henrique Augusto Pereira lhe provocava, Afonso Henriques Teixeira de Macedo e Castro, que era tido como homem de paz que não gostava de conflitos, foi perdendo as suas terras, de forma nem sempre clara, em favor do seu vizinho. Ainda hoje, José Ângelo, conhecido por José Figueiras, um dos actuais proprietários das terras confinadas com as estradas das Chaburguinhas e Morgada, relata que seu pai, Josué Ângelo, começou a explorar aquelas terras em regime de foro, tendo a escritura de arrendamento sido celebrada com Afonso Henriques Teixeira de Macedo e Castro, o então proprietário da terra. Por volta de 1924, a contenda entre Henrique Augusto Pereira e Afonso Henriques Teixeira de Macedo e Castro agudizou-se e este mandou vir uma parrelha de mulas que lavraram dois regos, que se designavam na época por «*asséptia*», e que iam de um grande

pinheiro manso, muito antigo, existente no Alto do Faralhão, até ao fundo do Faralhão, hoje Estrada da Morgada.

Em 1926, Josué Ângelo comprou as terras que tinha de foro, mas a escritura já foi celebrada com Henrique Augusto Pereira, o que prova que Afonso Henriques Teixeira de Macedo e Castro, numa tentativa de evitar lutas, acabou por ceder as terras ao seu antagonista.

A situação de conflito levou a que Afonso Henriques Teixeira de Macedo e Castro deixasse de pagar contribuições às Finanças, referentes a estas terras. Por seu turno, Henrique Augusto Pereira, que legalmente não era dono daquelas terras, também não pagava impostos e, porque era proprietário do Faralhão, valeu-se disso e vendeu as terras em disputa aos ascendentes dos actuais donos.

O tal Pestana, que era dono da herdade da Mourisca e do Moinho da Mourisca, acabou por vender o Moinho da Mourisca (não se sabe se por causa de conflitos com o “vizinho” ou se por necessidades económicas) a Henrique Augusto Pereira e, mais tarde vendeu a herdade da Mourisca a um tal Pratas que, por seu turno, a vendeu a um Cardoso e este a Bustorff Silva.



2.2. Criação da Freguesia

A Freguesia do Sado foi criada pelo Decreto Lei Nº 113/85 de 4 de Outubro.

Foi proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do P.C.P. na III Legislatura "83/87" que esta força política, transportando um sentimento generalizado da população, desta região, para a Assembleia da República, apresentou um projecto Lei, que foi aprovado, transformando em realidade uma aspiração há muito sentida pela população.

As razões que levaram à criação da Freguesia do Sado foram essencialmente a distância que as populações deste canto do Concelho, se encontravam da sede do mesmo, e principalmente da sede da sua Freguesia que era S. Sebastião.

A certificar a razão acima citada esteve a criação de uma delegação da Freguesia de S. Sebastião, na Quintinha do Meio, em 25 de Abril de 1984, com o objectivo de poder servir melhor as populações de Praias-Sado, Stº Ovídio, Faralhão, Mourisca e Estefanilha.

A Freguesia do Sado tem uma área de 20,7 Km², cujos limites são definidos por uma linha que parte a nascente do limite do Concelho e segue pelo canal de Águas de Moura, canal da Vaia e estrada Municipal nº 536-1^a, seguindo depois para Sul até à linha do caminho de ferro, em Praias-Sado, retomando para Sul a estrada municipal nº 536-1^a, até ao cruzamento da Graça e estuário do Sado.

Tem uma população de 5.300 habitantes aproximadamente que se dividem por três localidades principais: Praias-Sado, Stº Ovídio e Faralhão. Segundo dados de 1991 haviam na Freguesia 5.256 habitantes dos quais 2678, 50,9% eram do sexo masculino e 2578, 49,1% do sexo feminino, sendo a maior faixa etária indivíduos com idades compreendidas entre os 30 e 50 anos, 32,7% da população seguida dos com mais de 50 anos, 22,6%.

A Freguesia tem os seus aglomerados populacionais dispersos, concentrando-se mais junto às vias rodoviárias.

Presentemente, os habitantes da Freguesia do Sado são essencialmente operários, que trabalham nas fabricas circundantes, pescadores e agricultores.

Estes últimos, na sua maioria, tem a agricultura como complemento de uma das actividades atrás focadas.

Mas nem sempre foi assim. Remontando aos anos 50/60 a actividade importante foi a apanha de ostras no rio Sado, e todo o seu tratamento até à fase de exportação, o que fez com que viessem para esta região, muitas famílias, na sua maioria, do Baixo Alentejo, principalmente dos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém.

Estas famílias acabaram por se radicar nesta região, hoje Freguesia do Sado, fazendo com que nos anos 60 se registasse um grande crescimento demográfico habitacional.

Até então, as pessoas que viviam nesta região, na sua grande maioria, eram originárias do Distrito de Castelo Branco e exploravam outros sectores de actividade, como o sal, a agricultura (arrozais e pomares) e algumas famílias dedicavam-se à pesca no rio Sado.

Pelo que ficou dito atrás, esta população, vinda de diversos pontos do País, com tradições e costumes diferentes, desenraizados das suas origens, tentaram superar este mal, formando associações ou grupos culturais, de acordo com os seus interesses. Criada a Freguesia, a mesma ficou a funcionar nas instalações, onde funcionava a delegação da Junta de Freguesia de S. Sebastião.

De acordo com a Lei, foi constituída a Comissão Instaladora, que teve como responsabilidade criar condições indispensáveis para a realização do acto eleitoral de Dezembro de 1985. Desta comissão fizeram parte os seguintes elementos: Eng.º Artur Canaveira Russo (Vereador da Câmara Municipal de Setúbal), António Sebastião Areias (representante da Assembleia Municipal de Setúbal), Carmelindo Vitorino Elias (membro da Junta de Freguesia de S. Sebastião), Maria Inácia Simão Godinho (membro da Assembleia de Freguesia de S. Sebastião), Eusébio Manuel Candeias (eleitor designado de acordo com o nº 3 da Lei 11/82), Maria Inácia Martins Leitão Jerónimo (eleitor designado de acordo com o nº 3 da Lei 11/82), Camilo Barradas Alminhas (eleitor designado de acordo com o nº 3 da Lei 11/82), José Gonçalves Costa (eleitor designado de acordo com o nº 3 da Lei 11/82).

Ocorrido o acto eleitoral de 15 de Dezembro de 1985 foram eleitos por sufrágio directo e universal os primeiros órgãos autárquicos para a Freguesia do Sado, ficando distribuídos pelas forças concorrentes da seguinte forma:

CDU - 2016 - 66,93%; PS - 821 - 27,25%; UDP - 88 - 2,92%

Depois dos novos eleitos terem tomado posse iniciado o seu mandato, uma das suas principais preocupações foi a de colocar o problema das instalações à Câmara Municipal de Setúbal, no sentido de esta ceder um lote de terreno para a construção da Sede da Junta, uma vez que se encontravam instalados em condições precárias.

Este Executivo debatia-se com grandes dificuldades financeiras pois os seus orçamentos eram bastante reduzidos para fazer face às grandes carências existentes na Freguesia. Assim, este Executivo tentou minorar alguns desses problemas, contribuindo, por exemplo, para que os moradores da Quintinha do Meio tivessem água canalizada, através de uma contribuição monetária para a referida obra; construiu e colocou abrigos de passageiros nas principais paragens de autocarro da Freguesia; apoiou escolas nalgumas pequenas obras e já no último ano do seu mandato conseguiu reunir condições mínimas para o início da construção da Sede da Junta, obra que começou em Agosto de 1989.

Para além deste trabalho o Executivo apoiou colectividades da Freguesia contribuindo com cerca de oito por cento do seu orçamento para as subsidiar.

Em 17 de Dezembro de 1989 ocorreu segundo acto eleitoral que teve o seguinte resultado:

CDU - 1497 - 61,68%; UDP - 47 - 1,9%; PPD/PSD - 287 - 11,8%;
PS - 596 - 24,5%

Proseguindo o trabalho iniciado pelo Executivo anterior os novos eleitos adquiriram vidrões para colocar na Freguesia; procedeu a alguns arranjos prementes nas estradas e ruas e concluiu e mobilou a Sede da Junta, tendo inaugurado a mesma no dia 25 de Abril de 1992. Esta obra custou cerca de 13.000.000\$, tendo contado com o apoio da Câmara Municipal de Setúbal no valor de 1.300.000\$, da AECOD-Associação de Eleitos Comunistas e Outros Democratas no valor de 200.000\$, do Governo Central através do subsídio para a construção da Sede no valor de 2.000.000\$, bem como da verba proveniente de uma campanha de angariação de fundos levada a cabo junto de outras juntas de freguesia, no valor de 247.800\$. A Secil ofereceu

cinquenta sacos de cimento. As restantes verbas saíram do orçamento da Junta de Freguesia. Apesar deste grande esforço, o Executivo ainda continuou a apoiar todas as colectividades da Freguesia disponibilizando até ao ano de 1992, cerca de nove por cento do seu orçamento.

Já em 1993 o Executivo fez um investimento de 719.200\$00 na aquisição de um equipamento de ar condicionado para as instalações da Sede da Junta, recuperou parques infantis e apoiou, uma vez mais, todas as iniciativas levadas a cabo pelas colectividades, disponibilizando, este ano, cerca de 20% do seu orçamento para o efeito.

I SERIE — N.º 229 — 4-10-1985

Lei n.º 113/85
de 4 de Outubro

Criação da freguesia do Sado no concelho de Setúbal

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea b) do artigo 167.º e do n.º 2 do artigo 169.º da Constituição, o seguinte:

ARTIGO 1.º

É criada no concelho de Setúbal a freguesia do Sado.

ARTIGO 2.º

Os limites da nova freguesia, conforme representação cartográfica anexa, são definidos por uma linha que parte a nascente do limite do concelho e segue pelo canal de Águas de Moura, canal da V.ia e estrada municipal n.º 356-1.º, seguindo depois para sul até à linha do caminho de ferro, acompanhando esta linha até ao apeadeiro de passageiros do mesmo caminho de ferro, em Praias do Sado, retomando para sul a estrada municipal n.º 536-1.º até ao cruzamento da Graça e estuário do Sado.

ARTIGO 3.º

1 — A comissão instaladora da nova freguesia será constituída nos termos e no prazo previstos no artigo 10.º da Lei n.º 11/82, de 2 de Junho.

2 — Para os efeitos da disposição referida no número anterior, a Assembleia Municipal de Setúbal nomeará uma comissão instaladora constituída por:

- a) 1 representante da Câmara Municipal de Setúbal;
- b) 1 representante da Assembleia Municipal de Setúbal;

3296-(73)

- c) 1 representante da Assembleia de Freguesia de São Sebastião;
- d) 1 representante da Junta de Freguesia de São Sebastião;
- e) 5 cidadãos eleitores designados de acordo com o n.º 3 do artigo 10.º da Lei n.º 11/82.

ARTIGO 4.º

- 1 — A comissão instaladora exercerá funções até à tomada de posse dos órgãos autárquicos da nova freguesia.
- 2 — O artigo 10.º, n.º 6, da Lei n.º 11/82 não se aplica à criação da presente freguesia.

ARTIGO 5.º

As eleições para a assembleia da nova freguesia realizar-se-ão na data das primeiras eleições autárquicas gerais posteriores à entrada em vigor da presente lei.

ARTIGO 6.º

A presente lei entra em vigor 5 dias após a sua publicação.

Aprovada em 11 de Julho de 1985.

O Presidente da Assembleia da República, *Fernando Monteiro do Amaral*.

Promulgada em 2 de Setembro de 1985.

Publique-se.

O Presidente da República, *ANTÓNIO RAMALHO EANES*.

Referendada em 4 de Setembro de 1985.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

2.3. Habitação e Urbanismo

No princípio do século XX, em toda a região, hoje incluída na Freguesia do Sado, existiam cerca de três dezenas de habitações, número que foi aumentando de acordo com o crescimento das famílias, que então aqui habitavam.

Desde sempre esta região do concelho de Setúbal, por estar integrada na zona mais industrializada do concelho e pelas actividades económicas ligadas ao rio Sado, foi muito procurada por pessoas vindas de outros pontos do País e até mesmo por pessoas que já habitavam noutras áreas do concelho.

O seu primeiro grande crescimento habitacional, deu-se nos finais dos anos 50 e nos primeiros da década de 60, com o aparecimento, em 1962, do Bairro dos Operários da Sapec, em Praias-Sado e com a imigração de muitas famílias que vieram, nos anos 50, trabalhar para a apanha da ostra. Sendo esta actividade muito rentável, estas famílias acabaram por, na grande maioria, instalar-se nesta região, adquirindo terrenos para aqui construírem as suas habitações.

Depois do desaparecimento da actividade relacionada com a apanha de ostras, o que se verificou em 1972/73, começaram a surgir outras actividades económicas e as gentes de outras regiões continuaram a procurar esta parte do concelho, o que fez com que cada vez houvesse mais carência de habitações.

Após o 25 de Abril de 1974, constatada esta carência pelos novos responsáveis do Poder Local e pelas Comissões de Moradores, constituíram-se na nossa Freguesia duas cooperativas de habitação, que em grande parte contribuíram para a resolução do problema da falta de habitação nesta zona.

A carência de habitações provocou um movimento especulativo e o crescimento da contrução clandestina, que se tornaria de difícil resolução. Tudo começou com os loteamentos feitos em avos e vendidos a várias pessoas em conjunto, sem que os processos passassem pela Câmara Municipal de Setúbal. A necessidade imediata de habitação levou as pessoas a construírem clandestinamente, uma vez que haviam comprado o terreno para ali implantar a habitação.

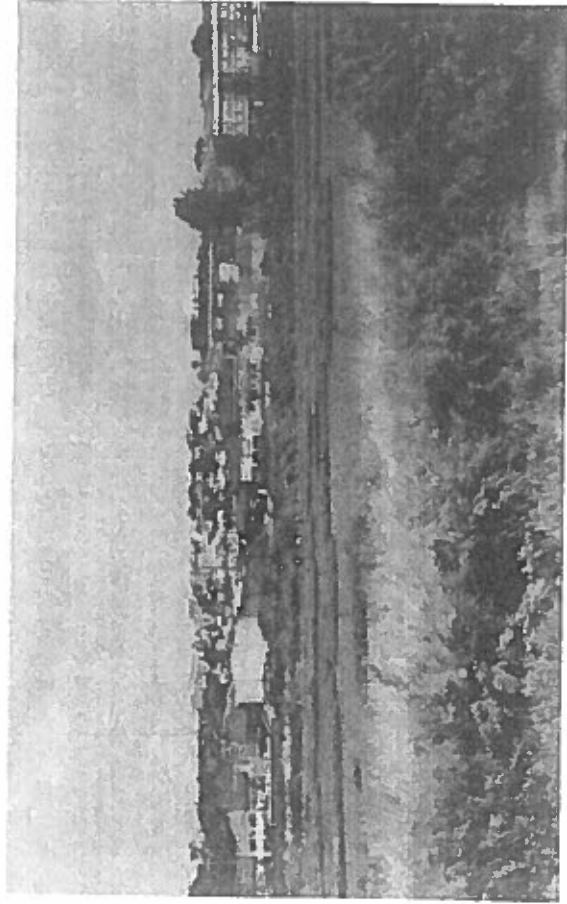
Foi na zona de Santo Ovídio e Faralhão que este problema mais se fez sentir e onde a iniciativa privada mais efeitos teve.

Longe de todo este processo, foram construídos, nos terrenos adjacentes à Sapec, dois bairros, propriedade daquela empresa e destinados aos quadros superiores e operários cujas funções obrigavam a que estivessem sempre perto da zona fabril.

Também relacionado com esta empresa esteve a construção do Bairro dos Operários da Sapec, em Praias-Sado, tendo aquela empresa adquirido o terreno e depois vendido o mesmo aos trabalhadores que ali construíram as suas casas. Processo idêntico, mas construído em sistema de cooperativa, foi o do Bairro da Sapec, junto à Sede da Junta de Freguesia.

A construção colectiva não se fez sentir só nos trabalhadores da Sapec e outras formas de organização surgiram com a criação da Cooperativa de Habitação "Bem Vinda a Liberdade", no Faralhão e da CHECE-Cooperativa de Habitação e Construção Económica União Praise, de Praias-Sado.

A iniciativa privada voltou a ter papel importante na Freguesia com o surgimento de loteamentos, como o existente em Olival Chaves, em Praias-Sado.



Vista parcial de Praias-Sado

2.3.1. Cooperativa de Habitação e Construção Económica "Bem Vinda a Liberdade"

O regime decorrente do 25 de Abril proporcionou a criação de Comissões de Moradores e da existente no Faralhão nasceu, nos finais de 1974, a ideia de formação da Cooperativa de Habitação e Construção Económica "Bem Vinda a Liberdade".

A população do Faralhão tinha duplicado na década de 70. Este fenómeno fez desenvolver a construção clandestina, por pressão das necessidades habitacionais e da especulação de terrenos. Desenvolveu-se, deste modo, uma teia urbana degradada, sem suporte de infra-estruturas e equipamentos básicos.

Para dar resposta conjunta a novas necessidades habitacionais e a novos e correctos processos urbanísticos, saiu da Comissão de Moradores a ideia, logo posta em prática, da dinamização de uma cooperativa de habitação.

Começou aí a luta contra as construções clandestinas, a degradação paisagística e urbana, a batalha por uma habitação digna.

O mérito de todo este processo da Comissão de Moradores da época, reside na sistemática ligação à população, no aprofundamento da discussão em dezenas de assembleias gerais abertas e participadas, na alteração de conceitos retrógrados de urbanismo. Em suma, na definição e aceitação de um habitar com dignidade.

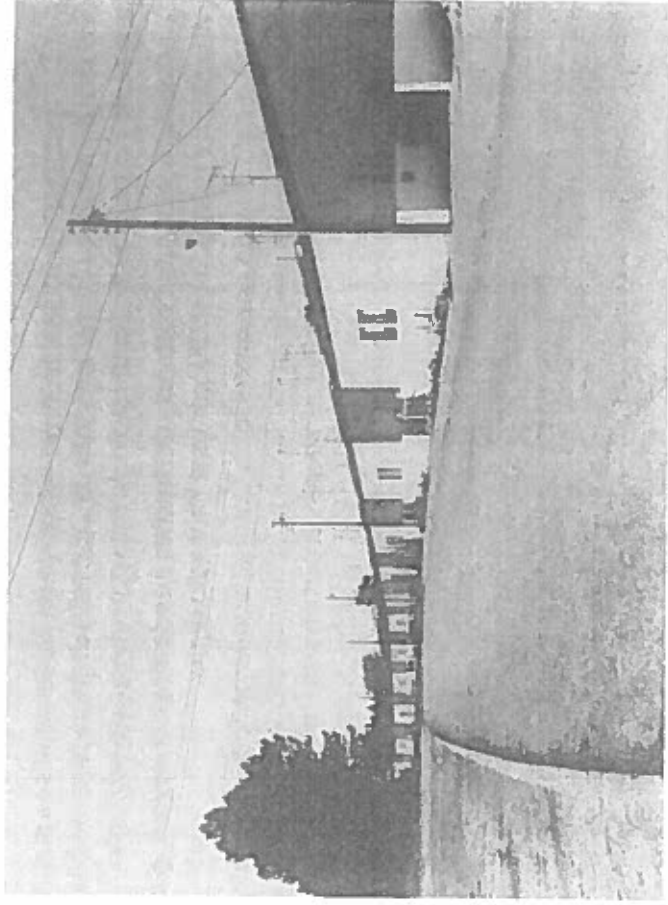
O fenómeno migratório do campo para a cidade, êxodo rural provocado pela atracção que a oferta de postos de trabalho nas indústrias de Setúbal teve, dado o desemprego, a insegurança social e os baixíssimos salários pagos na agricultura, forte influência na vinda para zonas de Santo Ovídio e Faralhão e muitos naturais de concelhos do Alentejo.

A Cooperativa foi constituída em 13 de Novembro de 1975 e engloba 276 fogos construídos em várias fases. Na primeira fase foram habitadas, em Outubro de 1980, 150 moradias. A segunda fase compreende 74 fogos, dos quais faltam habitar 20, que estão em construção.

O processo para a terceira fase está bem encaminhado para, em breve, iniciar a construção.

A Cooperativa construiu também a sua sede social, de que fazem parte uma sala se espectáculos, bar, sala de convívio e zona de diversões. Foram também construídos: o edifício administrativo, onde funciona o Posto de Correios; as instalações onde funciona a carpintaria; o jardim de infância A.T.L. com capacidade para 50 crianças. São propriedade da Cooperativa máquinas e viaturas para construção e apoio às restantes actividades.

A actividade recreativa, cultural e desportiva tem grande importância e merecem destaque o grupo de teatro amador, a escola de iniciação musical, o grupo coral alentejano, a equipa de cicloturismo e a comissão de animação e realização de espectáculos, cinema, bailes e convívios.



2.3.2. CHCE - Cooperativa de Habitação e Construção Económica União Praiense

A Cooperativa de Habitação e Construção Económica União Praiense foi fundada a 15 de Outubro de 1976, tendo como finalidade a construção de habitação para os seus associados, que actualmente prefazem o montante de 230 elementos.

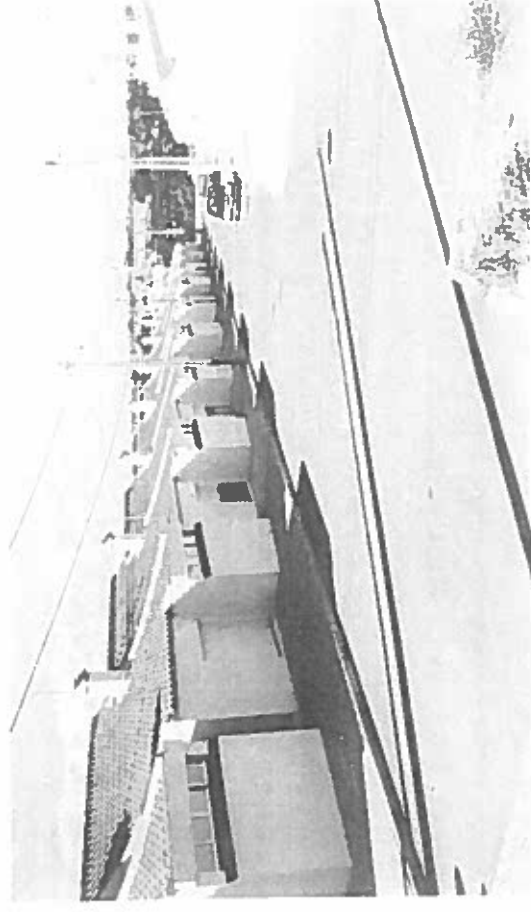
Até ao presente foram construídos, na Quinta do Meio, junto ao Bairro dos Operários da Sapeç, 74 fogos, sendo 30 em regime de propriedade colectiva e os restantes em regime de propriedade individual.

A construção nestas duas modalidades foi apoiada pelo crédito do Instituto Nacional de Habitação.

No prolongamento desta actividade prevê-se a construção de outros 74 fogos, em regime de propriedade individual, a médio prazo, mercê de novos esforços incentivados pela Direcção e colaboração dos sócios.

A Cooperativa possui sede em imóvel próprio, localizada junto ao aglomerado habitacional, onde funciona permanentemente a Direcção, dentro de um horário estabelecido.

Toda a actividade cultural e desportiva inerente à vivência dos sócios, não está esquecida pela actual Direcção, que só aguarda condições económicas e sociais para a tornar, um dia, realidade.



2.4. Infra-estruturas

2.4.1. Abastecimento de água

Na Freguesia do Sado as populações abasteciam-se de água dos poços ou furos que, de uma maneira geral, quase todas as famílias tinham nos quintais ou fazendas. Nas fazendas existiam, na maior parte dos casos, as noras, puxadas por animais.

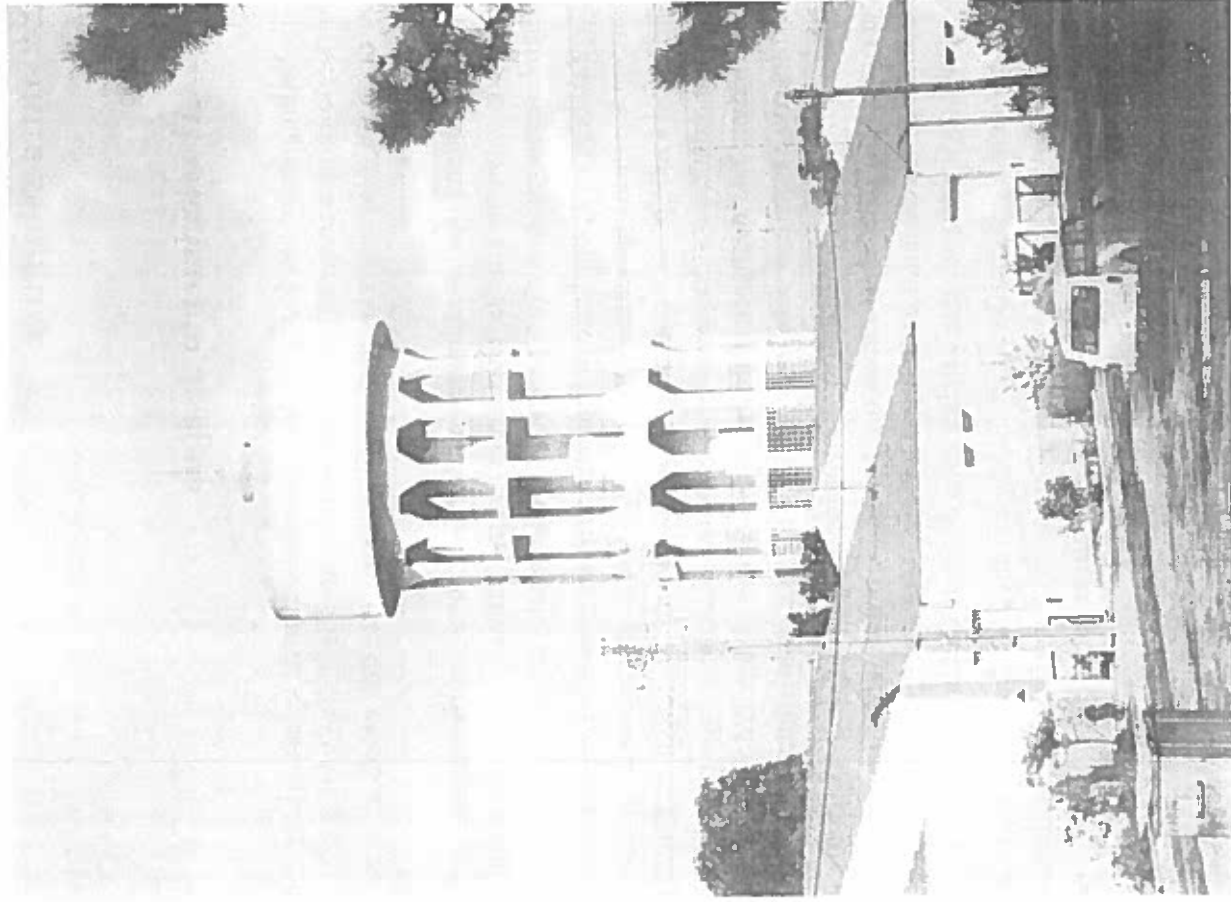
Este sistema de abastecimento ainda não acabou completamente, uma vez que existem muitas habitações, principalmente na Morgada e Chamburguinhas, que não têm ligação à rede pública de águas.

Também foi a população de Praias-Sado quem primeiro foi servida com este bem essencial. Estávamos em 1961/62, quando foi construída a conduta que ligava a rede pública que chegava ao Matadouro Municipal, na Estrada da Graça, ao Bairro dos Operários da Sapeç, beneficiando também as populações que residiam na Rua Principal de Praias-Sado. Mas só depois do 25 de Abril se começou a trabalhar para levar água aos núcleos mais habitados.

Em 1979/80, foi construído o reservatório de água do Faralhão e os furos para captação para abastecimento do mesmo, o que permitiu que fosse ampliada a rede de águas para Santo Ovídio e Mourisca. Em 1991 procedeu-se ao abastecimento de água a toda a zona de Santo Ovídio.

De salientar que já na década de 70 esta era uma das infra-estruturas mais reivindicada, uma vez que a água dos poços começava a ficar inquinada por infiltrações provenientes das fossas que serviam as habitações.

Em 1991, aquando da realização dos censos, apurámos que dos 1862 alojamentos existentes na Freguesia, estavam vagos 244 e dos 1618 habitados 493 não estavam ligados à rede de abastecimento público. Ao longo destes dois anos estes números têm sofrido sensível baixa.



Depósito de Água do Faralhão

2.4.2. Saneamento

Na Freguesia do Sado, à excepção de um único caso, que foi o do Bairro dos Operários da Sapec, em Praias-Sado, só começou a ser implantada rede de esgotos domésticos depois do 25 de Abril de 1974.

Em 1961/62, foi habitado o Bairro dos Operários da Sapec, o qual foi dotado desta infraestrutura, que ficou despejando directamente para o rio, tal como ainda hoje acontece.

Este bairro beneficiou desta infra-estrutura porque se tratou de um grande projecto organizado por uma importante empresa da região.

A partir de 1974, com a criação das Comissões de Moradores, começou a fazer-se o levantamento e, com base neste, surgiram reivindicações muito concretas nesta área.

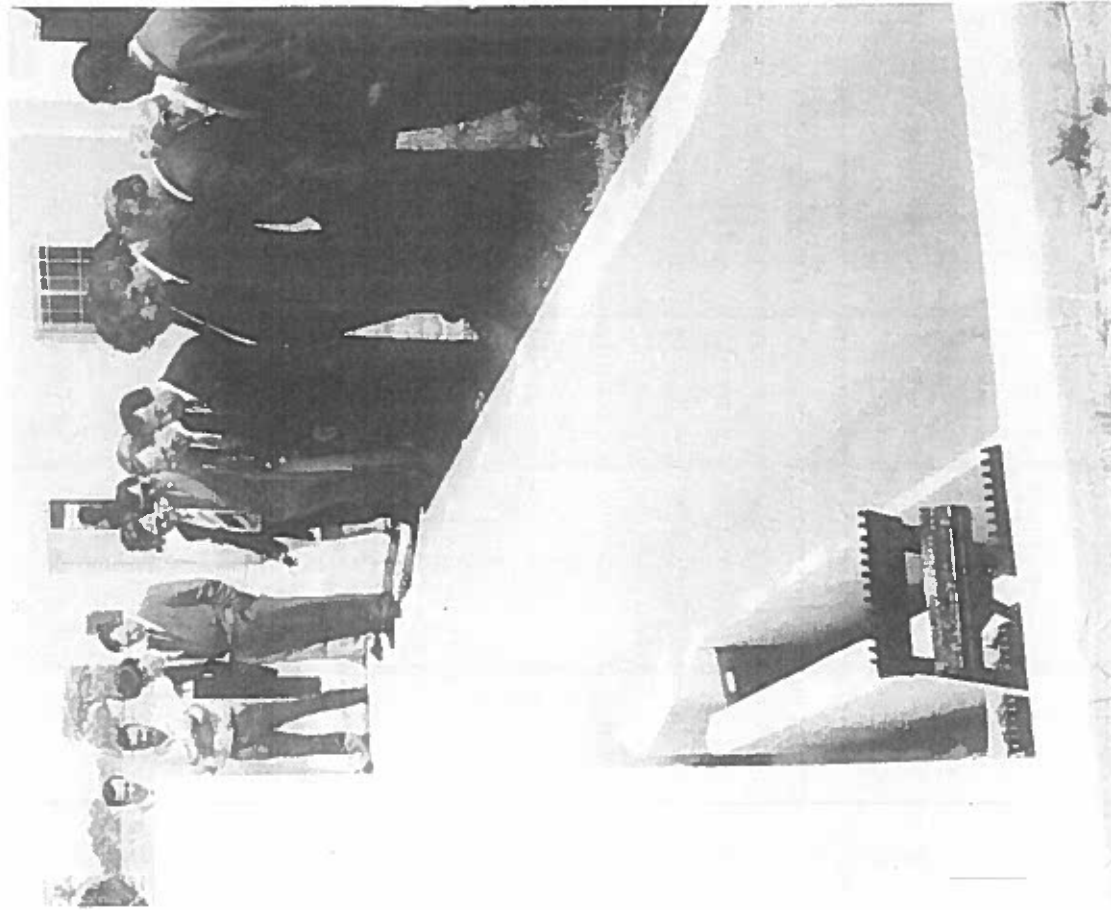
Foi então que, na zona nascente da Freguesia, se iniciou a colocação da rede geral de esgotos com a construção de duas centrais elevatórias de águas residuais, uma em Santo Ovídio e outra no Faralhão. Em 1980 foi habitada a primeira fase da Cooperativa do Faralhão, num total de 150 fogos, em que já estava instalada toda a rede de esgotos. A propósito, refira-se que, em grande parte, foi por influência deste projecto que começaram a ser instalados esgotos domésticos nas zonas mais populacionais da Freguesia.

Terminada nos anos 1980/81 a implantação dos esgotos na zona de Santo Ovídio, Cooperativa de Habitação do Faralhão, Torralta e algumas ruas em Praias-Sado, houve como que uma paragem no tempo, tendo sido retomada, em 1993, a implantação de condutas na Rua da Capela e na Rua do Esteiro.

Foi construída durante o ano de 1991/92 a ETAR-Estação de Tratamento de Águas Residuais, do Faralhão e inaugurada no dia 25 de Abril de 1992. Infra-estrutura indispensável nesta região para fazer face ao crescimento habitacional e para tentar resolver o problema da poluição de afluentes domésticos na região do Faralhão.

Esta ETAR, com capacidade para receber todos os esgotos de Santo Ovídio, Faralhão, Morgada e Chamburguinhas, está, nesta altura, a receber os esgotos de Santo Ovídio, até à Rua da Capela, e da Cooperativa de Habitação do Faralhão. Regista-se ainda, com bastante desagrado, que dos 1862 fogos

habitados em 1991, havia 556 que não tinham esgotos ligados à rede pública. À data desta publicação, este equipamento está apenas em execução na Rua da Capela e na Rua do Esteiro.



Autarcas na inauguração da ETAR do Faralhão

2.4.3. Electricidade

Este bem necessário para a vida mais adequada aos novos tempos está distribuída por toda a Freguesia. Em 1991 havia apenas 48 alojamentos sem luz eléctrica. Trata-se de habitações que estão muito isoladas ou então decasos relacionados com construções clandestinas e, como é evidente, os seus proprietários têm bastante dificuldade em conseguir ali fazer chegar a rede eléctrica.

Na Freguesia do Sado, o primeiro bairro a beneficiar de energia eléctrica foi o Bairro dos Operários da Sapec, em Praias-sado, em 1964, o que significa que tendo o bairro sido habitado em 1961/62, os primeiros moradores a ocuparem as casas estiveram bastante tempo sem electricidade.

Passados alguns anos a iluminação pública chegou à povoação de Praias-Sado e só em 1972 esta infra-estrutura chegou ao Faralhão.

Após o 25 de Abril de 74 foi então levada a luz a quase todos os habitantes da Freguesia.

Por esta razão houve uma sobrecarga de consumo, o que levou a que, em 1983/84, houvesse necessidade de montar novo equipamento no posto de transformação para reforço do já existente. Desde então, de uma forma gradual, tem-se vindo a reforçar a iluminação pública, tanto em extensão como em qualidade.

2.5. Rede Viária e Ferroviária

2.5.1. Estradas

O que conseguimos apurar sobre vias de comunicação, de e para esta região, foi que Henrique Augusto Pereira, proprietário de todas estas terras hoje incluídas na Freguesia do Sado e que foi presidente da Câmara Municipal de Setúbal em 1918 e vice presidente daquela autarquia, mandou empedrar a Estrada para Mitrena e a Estrada da Mourisca, que liga à Estrada do Alentejo. Com este procedimento Henrique Augusto Pereira teve como principal objectivo fazer a ligação das suas terras aos principais eixos viários e também à cidade.

Maistarde foi empedrada a Estrada de Praias-Sado, desde o Cruzamento da Graça até ao Sítio das Curvas, completando a ligação à Estrada de Santas.

No ano de 1950 foi empedrada a estrada desde o Cruzamento do Faralhão, também conhecido por Cruzamento do Daniel, até à Mourisca.

Em 1969 foi a vez de empedrar a Estrada da Morgada, que na altura era conhecida por Estrada do Faralhão, adoptando a actual designação quando passou a ser servida por carreiras de autocarro.

A Estrada da Graça, que liga Setúbal à zona industrial de Mitrena, foi a primeira desta região a ser alcatroada, seguindo-se, em 1968, a E.N. 536, desde o Cruzamento da Graça até ao Sítio das Curvas.

Todas as outras estradas ou ruas na área da Freguesia do Sado, que beneficiaram desta melhoria, foram asfaltadas após o 25 de Abril de 1974.

Nos últimos dois anos procedeu-se à repavimentação dos eixos viários principais e algumas ruas receberam asfalto pela primeira vez. Esta intervenção, por parte da Câmara Municipal de Setúbal, deveu-se, em parte, aos protestos da população que utilizou todas as formas ao seu alcance, desde os "abaixo assinados", até ao apelo aos órgãos de comunicação social para que divulgassem a situação em que viviam. A Junta de Freguesia do Sado através dos seus órgãos de soberania (Executivo da Junta e Assembleia de Freguesia),

nunca deixou de protestar contra este estado de coisas.

No final da década de 60 Praias-Sado passou a ser servida por carreiras de autocarro, que tinha a última paragem no Bairro dos Operários da Sapeç.

Mais tarde surgiram as carreiras para o Alto do Fralhão e, mais tarde ainda, foi criada uma carreira que ligava a Portucel (então Socel) a Setúbal e que dava a volta por Praias-Sado e Estefanilha.

2.5.2. Caminho de Ferro

Na última década do século XIX foi criado o entroncamento de Pinhal Novo e de imediato se projectou a linha de caminho de ferro que iria passar por Praias-Sado para que o combóio chegasse, mais tarde, ao Algarve.

A Sapeç foi a primeira grande empresa a intalar-se nesta zona e logo foi servida pelo caminho de ferro para poder receber o minério vindo das minas de Aljustrel e Lousal e escoar os seus produtos.

Até ao final da década de 60 Praias-Sado apenas era servida pelo comboio, havendo como alternativa às poucas carreiras que havia, o autocarro da carreira entre a Sapeç e Setúbal e que passava pelo Cruzamento da Graça.

2.6. Uma Visão Ecologista da Freguesia do Sado

Francisco Sandoval

Patrícia Arsénio

(Membros do Centro de Ed. Ambiental da QUERCUS)

1 - Pequena introdução

Não é por acaso que parte da Freguesia do Sado está incluída numa Reserva Natural - Reserva Natural do Estuário do Sado. Nela existem dois ecossistemas típicos da zona e que importa preservar devido à sua grande importância natural e socio-cultural.

Assim, temos os sapais - zona lodosa sujeita à acção das marés - que são uma parte excepcional na medida em que a maioria das espécies piscícolas costeiras, depois da desova, vêm crescer neste local para mais tarde fazerem parte da pesca costeira que é de grande importância para a economia do país. Outro aspecto é o clima da zona e a sua morfologia. Estes permitem a invernagem de variadíssimas espécies de aves.

Os montados - cultura de sobreiros ou azinheiras, - por sua vez, têm todas as condições para conterem um ecossistema rico em espécies que vão desde os roedores até aos mamíferos e aves predadoras, passando por um leque variadíssimo de outras aves, tanto insectívoras como granívoras.

Se hoje existe um crescente desaparecimento e diminuição das espécies citadas, isto é devido à caça desregulada, à contínua degradação do meio onde elas vivem e a outros factores que mais adiante se irão analisar.

2 - A Riqueza Natural da Freguesia do Sado

Como já foi referido, o aspecto Natural tem grande importância, pois integrado na Freguesia, existem Santuários de aves limícolas - aves adaptadas

nos rodeia, tivermos consciência e responsabilidade nos nossos actos.

Não é tornando a Freguesia do Sado e tantas outras do país em autênticos depósitos de entulho, resíduos tóxicos e outros, não é calando espécies protegidas nem desbastando montados para plantar eucaliptos e outras espécies exóticas, não é permitindo a introdução da piscicultura intensiva no Estuário, da poluição, tanto aéreas como a das águas, que vamos conseguir manter riqueza Natural que, contrariando todas as agressões, ainda existe.

4 - Principais fontes de poluição no Estuário do Sado

Ao longo do rio Sado existem várias indústrias fortemente poluentes, nomeadamente as indústrias químicas, de enlatados, de moagem, de produção de óleos, de fabricação de pasta de papel, de armazenagem de produtos de petróleo, e outras, mais pequenas, como a piscicultura, que condenam este curso de água a descargas constantes de materiais tóxicos, ácidos e orgânicos. Estes materiais poluentes vão provocar um impacto, a longo e curto prazo, nas zonas mais sensíveis do rio: as zonas húmidas, que albergam uma diversidade de espécies animais e vegetais incomparável.

A introdução contínua de produtos químicos no Estuário já provocou a extinção de um considerável número de espécies, especificamente ostras, espécies piscícolas e vegetais. A extinção de espécies é, na maior parte dos casos, irreversível. Por outro lado, muitas destas fontes de poluição encontram-se situadas na proximidade de povoações e de cursos de água, como acontece na Freguesia do Sado, em Setúbal. No entanto, as ameaças ao equilíbrio dos ecossistemas e à saúde dos cidadãos não cessam.

De há uns anos para cá tem-se verificado uma série de acontecimentos que põem em risco o ambiente e a população do concelho de Setúbal, especialmente as residentes na Freguesia do Sado. Damos como exemplos flagrantes os casos da Metalimex, que depositou a céu aberto vinte mil toneladas de resíduos tóxicos, o do Faralhão, onde existe um autêntico armazém de produtos tóxicos inflamáveis, e o da EDP, cuja central eléctrica

para recolher os seus alimentos em níveis de água muito baixos - como os pilritos, os macaricos e os alfiates, que de cuja dieta fazem parte espécies de crustáceos, larvas e outras que existem em abundância nos sapais e salinas, oferecendo, juntamente com o abrigo que estes proporcionam, as condições ideais para passarem o Inverno moderado típico do Estuário, fugindo daqueles mais rigorosos no Norte da Europa.

Outras aves como os flamingos e algumas espécies de patos, aproveitam estas condições para fazerem interrupções nas suas migrações para África de modo que possam repousar e se alimentar antes de chegarem ao seu destino.

Existem ainda aves que aproveitam estas condições para, no Verão, nidificarem nos sapais e salinas. Este é o caso dos perna-longa, das andorinhas-do-mar-anãs ou gaivina-pequena e dos borrelhos de coleira interrompida que põem os ovos nas divisórias das salinas.

Algumas das aves referidas fazem parte da dieta das poucas águias sapeiras ainda existentes na Freguesia, estas juntamente com outras aves de rapina, como os falcões peneireiros e corujas das torres, também se alimentam de outros animais como por exemplo os ratos que tanto afligem as populações da Freguesia.

Fazendo também parte do ecossistema dos montados, estas rapinas encontram aí uma fonte de alimento baseada em pequenas aves como os cartaxos e os pardais, em outras como as rolas e os pombos bravos, roedores como os ratos do campo, os coelhos e lebres. Estes animais, por sua vez, fazem parte da cadeia alimentar onde estão incluídas as raposas, os gatos-bravos e as ginetas.

Todas estas espécies referidas fazem parte da grande biodiversidade da Freguesia do Sado, muitas ficaram ainda por mencionar mas não são por isso menos importantes, pois a Natureza trabalha em ciclos e cadeias e se algum dos seus elos é quebrado, toda ela é afectada.

3 - Como defender este património

Para defender o Património Natural da Freguesia não são necessários grandes meios se todos tivermos conhecimento, formos sensíveis àquilo que

lança para a atmosfera partículas de carbono e outros componentes que corroem pinturas de automóveis, roupa, etc, e que, para agravar mais a situação, provocou problemas de saúde a alguns membros da população. Outras empresas poluidoras que podem ser mencionadas são a Portucel e a Sapec.

A Freguesia do Sado tem recursos hídricos onde se realizam captações de água para uso industrial e doméstico e captações camarárias que abastecem várias povoações e que estão ameaçadas de contaminação devido aos já mencionados depósitos de resíduos tóxicos.

Este tipo de atitude é, de fato, um crime contra a saúde pública. A solução mais viável, a construção de instalações para reciclagem destes produtos, é ainda um projecto.

Entretanto, a poluição vai agravando as condições de vida das populações de Setúbal e vai conquistando terreno aos ecossistemas estuarinos.

5 - Conclusão

Todos nós somos responsáveis de uma maneira ou de outra e a todos nós cabe a tarefa de tentar melhorar a situação não praticando actos que poderão ferir o Ambiente e fazendo os possíveis para que outros também não o façam.

2.7. Saúde

Desde o princípio do século até há relativamente poucos anos, as pessoas, quando adoeciam, procuravam assistência médica em Setúbal, no hospital, postos médicos ou consultórios particulares, conforme as suas posses. No início a deslocação era feita a pé ou de carroça, pois os automóveis eram poucos e não havia transportes públicos.

Para casos mais graves chamava-se o médico a casa.

Sempre se considerou importante a criação de um posto médico na Freguesia e quanto mais crescia o número de habitantes mais se notava essa necessidade.

Em 17 de Janeiro de 1972, foi inaugurado o Posto Médico de Santo Ovídio (Unidade de Saúde Nº 20), que passou a funcionar no que anteriormente era uma casa de habitação, com rés-do-chão e 1º andar.

Após algumas alterações surgiu o Posto Médico com duas salas para consultas, uma sala para enfermagem, duas salas de espera e uma dependência para os serviços administrativos.

Os Drs. Fráguas e Trábulo, apoiados por uma enfermeira, foram os primeiros médicos deste posto.

Nos últimos anos adaptou-se a cozinha para sala de consultas de planeamento familiar.

Actualmente trabalham ali quatro médicos, três enfermeiras e um enfermeiro que faz serviço domiciliário e ainda pessoal administrativo.

Uma das médicas, a Drª Helena, tem a seu cargo a Acção Escolar.

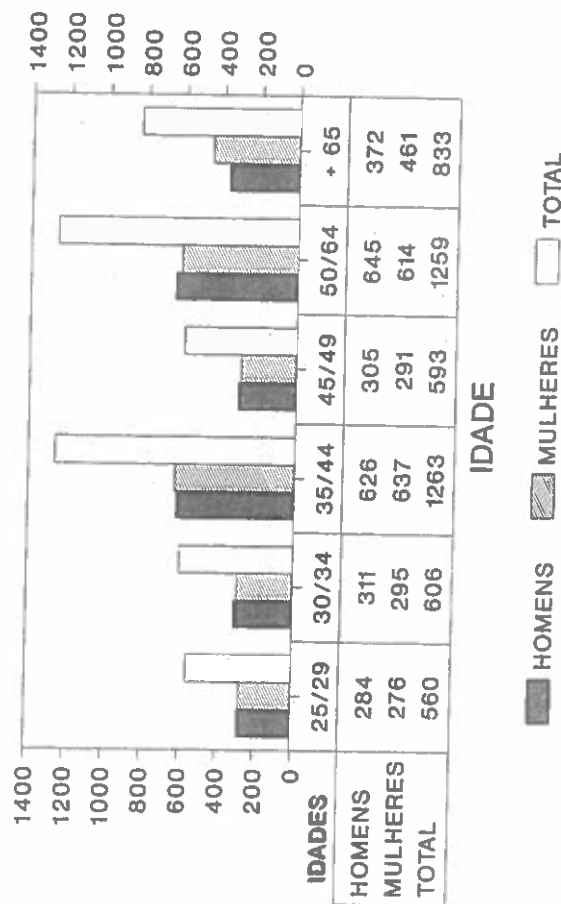
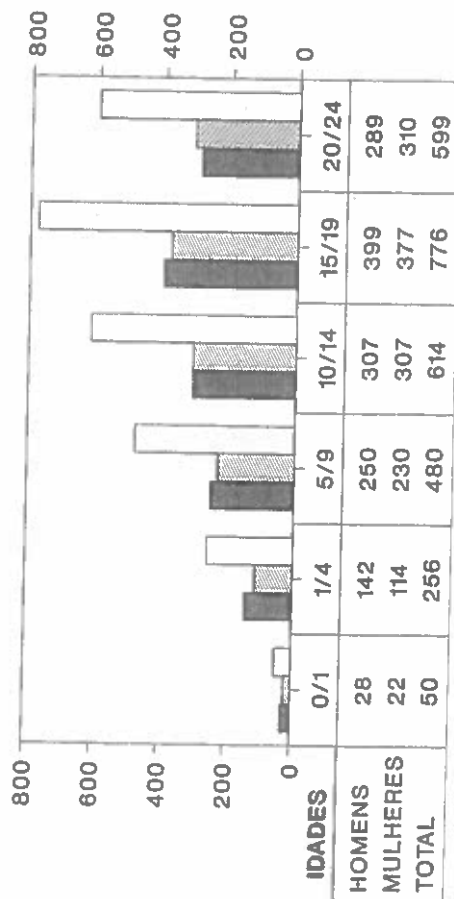
No início dos anos lectivos, uma equipa composta por médicos e uma enfermeira desloca-se às escolas para fazer rastreio para detectar deficiências auditivas, visuais, ou outras para depois as encaminharem para consultas da especialidade. A vacinação e o combate à cárie dentária, com uso de fluor, fazem parte desta acção.

Em 1992 estavam inscritos nesta unidade de saúde 7892 utentes, dos quais 3958 eram homens e 3934 eram mulheres.

Atendendo que na Freguesia o número de habitantes é de, aproximadamente, 5300, conclui-se que estão inscritas pessoas das zonas da Estefanilha, Bairro da Linha, e um número significativo de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.

REGISTO DE UTENTES INSCRITOS

UNID.SAUDE STO.OVIDIO



IDADE

■ HOMENS ■ MULHERES □ TOTAL

Estes números revelam como as instalações se tornaram insuficientes em termos de espaço e de condições para servir dignamente os utentes.

Este problema não passou despercebido à Junta de Freguesia do Sado, que desde 1987, começou a dar os primeiros passos no sentido de arranjar novas instalações e logo se fizeram contactos com a ARSS-Administração Regional de Saúde de Setúbal e Câmara Municipal.

Logo de seguida a Junta de Freguesia contactou a Sapec com o fim de conseguir o terreno e no dia 16 de Março de 1988 a Sapec cedeu o terreno para o Novo Posto Médico, com 500 metros quadrados de área, na Rua Manuel Francisco Novo, tendo a escritura sido celebrada em 1989. Nesta escritura definiu-se que o terreno passava a ser pertença da ARSS, responsabilizando-se a Câmara Municipal de Setúbal pela elaboração do projecto.

Em 17 de Junho de 1992 a Junta de Freguesia do Sado solicitou, por ofício, à Camara Municipal, informações sobre o referido projecto e esta respondeu:

1º - O projecto encontra-se em fase de conclusão.

2º - Pensamos que a construção se iniciará no próximo ano, uma vez que o projecto vai ser incluído no P.I.D.D.A.C./93.

Enquanto o novo posto médico não surge, e como o existente não dá resposta aos utentes, as pessoas continuam a deslocar-se às consultas externas do Hospital de Setúbal, a outros postos médicos na cidade e a consultórios particulares.

Neste momento há também na Freguesia consultórios particulares, dois no Faralhão e um em Praias-Sado.

Como em todo o lado as pessoas, quando não encontram respostas satisfatórias aos seus problemas de saúde, recorrem a médicos naturalistas, curandeiros e videntes, residentes noutras terras.

2.8. Religião

2.8.1. Outras Religiões

É conhecida a prática de cultos realizados por outras religiões mas, por serem novas na nossa Freguesia, não é possível considerá-las como influentes na forma de estar da população.

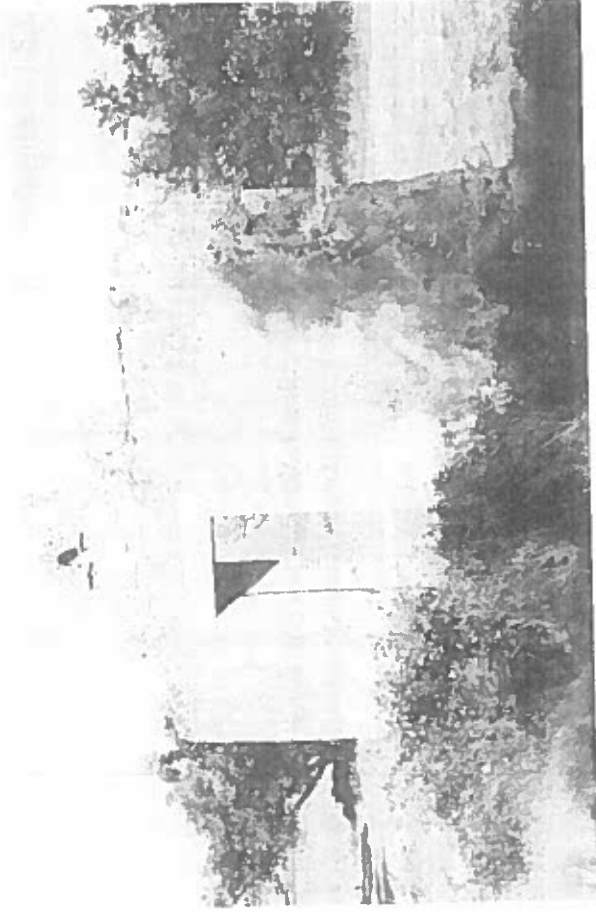
2.8.2. Algo de história sobre o Vicariato Paroquial de Faralhão e Praias-Sado

Pe. António Rodrigues Alves

Introdução

Do que poderíamos chamar “Pré História Religiosa” da zona ribeirinha do Sado, Faralhão e Praias do Sado, fala-nos o Padre Manuel Pereira de Carvalho, pároco de S. Sebastião da então Vila de Setúbal, na sua resposta informativa ao questionário de 1758 e publicado em 1952 pelo dr. Rogério Peres Claro, cujos originais se encontram na Torre do Tombo, e que transcrevo no que se refere à zona Faralhão e Praias do Sado.

«Item a ermida de santo Ovídio, na sesmaria junto às marinhas, na qual se celebram três festas anuais no mês de Agosto e Setembro. A primeira ao dito Santo pelos oleiros desta Vila (Setúbal), - a segunda a São João das marinhas para os marinheiros e marroleteiros das ditas marinhas - e a terceira a Nossa Senhora da Penha de França pelos marchantes desta Vila, e tanto uma como as outras concorrem grande parte assim de homens como mulheres desta Vila.



Capela de S.^{re} António (ermida de S.^{re} Catarina em Mitrena)

Item a ermida de santa Catarina situada na Coutada de Motrena... e nesta ermida não se celebra festa alguma, e tão somente se diz Missa aos domingos e dias santos de Guarda para ouvirem assim os couteiros da duiita Coutada, como as mais pessoas que habitam nas fazendas circunvizinhas e nas marinhas no tempo em que se fabrica o sal».

Capela de Nossa Senhora de Fátima do Faralhão

Com a construção da capela de N.^a S.^a de Fátima no lugar de Santo Ovídio, Faralhão, a Comunidade Católica do Faralhão e de todos os lugares que actualmente constituem o Vicariato Paroquial, deu provas de que estavam reunidas todas as condições para iniciar uma vida autónoma.

Até então, dependente, primeiro da paróquia de S. Sebastião; Setúbal e posteriormente de S. José, Camarinha, também de Setúbal.

Foi no tempo do então pároco Pe. José Maria Nunes que, devido à generosidade do senhor João Farinhas, o qual se prontificou a doar o terreno

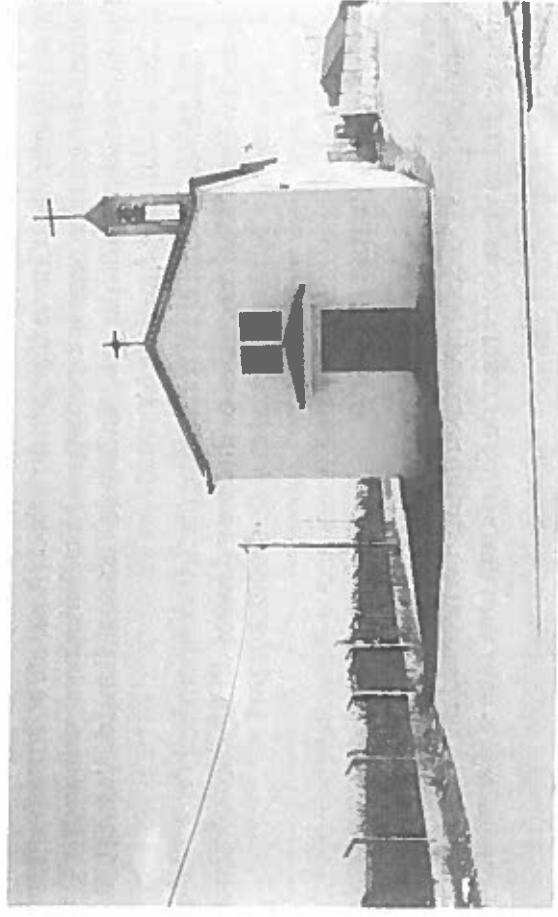
para a construção, e à incansável persistência do senhor João, sacristão de S. Sebastião que os habitantes destes lugares assumiram a responsabilidade da construção da Capela, a expensas da Comunidade.

A 13 de Julho de 1952 o edifício estava concluído e foi oficialmente inaugurado pelo então vigário Pe. Mário de Carvalho, como lugar de culto dependente da paróquia de S. Sebastião.

Posteriormente, porque o edifício já era pequeno para as necessidades da Comunidade, foi ampliado com salas na parte inferior e um salão na parte superior. Ultimamente foi acrescido com um recintomurado para actividades ao ar livre e futuras instalações do Centro Paroquial.

Como dinamizadora de todos estes empreendimentos cabe ressaltar a dedicação da Comunidade dos Padres de Coração de Maria, da residência da Igreja da Boa Hora, Setúbal, a qual, desde o início assumiu o encargo apostólico desta zona pastoral.

Em 1969 passou esta zona para a recém criada paróquia de S. José. E, em 1973 o pároco de S. José, Pe Camilo fazia um apelo ao Sr. Cardeal Patriarca, no sentido de se criarem no referido território duas paróquias: uma urbana e ribeirinha a outra rural e dotar cada uma do seu pároco. Entretanto os Padres Operários deixaram de trabalhar nas Paraías do Sado.



Capela de Nossa Senhora de Fátima do Faralhão

Criação Canónica do Vicariato Paroquial

D. Manuel Martins, bispo de Setúbal, cedo se apercebeu da necessidade urgente de criar o novo Vicariato. Depois de ponderar a conveniência da criação, com estatutos próprios, dum nova zona de pastoral pois estavam reunidas todas as condições para o efeito, área geográfica, caminhada constante para a autonomia paroquial, lugar de culto, após consulta do Conselho Diocesano, do Presbitério e do pároco de S. José, e obtido de todos eles o parecer favorável, houve por bem criar o Vicariato de Nossa Senhora de Fátima de Faralhão e Praias do Sado, desmembrando-a da paróquia de S. José em 9 de Maio de 1982.

Limites do novo Vicariato

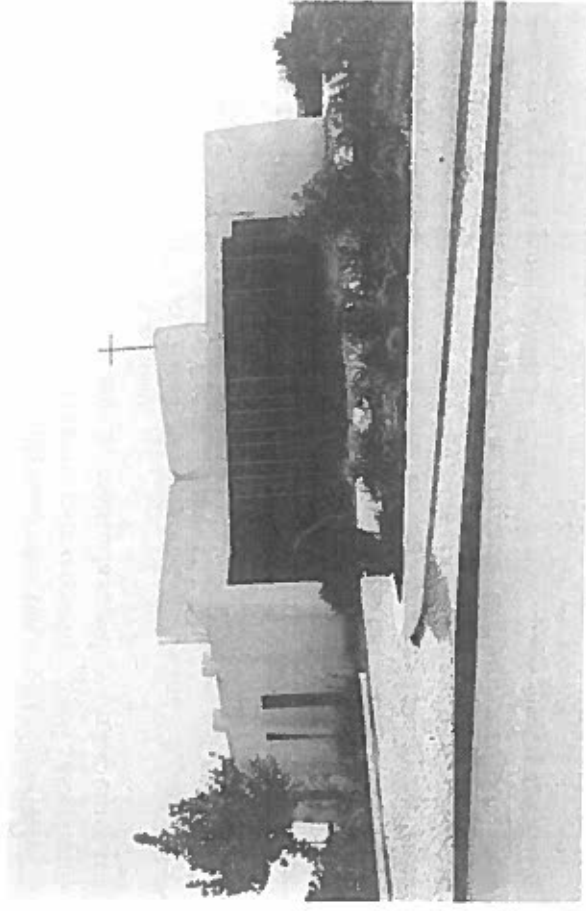
Eixo da Estrada das Praias do Sado, desde a sua origem até ao rio, até à Via Férrea do Algarve (estação das Praias) seguindo por esta e depois pela Azinhaga da Moura (Baixa de Santas), continuando pelo eixo da Estrada de Santas (Estefanilha) Curvas (Estrada do Vale da Rosa) até ao cruzamento da Estrada da Mourisca, seguindo por esta até à Via Férrea, continuando pela Via Férrea até à Baixa das Bispas, inflectindo pela Vala Real, Canal da Vaia, Esteiro do Carvão, Canal de Águas de Moura até ao Rio.

No decreto da ereção foi nomeado o primeiro responsável Pe. António Benjamim Fernandes, com todos os direitos e deveres do Vigário ecónomo.

Capela das Praias do Sado

O novo pároco cedo se apercebeu da urgente necessidade dum lugar de culto nas Praias do sado. O lugar de reunião era uma cave sem as mínimas condições na Rua Principal.

Além da distância do Faralhão principalmente para as crianças e idosos,



Capela de Praias-Sado

o lugar das Praias formava um núcleo com características diferentes, Era uma zona predominantemente industrial ao passo que o Faralhão continuava a ser uma zona de características rurais.

Iniciou os primeiros contactos em ordem à obtenção do terreno e meios financeiros para a construção da Capela. O terreno foi cedido pelo sr. Manuel Joaquim de Jesus Brito e sua esposa e a construção a expensas de donativos dos moradores dos lugares e ofertas de algumas empresas, participação do Estado e diocese.

O edifício, em estilo moderno, sem ter exteriormente o aspecto habitual dum Igreja, é no entanto funcional, com um grande salão polivalente no interior e salas de catequese, casa mortuária em volta. A rodeá-lo um pequeno adro e jardins.

Actividades

Missas dominicais e semanais; Catequese de crianças: 70 alunos; Catequese de adolescentes: 25 alunos; Catequese de jovens: 30 alunos;

Preparação de baptismos, pais e padrinhos. Desde o início até 1993 realizaram-se 702 baptizados; Preparação de noivos para o casamento: 91 casamentos. De notar que a maioria dos casamentos é realizada fora do vicariato em outras Igrejas, principalmente em Setúbal.

Festas religiosas

Além das festas litúrgicas ao longo do ano, tem particular relevo a festa da padroeira, Nossa Senhora de Fátima, com procissão de velas, tríduo preparatório e pregação.

Também nesta festa se realizam as Primeiras Comunhões das crianças.

Grupo de adolescentes e jovens

É um acompanhamento religioso e humano em ordem ao crescimento integral dos nossos jovens, a prepará-lo para o futuro.. Funcionam dois grupos, um nas Praias do Sado e outro no Faralhão. Reunem-se semanalmente para discutir assuntos de interesse para o grupo, preparam e orientam, uma vez por mês, a eucaristia dominical, participam activamente na Catequese, nas festas e convívios e no serviço sócio-caritativo. Também realizam actividades lúdicas e visitas a centros de interesse histórico. Este ano organizaram uma excursão-peregrinação a Santiago de Compostela (Espanha).

Serviço Sócio-Caritativo

Destina-se a ajudar as famílias e pessoas mais carenciadas da paróquia. Acolhimento e distribuição de géneros principalmente na época de Natal e Páscoa e visitas domiciliárias.

Centro de Promoção Social Paroquial de Faralhão e Praias do Sado

A ereção e aprovação canónica do Centro, com Estatutos próprios, tem a data de 21 de Setembro de 1984 e foi registado em 2 de Novembro do mesmo ano na Direcção Geral de Segurança Social de Setúbal e a participação do Governo Civil de Setúbal. O Centro funcionou com as valências de A.T.L. infantil e idade escolar até final de 1990, nas dependências da capela de Praias do Sado. Por razões de ordem funcional e económica foi suspensa a actividade A.T.L. infantil, pois as condições do edifício, a falta de cozinha, transportes, recreios cobertos e dificuldade económica em manter o pessoal docente e de serviços era demasiada para os fracos recursos de que dispunhamos.

A actividade A.T.L. jovens, atípica, continua integrada nos grupos de adolescentes e jovens da Paróquia.

Também funciona no salão do Faralhão o Rancho Folclórico de Danças e Cantares Regionais do Faralhão. Este Rancho tem Estatutos próprios aprovados oficialmente e vem animando, principalmente na época de Verão, muitas terras de Portugal e estrangeiro.

Organiza, anualmente, dois Festivais, um do Grupo Juvenil e outro dos Adultos, nos quais participam outros Ranchos congéneres do País.

2.9. Ensino

Ensino - Acto de ensinar, instruir, ministrar conhecimentos

Do ensino nesta região o que nos foi possível saber foi desde que algumas famílias se radicaram nesta zona se preocuparam em "saber ler e escrever".

Era uma exigência dos novos tempos!

Deste modo, quem soubesse ler e escrever era procurado para lhes transmitir esses conhecimentos. Surgiram assim, naturalmente, as primeiras "Escolas Pagas".

A troca de "saberes" de um, por poucos escudos da parte de outros.

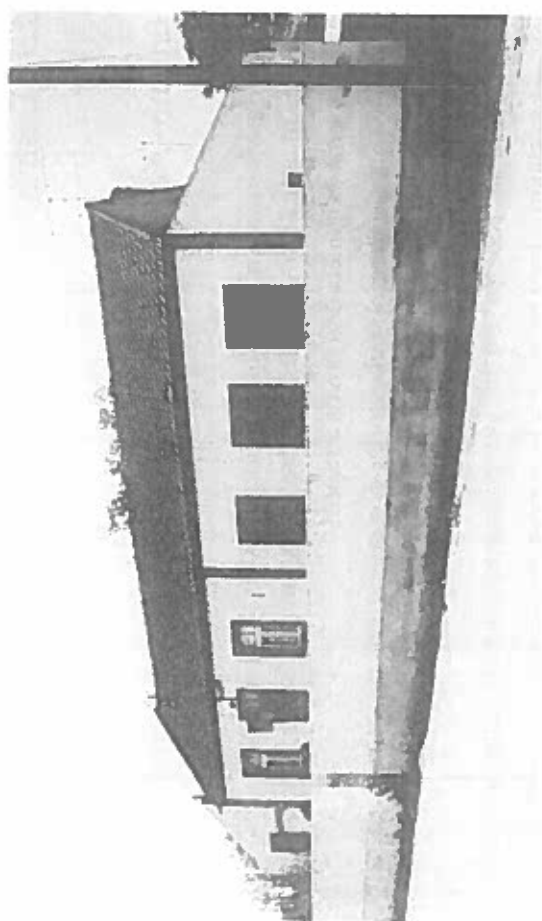
As primeiras "escolas" de que há conhecimento, eram: uma no Faralhão (Morgada), na casa dos Lourenços; em Praias-Sado, na casa do senhor Macau, chefe da Estação do Combóio e, junto ao senhor Ribeiro, a Escola da senhora Cândida.

Por volta de 1933, por interferência do Cabo-Chefe da Zona, o senhor Isidro Marques, foram criados os primeiros Postos Escolares oficiais: Posto Escolar da Cachofarra de Baixo, denominado na altura por "Escola do Tábuas (por ser o proprietário da taberna que ficava no rés-do-chão) e cujo edício ainda hoje é conhecido por "Zé d'Chico"; o outro era o Posto Escolar de Rio Frio, que funcionava numa casa térrea, ainda de pé, à beira da estrada junto ao bairro da Cooperativa dos operários da Sapec.

Da população escolar do primeiro, só nos foi possível recolher os dados a seguir transcritos:

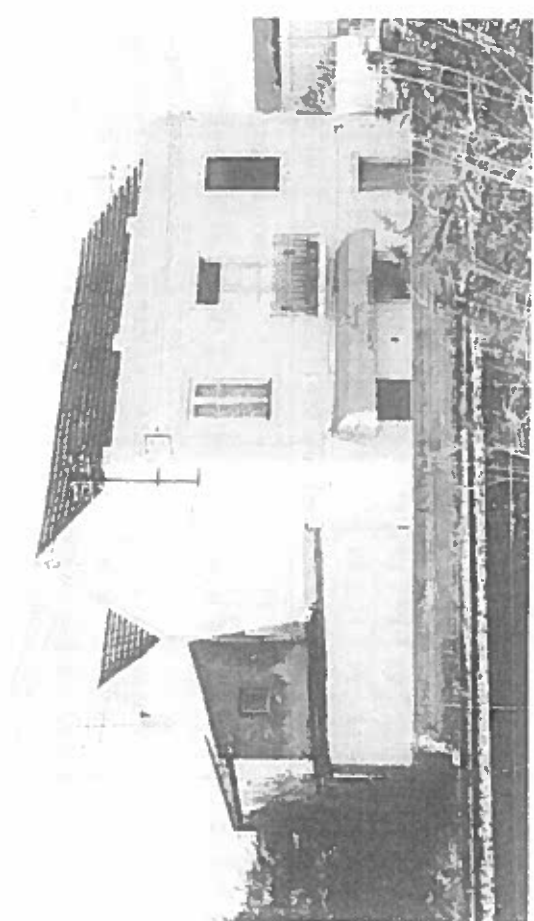
1949/50	1950/51	1951/52	1952/53	1953/54	1954/55	1955/56	1956/57
H M	H M	H M	H M	H M	H M	H M	H M
2 5	7 11	14 16	23 25	28 24	26 27	32 27	25 18

1957/58	1958/59	1959/60	1960/61	1961/62	1962/63	1963/64	1964/65
H M	H M	H M	H M	H M	H M	H M	H M
23 18	33 19	25 19	30 23	36 29	23 28	16 24	10 15



Casa onde funcionou o Posto Escolar de Rio Frio

Muito mais tarde, em 1955, devido ao crescimento demográfico, surge a construção da Escola da Ponte Seca. Hoje Escola Nº1 do Faralhão, cujo terreno foi cedido pelo senhor Isidro Marques. Este edifício era constituído por duas



Nas traseiras funcionou o Posto Escolar de Cachofarra de Baixo



Escola Nº 1 do Faralhão (Ponte Seca)

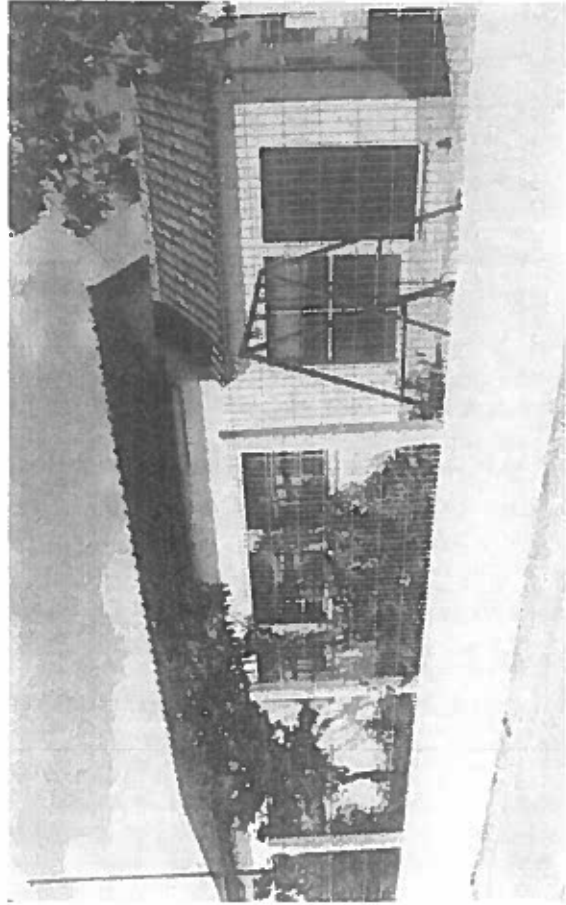
Escola Nº 1 do Faralhão (Ponte Seca)

1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80
H M	H M	H M	H M	H M	H M	H M	H M
2 5	7 11	14 16	23 25	21 28	24 26	27 32	25 18

1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88
H M	H M	H M	H M	H M	H M	H M	H M
23 18	33 19	25 19	30 23	36 29	23 28	16 24	10 15

1988/89	1989/90	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94
H M	H M	H M	H M	H M	H M
23 18	33 19	25 19	30 23	36 29	23 28

salas de aula e uma cantina anexa, suportada, essencialmente, por senhoras beneméritas de Setúbal e da população da zona. Esta Escola esteve encerrada algum tempo para obras, com o fim de torná-la mais confortável e bonita.



Escola de Praias-Sado

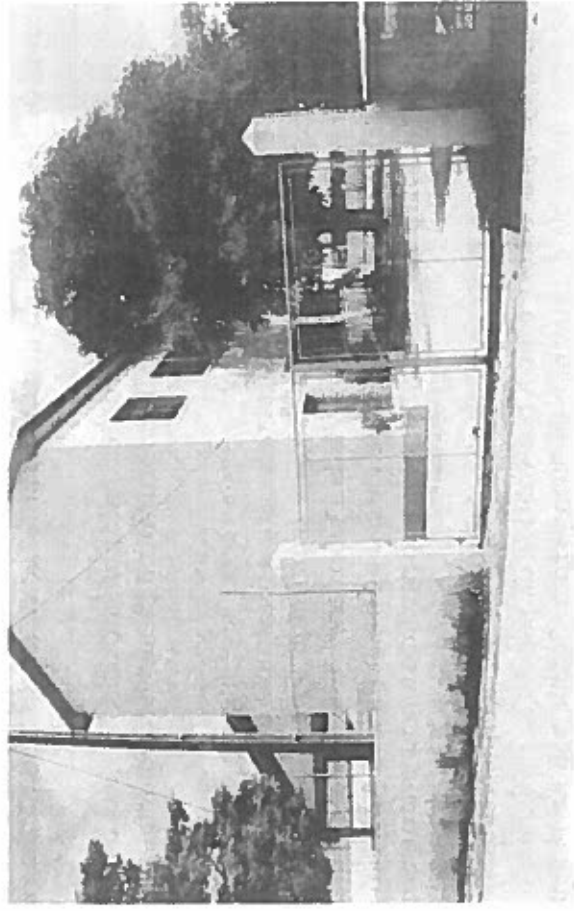
Escola de Praias-Sado

1962/63	1963/64	1964/65	1965/66	1966/67	1967/68	1968/69	1969/70
H M	H M	H M	H M	H M	H M	H M	H M
11	26	37	67	61	58	72	57
93	71						
1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78
H M	H M	H M	H M	H M	H M	H M	H M
87	68	81	71	74	65	70	52
56	49	59	56	49	59	56	
1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86
H M	H M	H M	H M	H M	H M	H M	H M
51	67	57	62	74	60	88	71
72	69						
1986/87	1987/88	1988/89	1989/90	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94
H M	H M	H M	H M	H M	H M	H M	H M
73	65	70	57	74	49	83	46
47							

No ano lectivo de 1988, por proposta da professora do ensino especial que apoiava algumas crianças daquela escola, passou-se a utilizar melhor o espaço da cantina e, em colaboração com a Comissão de Pais, iniciou-se a Ocupação dos Tempos Livres.

No ano seguinte, com contactos feitos com a Câmara Municipal e com o Centro Regional de Segurança Social, pensou-se em levar a sério a criação de um A.T.L.

Para haver apoio da Segurança Social teria que haver suporte jurídico e recorreu-se ao Pároco da Freguesia, que negou o pedido. Depois contactaram a Associação de Professores, Pais e Amigos do Casal das Figueiras que aceitou a proposta e desde aí começou a funcionar o A.T.L. junto da Escola Nº 1 do Faralhão e administrado pela referida Associação. Estão agora a ser feitas as obras de ampliação das instalações.



Escola Nº 2 do Faralhão (junto à Capela)

A continuação da vinda de gentes para estas paragens à procura de trabalho (na apanha de ostras e em novas fábricas), em 1968, fez com que tivesse sido construída a Escola Nº 2 do Faralhão, junto à Capela de Nossa Senhora de Fátima, cujo terreno foi cedido pelo senhor Custódio Martins.

Escola Nº 2 do Faralhão (Junto à Capela)

1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78
H M	H M	H M	H M	H M	H M	H M	H M
202 137 203	152 197	159 180	141 165	136 181	170 171	166 213	158

1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86
H M	H M	H M	H M	H M	H M	H M	H M
189 154 204	187 335	230 268	217 204	174 214	158 196	125 181	132

1986/87	1987/88	1988/89	1989/90	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94
H M	H M	H M	H M	H M	H M	H M	H M
153 119 126	116 128	103 108	87 112	81 102	70 93	54 76	50

É um edifício “Plano dos Centenários”, com rés-do-chão e primeiro andar, com quatro salas de aula.

Neste edifício tem funcionado sempre o primeiro ciclo. Nos anos de 1970 a 74 funcionou também neste edifício o curso complementar da quinta e sexta classes.

Para substituição da quinta e sexta classes teve lugar o ensino pela televisão, a Telescola. Para isto foi necessária a construção de três pavilhões “pré-fabricados”, dois junto à Escola e outro num terreno pertença da Cooperativa de Habitação “Bem Vinda a Liberdade”. Este último pavilhão nunca serviu a Telescola por acordo entre esta e o Ensino Básico. A Escola Nº 2 cedeu uma sala para a Telescola e no terceiro pavilhão funcionaria o ensino básico.

Nos anos de 1975 e 76 a Comissão de Moradores teve papel preponderante, com a sua tenacidade e com a boa vontade da população melhoraram a vedação da escola e instalaram-lhe luz eléctrica. Porque não havia água canalizada, compraram dois depósitos que eram abastecidos num poço existente num quintal ao lado e que era propriedade de um professor daquela escola. A Comissão de Moradores construiu também um campo de jogos que servia os alunos e a população e onde se praticava desporto e onde se realizaram muitas festas e bailes para angariar fundos para novos melhoramentos. Era nesta Escola que funcionava a Comissão de Moradores

e, mais tarde, a Comissão Instaladora da Cooperativa de Habitação “Bem Vinda a Liberdade”. Esta “abertura” à população foi “amor de pouca dura”, pois no tempo em que Sotto Mayor Cardia foi ministro da educação saiu legislação que proibia a entrada, nas escolas, a pessoas estranhas ao serviço das mesmas. Houve, por parte da população, uma grande indignação pois as pessoas não entendiam que lhes fosse negada a utilização de um campo que eles tinham feito.

Nos anos de 1980 e 81, nota-se uma subida vertiginosa na população escolar, devido à abertura de novas fábricas e mais especificamente no Faralhão, com o acabamento de 150 fogos da Cooperativa de Habitação “Bem Vinda a Liberdade”. Todos os espaços existentes nos edifícios escolares se tornaram insuficientes, tendo-se recorrido a salas extra-escola, na igreja e em salas cedidas pela Cooperativa de Habitação. Novamente se fez sentir o apoio popular, da Comissão de Moradores, sempre disposta para os problemas da população, que apresentou o facto às entidades responsáveis, fazendo-lhes ver a necessidade de uma outra escola. Numa estreita ligação com a Cooperativa de Habitação esta cedeu o terreno para a Escola e junto de Francisco Leonel Rodrigues Lobo, então presidente da Câmara Municipal de Setúbal obteve todo o apoio técnico e material para a sua construção. Em virtude da obra envolver grande dispendio financeiro a Comissão de Moradores conseguiu ajuda financeira na população e nas empresas da região, com destaque para a SAPEC, que deu cinquenta mil escudos, a FRISADO (hoje Merloni) deu dois frigoríficos, o senhor Manuel Neves deu vinte e cinco mil escudos, o senhor Mousinho ofereceu material para as casas de banho e a Secil deu vinte e cinco sacos de cimento.

Estas boas vontades aumentaram a coragem da Comissão de Moradores e no dia 1 de Outubro de 1981, com a ajuda de alguns populares, iniciou-se a abertura dos caboucos. No dia 7 do mesmo mês organizou-se uma jornada de trabalho onde apareceram 70 pessoas, entre elas 12 jovens dos 12 aos 14 anos e maior número de mulheres. Durante o período da construção muita gente deu o seu trabalho e “contabilizou-se” a participação de mais de duzentas mulheres.

Foi assim que surgiu mais uma escola no Faralhão, a Nº 3, que ao longo do tempo, sempre por iniciativa da população, tem vindo a ser melhorada, quer com a colocação de vedação quer com a plantação de árvores. Ultimamente

a Câmara Municipal tem dado o seu apoio na pintura e aquisição de equipamento pedagógico, nomeadamente um computador, um televisor e vídeo. Porque a Escola Nº 3 do Faralhão tem só duas salas de aula e a legislação não permite a admissão de uma auxiliar de educação, a Câmara Municipal, nos dois últimos anos, colocou ali uma funcionária para exercer aquelas funções.

Neste edifício funciona para além do Ensino Básico, a Telescola e, à noite os Cursos de Alfabetização.



Escola Nº 3 do Faralhão

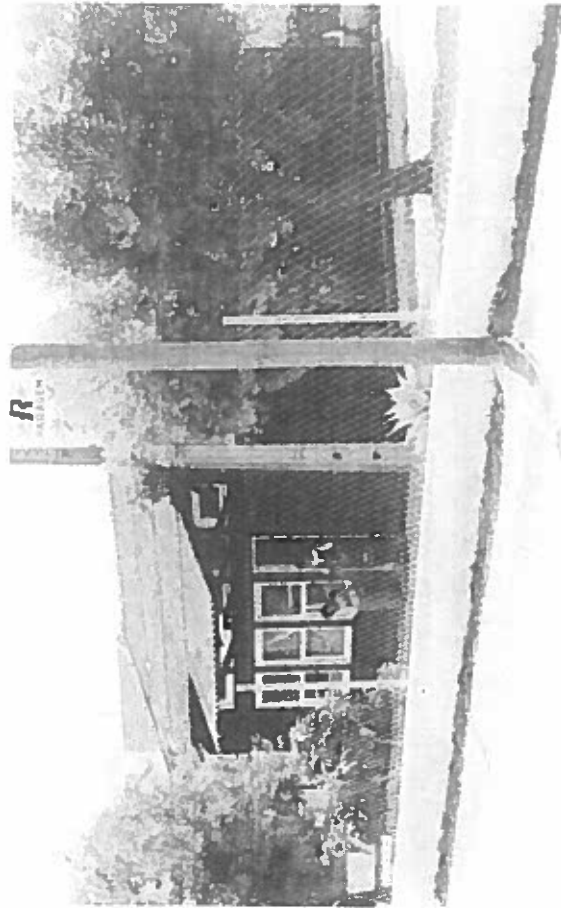
Escola Nº 3 do Faralhão

1983/84	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88
H M	H M	H M	H M	H M
31 23	30 23	39 28	30 21	24 20

1988/89	1989/90	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94
H M	H M	H M	H M	H M	H M
28 33	29 37	26 39	28 34	31 31	33 23

Sendo a maioria uma população activa com o casal a trabalhar, surgiu o problema de onde deixar os filhos pequenos. Para os mais pequenos os casais optaram por arranjar "amas" e para os mais crescidos a solução passou por entregá-los aos cuidados de explicadores.

Nas escolas os professores começaram a sentir a necessidade de uma "pré-primária" ou jardim de infância, onde as crianças desenvolvessem as suas capacidades básicas (motricidade, linguagem, etc). No ano de 1991, professores do Ensino Básico, Câmara Municipal e Centro Regional de Segurança Social fazem surgir o Jardim de Infância Nº 7 do Faralhão (camarário).

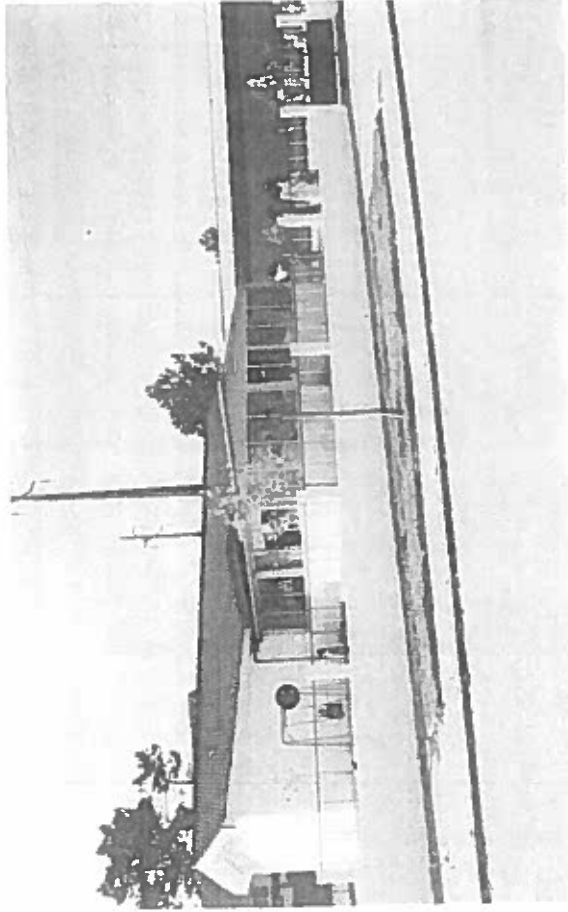


Jardim de Infância Nº 7 do Faralhão

Ao mesmo tempo a Cooperativa de Habitação, com instalações próprias para um Jardim de Infância, desde 1981, debatia-se com problemas burocráticos para a sua abertura e funcionamento. Para que a Segurança Social desse o subsídio de apoio para a sua manutenção, era necessário haver uma Associação com estatuto jurídico, o que não acontecia com a Cooperativa de Habitação.

Conseguiu esta um protocolo com o LATI-Liga dos Amigos da Terceira Idade, que ficou a gerir oficialmente este Jardim de Infância, que começou a funcionar em 1991, com o nome de "O Palhacinho". Neste Jardim de Infância

as crianças são admitidas desde que não usem fraldas, até aos 12 anos e funciona como Infantilário e A.T.L.e, ao mesmo tempo dá apoio escolar.



Jardim de Infância LATI

Mas nem só as crianças foram alvo de preocupação no ensino básico e na ocupação dos tempos livres. Os adultos, sem escolaridade obrigatória (quarta classe) também preocuparam a Junta de Freguesia do Sado e a Coordenadora Concelhia da Extensão Educativa (Alfabetização). Temos conhecimento de que já no ano escolar de 1971/72 havia cursos nocturnos de alfabetização nas Escolas da Ponte Seca, Praias-Sado e Faralhão.

Depois do 25 de Abril de 1974, maior atenção se deu a estes cursos e então surgiram os "bolseiros". Os bolseiros eram pessoas com estudos que faziam formação específica e davam aulas, até à quarta classe, aos adultos.

Ultimamente, embora continuem alguns bolseiros, a maioria das pessoas que dão aulas, são professores do Ensino Básico. Nos últimos anos estes cursos têm funcionado na Escola Nº 3 do Faralhão.

Há dois anos, além da turma do 1º Ciclo, funcionou outra turma do 2º Ciclo. Neste ano de 1993/94, há uma turma do 1º e do 2º Ciclo na Escola Nº 3 do Faralhão e outras na Escola de Praias-Sado.

Alfabetização no Faralhão na Escola Nº 3

1986/87	1987/88	1988/89	1989/90	1990/91	1991/92	1992/93
H	M	H	M	H	M	H
5	5	6	7	3	9	14
						3
						17
						4
						13

Como se vê, existem nesta região instituições escolares que acompanham a criança desde os primeiros anos e também se preocupam com aqueles que não tiveram oportunidade de estudar enquanto foram crianças.

É de notar que não existe na Freguesia uma Escola Secundária, o que é considerado uma grande lacuna.

Desmoralizante será dizer que já houve terreno e projecto para a sua construção. Essa escola serviria as regiões vizinhas da Estefanilha, Alto da Guerra, Pontes, Gâmbia e até Águas de Moura. Essa escola, por opção municipal foi construída no Viso. Durante a sua construção o projecto era chamado de "Escola do Viso-Faralhão". Acabou a construção e a escola ficou com o nome de "Escola Secundária do Viso".

A Freguesia do Sado continua ainda à espera da Escola C+S.

Nesta retrospectiva sobre o ensino desde os anos 30, não houve grande preocupação de aprofundar o tema. No entanto, queremos frisar bem como começou o texto "Ensinar é ministrar conhecimentos". Nos dias de hoje, Ensinar não pode ser mais "um transmitir de conhecimentos". «O tema Ensinar vai dando lugar ao Aprender, que também é obra dos alunos, é trabalho consciente, inteligente, dinâmico, activo do educando que, dia a dia, vai melhorando o seu comportamento intelectual com novas excitações e reacções ao mundo exterior».

Nos últimos tempos muita reforma foi feita no ensino, muitos programas foram experimentados e modificados com trabalho de pesquisa e intervenção no meio. Cada vez mais a legislação Escola-Meio é o objectivo prioritário das Escolas.

A atitude do professor perante os alunos tem-se modificado. Certo é que não é da noite para o dia que se fazem tais mudanças. Estas processam-se

lentamente e ajudadas pelas formações contínuas e actualizações dos professores e das exigências dos próprios programas. É necessário que os pais e encarregados de educação percebam estas transformações e as acompanhem também para que, pais e professores, numa estreita ligação, consigam melhores sucessos para as nossas crianças.

São elas os homens de amanhã! O Futuro está nas suas mãos!



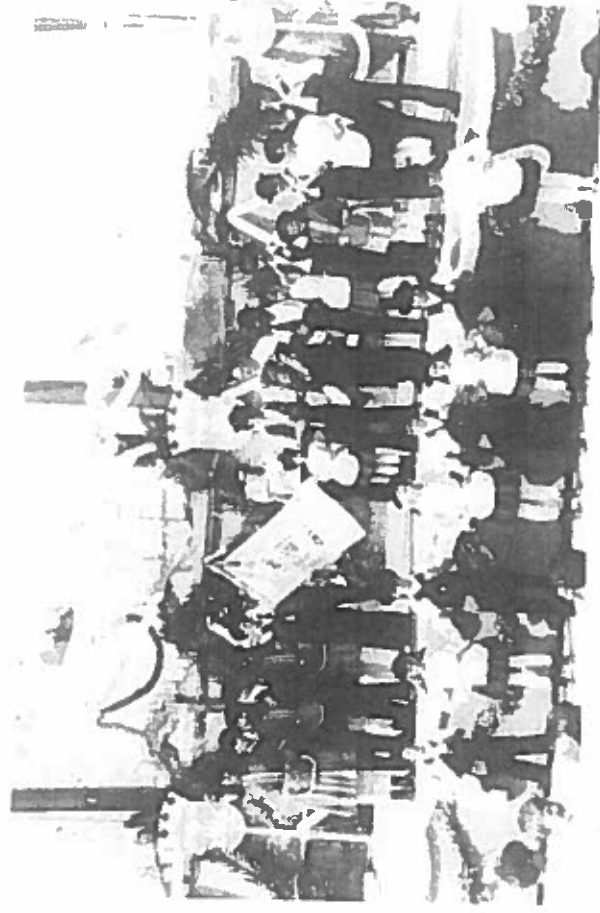
2.10. Actividades Culturais

2.10.1. Rancho Folclórico de Praias-Sado

Ao entardecer do dia 8 de Agosto de 1968, um grupo de boas vontades reuniu-se no palheiro de Chico Ferrador, em Santo Ovídio, com o objectivo de constituir o Rancho Folclórico de Santo Ovídio/Praias-Sado, tendo, mais tarde, optado por incluir no nome apenas esta última localidade.

Porque as instalações em Santo Ovídio não eram as mais condignas, o Rancho instalou-se no Centro de Promoção Social, em Praias-Sado e, posteriormente, no local onde funcionou a Comissão de Moradores.

O Rancho Folclórico de Praias-Sado ainda chegou a tentar a sua fusão com o Sport Clube Praiense e com a Sociedade Musical Caprichosa Praiense, mas a iniciativa não teve êxito e os responsáveis do Rancho começaram a trabalhar para conseguir instalações próprias. O primeiro passo para esse objectivo foi dado quando conseguiram um recinto fechado, em madeira,



num terreno em frente do restaurante Traineira.

Em 1979, o Rancho de Praias-Sado adquiriu um terreno, começando a construção da sede própria em 1983.

Ao longo da sua história o Rancho Folclórico de Praias-Sado participou em inúmeras iniciativas em todo o País e estrangeiro e em 1990 foi premiado no Desfile de Trajes no Festival de Lisboa. Neste capítulo destacam-se os trajes de "vendedeira de peixe" (peixeira), "apanhadora de laranjas", "apanhadora de ostras", "descarregador de peixe da Lota", "salineiro do estuário do Sado", "pescador do Sado", "varina rica da cidade de Setúbal" e "família abastada da região".

Os responsáveis pelo Rancho Folclórico de Praias-Sado procuram que o folclore constitua uma escola para todos quantos integram o Rancho. Neste espírito de verdadeira escola de folclore, ao Rancho Infantil deve a sua fundação. Aberto a crianças a partir dos seis anos de idade, ali se têm formado jovens valores que têm no Rancho de Adultos a possibilidade de continuar o seu gosto pelo folclore.

2.10.2. Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão

O Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão teve origem na Capela de Nossa Senhora de Fátima do Faralhão e, por isso mesmo, começou por adoptar o nome de Rancho Folclórico de N^{sa} de Fátima do Faralhão.

Foi fundado em 10 de Fevereiro de 1983 pela mão do já falecido padre Américo Faria que sempre acompanhou de perto a juventude de região e de quem conhecia a fundo os problemas que a envolvia.

O Rancho Folclórico surgiu como solução à necessidade que havia de ocupar algumas horas do dia e da noite à juventude que logo se mostrou receptiva à ideia de conhecer as raízes etnográficas da terra onde vivia.

O padre Américo Faria começou, com um grupo, as investigações dos usos e costumes da região mas, porque a morte o encontrou cedo, pouco conseguiu.

A obra ficou, no entanto, pronta a continuar e a vontade de alguns paroquianos fez com que o grupo não acabasse.

Na altura o pormenor dos trajes foi descorado mas, a partir de 1987 o grupo retomou as pesquisas e recolhas, aprofundando todos os aspectos daquilo que foi o Faralhão. O grupo encarregado da pesquisa não encontrou no Faralhão grandes bases etnográficas e, por isso, optou-se por um trabalho que reflectisse a realidade de todo o concelho de Setúbal.

Só em 1989 o Rancho ficou apto, no que se refere a trajes, modas e danças, para representar o folclore da região e, em 1991, mais precisamente a 26 de Abril, se efectuou a filiação na Federação do Folclore Português.

Das origens das gentes de quem cantam as modas que eram ouvidas durante as ceifas, mondas, descamisas e outros trabalhos, quer no campo, quer no mar, sabe-se que vieram de Vila Velha de Rodão, Corgas, Dona Maria e Moita, povoações do concelho de Póvoa-a-Nova, do distrito de Castelo Branco. As primeiras famílias radicadas no Faralhão foram alcunhadas com o nome das terras donde vieram.

Os elementos do Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão representam o salineiro, apanhadora de ostras, pescador, varina, vendedeira de peixe, mondina, cavador, ceifeira, queijeira, pastor, vendilhão de melância, noivos e trajes de romaria.

As modas tocadas e cantadas são "Ai prima", "Algarvios", "Cravo Roxo", "Silveirinha", "Tira a Rolinha", "Estala a bomba", entre outras.



2.10.3. Grupo Maré Viva

Um grupo de estudantes e operários de Praias-Sado, no início de 1983, decidiu reunir-se com o objectivo de divulgar os cantares alentejanos e em 23 de Fevereiro desse ano deu público conhecimento dos seus propósitos, na altura com o nome de Grupo Operário de Praias-Sado.

Seem tempos as migrações se fizeram para esta zona com gente vinda do Norte do País, nos últimos anos o afluxo de naturais do Alentejo fez aumentar extraordinariamente a população. Distantes das terras que os viram nascer e sentindo, em simultâneo, necessidade de transmitir aos filhos os hábitos e culturas de origem, foram aqui organizando convívios e participando em espectáculos de cariz popular.

Desta forma conseguiram manter bem viva a cultura dos seus ascendentes e transmitir àquelles com quem passaram a conviver o seu cantar tão tradicional.

A saturação de alguns elementos do grupo a que se juntou o facto de outros terem deixado de residir na zona, levou a que se processasse a necessária remodelação.

Com o objectivo de dar outro fôlego ao Grupo, optou-se, em Janeiro de 1993, por alterar-lhe o nome e "Maré Viva" tomou o lugar de "Operário Praias-Sado". O repertório deixou de ser apenas os cantares alentejanos passando a integrar música tradicional e popular portuguesa, baseando o seu trabalho, mais propriamente, em temas e letras sobre a região onde estão inseridos (Setúbal).

Pode dizer-se que o novo projecto integrou temas mais vivos e mais alegres. Este projecto tem como objectivo o estudo e divulgação da música popular e tradicional portuguesa.

Participam e organizam convívios e espectáculos de cariz popular.

É também objectivo do grupo Maré Viva a preparação de jovens para este tipo de cultura, incutindo-lhes a necessidade de manter bem viva a nossa música; ensinando-lhes o método de tocar instrumentos tradicionais, tais como o banjo, o bandolim, o acordeon, o cavaquinho, etc.

O Grupo Maré viva tem como projecto um campo mais vasto no panorama de animação, onde serão incluídos a animação para crianças, os fados e variedades e um grupo de baile.

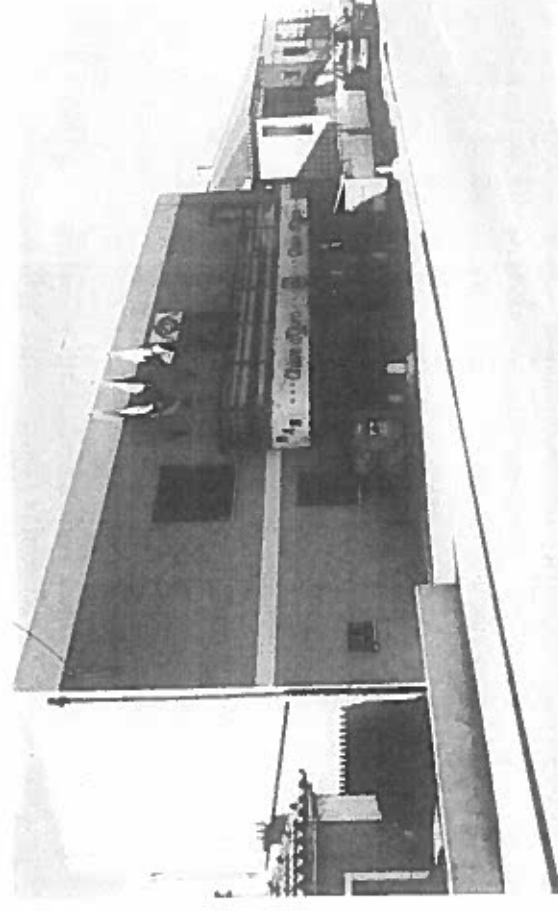
2.11. Desporto

2.11.1. União Cultural e Recreativa Praise

A União Cultural e Recreativa Praise nasceu em 31 de Dezembro de 1979 fruto da fusão do Sport Clube Praise e da Sociedade Musical Caprichosa Praise.

Esta sociedade, fundada em 1936, atravessava, na altura da fusão, um certo marasmo, pois tinha as suas instalações num recinto descoberto e só no Verão podia levar a cabo os seus eventos, que se resumiam a bailes e projecção de filmes.

Por vontade de um grupo de sócios comuns às duas colectividades, avançou-se para a fusão e, após a resolução da burocracia normal, os dirigentes do União Praise, norteados por um conceito social de louvar, traçaram de imediato as linhas mestras que acabariam por modificar totalmente a vida da colectividade.



Sede da União C. R. Praise

Como havia a necessidade de preencher os tempos livres da população com realizações de carácter social, cultural e desportivo, pensou-se logo na construção de um pavilhão, que, além de proporcionar um local para actividades durante todo o ano, seria, ao mesmo tempo, fonte de receitas.

A obra foi feita em duas fases. A primeira, que ficou concluída em 1983 permitiu a construção do pavilhão, o que contemplou toda a juventude que na altura fazia desporto no clube e proporcionou a angariação de receitas. A segunda fase concluiu-se em 1990 e permitiu a construção, junto ao pavilhão, da sede social.

Neste momento o União Praiseense é uma colectividade que, apesar dos tempos difíceis que os clubes e associações atravessam, se orgulha de dizer que é auto-suficiente. Os seus responsáveis dizem ter “um coração forte”, estar dispostos a ajudar quem deles necessita e orgulham-se de dizer que conseguiram alcançar os objectivos traçados há catorze anos.

O Praiseense é um clube respeitado, bastante conhecido no distrito de Setúbal e no País apesar de muito novo, já com uma filosofia social bastante forte, resultado do empenhamento, da preservação, do grande amor à terra de toda uma camada de dirigentes, associados e simpatizantes que deram a esta terra.

Os outros clubes respeitam o Praiseense e alguns até o apontam como modelo, o que na verdade os mantém orgulhosos e torna vaidosos, no bom sentido da palavra.

Os dirigentes do União Praiseense não param e têm objectivos definidos a o próximo situa-se ao nível das infra-estruturas e vai pôr o clube num patamar ainda mais alto, ainda mais rico que encherá de orgulho toda a gente e onde as pessoas sentirão vaidade de dizer que são do Praiseense.

Actividades sócio-culturais

Desde sempre o Praiseense norteou a sua acção numa linha social que fosse, como atrás foi dito, ao encontro da população.

Ao longo de catorze anos realizou inúmeros bailes, espectáculos musicais e programas de fados.

Há onze anos que o Praiseense realiza os famosos Concurso do Vestido de Chita, que nos últimos anos tem tido honras de cobertura noticiosa nas rádios locais e nacionais, na RTP, SIC e jornais regionais e nacionais. É um evento que deixa orgulhosos os dirigentes do Praiseense pela sua amplitude, quer nos aspectos organizativos, quer pelo clima social e cultural de que se reveste.

O Praiseense participa todos os anos nas Marchas Populares, a grande manifestação cultural que está enraizada na cidade de Setúbal. Os seus dirigentes encaram esta realização com um carinho e uma devoção enorme, pois ela encerra algo que faz história, que reestruturou com firmeza todo um passado que tem de ser demonstrado aos mais novos.

Além dos marchantes toda a população colabora, na confecção dos fatos e na montagem dos arcos, fazendo autênticas maratonas, o que proporciona um bom ambiente entre todos.

Historial desportivo

Desde sempre esta colectividade teve a preocupação de levar os jovens para caminhos puros e nobres. Assim, traçou essa meta através do Desporto. Além dos cativar para esta via, por diversas vezes promoveu colóquios com os pais, para os objectivos serem rapidamente assimilados.

Para provar toda esta realidade faz uma coisa que, em termos desportivos, é invulgar.

Trata-se da realização de 18 edições dos Jogos Juvenis, iniciados ainda no tempo do Sport Clube Praiseense e da Sociedade Musical Caprichosa Praiseense.

É uma realização que engloba jovens da região de Praias-Sado, Curvas, Faralhão e Manteigadas, com idades que vão dos 6 aos 14 anos. Esta iniciativa é aproveitada para o Praiseense chegar mais perto das crianças e dos seus familiares dando-lhes a conhecer o realismo de todas as suas intenções e a maneira do clube estar no desporto. Fruto deste esforço, hoje há jovens com certo destaque no desporto nacional, saídos destas iniciativas e que continuam a dar bons exemplos a nível social e desportivo.

Com uma amplitude mais vasta, o Praiense entra, desde o primeiro ano, nas provas da Associação de Futebol de Setúbal, na categoria de "seniores". Com frequência enorme na 2ª Divisão Distrital, sempre em lugares cimeiros e com duas subidas à 1ª Divisão.

As equipas deste escalão são formadas, fundamentalmente, por atletas oriundos das camadas mais jovens, embora nos últimos três anos essa prática tenha sido menos rígida, mas estão a regressar ao caminho anteriormente traçado. De destacar o apoio da população à equipa de futebol, o que se tem manifestado nos jogos disputados no Campo Júlio Tavares, em Praias-Sado, quer quando a equipa se desloca a outros campos.

Todos os anos entramos nestas provas com outras camadas juvenis, dentro dos vários escalões etários. É raro o ano em que não entramos com dois escalões "juvenis", o que é um verdadeiro exemplo para os clubes ao nível regional. Conseguimos envolver à volta destas equipas um grande número de dirigentes, simpaticizantes, pais e familiares empenhados no mesmo objectivo que é a elevação moral e desportiva do jovem.

Sentimos que estes jovens têm contribuído para continuarmos a ser respeitados e admirados em todos os campeonatos em que entramos.

Ao longo da existência do clube têm-se praticado outras modalidades, como por exemplo atletismo, ciclismo e andebol.

2.11.2. Curvas Futebol Clube

No dia 1 de Maio de 1948, um grupo de pessoas, de quem se conhece o nome de José Barbeiro (já falecido), criou o Sporting Clube das Curvas.

Este clube foi o que deu origem ao Curvas Futebol Clube, que antes ainda se designou, na década de 60, por Grupo Desportivo das Curvas, cujo equipamento era amarelo e branco.

No final dos anos 60 e princípio da década de 70, o clube passou por momentos difíceis, mas em 1972 retomou a actividade e, sem falhas, chegou aos dias de hoje, filiando-se, em Agosto de 1976, na Associação de Futebol de



Sede e balneários do Curvas Futebol Clube

Setúbal, com o actual nome de Curvas Futebol clube e conta com cerca de duzentos sócios.

Na década de 70 esteve em grande actividade o ciclismo que, durante cinco anos disputou provas da D.G.D. - Direcção-Geral dos Desportos e, como federado, na categoria de "cadetes".

Durante cinco anos houve no clube uma equipa de atletismo a participar em provas a nível nacional. Actualmente ainda há atletas a representar o Curvas mas só em provas distritais e de carácter popular.

O Curvas Futebol Clube tem instalações próprias, mas o terreno onde está implantada a sede e o campo de futebol é alugado.

No clube há actividade desportiva e cultural regular.

Em termos de competição o Curvas participa no Campeonato Distrital da 2ª Divisão da Associação de Futebol de Setúbal e organiza, há sete anos, um torneio de futebol de sete.

A Direcção tem 15 elementos, eleitos em Assembleia Geral, que se realiza de dois em dois anos.

2.11.3. Estrelas do Faralhão Futebol Clube

Decorria o mês de Maio do ano de 1967 quando Manuel Rocha, Narciso Francisco, Guerreiro e Gilberto, resolveram, numa conversa de bons amigos, formar uma equipa de futebol no Faralhão.

Atendendo à falta de ocupação para os tempos livres da população, com destaque para a mais jovem o grupo pôs a iniciativa em marcha. Por simples carolice, meteram a mão ao bolso e pegaram em vinte escudos cada um e mandaram timbrar as primeiras folhas com o nome do clube tal como ainda hoje se encontra nos ficheiros.

Sacrificando as suas horas livres e suportando todas as despesas conseguiram juntar um grupo de atletas que se treinavam com regularidade após o dia de trabalho, mesmo sem terem as condições mínimas para a prática da modalidade devido à falta de instalações adequadas.

Assim, com o fruto do seu trabalho compraram o equipamento indispensável e surge um clube que dá pelo nome de «Estrelas do Faralhão Futebol Clube».

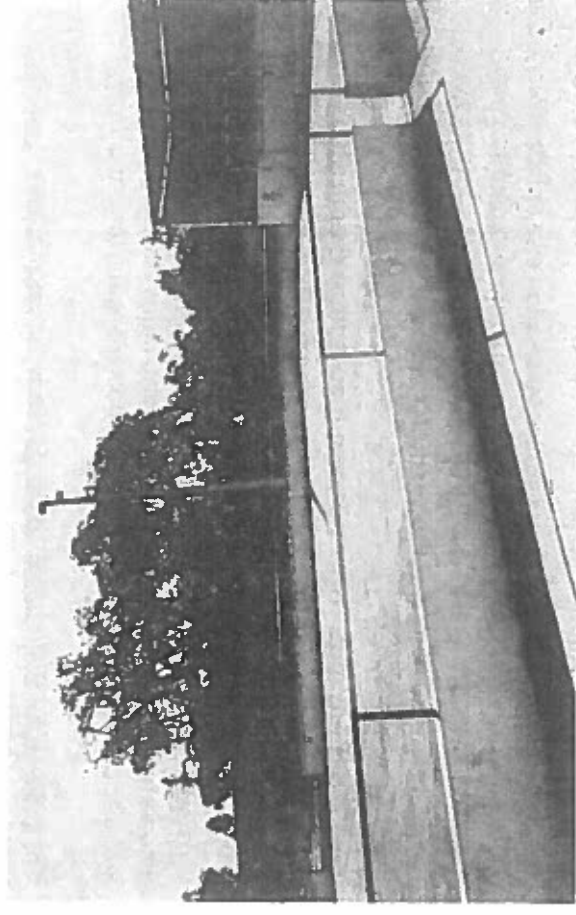
Por falta de campo próprio, os jogos e os treinos eram realizados sempre no campo dos adversários. É assim que começam as deslocações por todos os locais da região, as quais eram feitas a pé, com a sacola do equipamento às costas, ou no precário meio de transporte que cada um tinha.

É nesta altura que aparece o primeiro registo de "ficha de jogo", com a constituição da equipa, datas, finalidade do jogo (aposta, taça, ou simplesmente amigável).

É de salientar ainda que, bem cedo, o Faralhão se começou a destacar como mostra uma das primeiras convocatórias, para um jogo no campo de futebol das Pontes, contra uma equipa de Lisboa, pertencente à FNAT, hoje INATEL. Começa nesta altura também a colaboração de alguns amigos, tipo quotas, sendo as primeiras da módica quantia de 2\$50 por mês.

Assim se foi praticando desporto no Faralhão e ocupando a juventude, ao mesmo tempo que se levava o nome da terra a outras regiões.

Em 1973 foram aprovados o actual emblema e as cores "azul e amarelo" que se ostenta no equipamento.



Campo de Futebol Salão do Estrelas do Faralhão Futebol Clube

Em finais de 1974, ela mão de mais alguns carolas, igualmente cheios de boa vontade, conseguiu-se um terreno e de imediato se começou a construir o actual campo de futebol.

Dois anos volvidos, Abril de 1976, então já com uma Direcção organizada, dá-se o grande passo da assinatura da escritura do clube na Secretaria Notarial de Setúbal, já com Estatutos aprovados.

Longo de imediato o clube é inscrito na Associação de Futebol de Setúbal, donde nunca mais saiu.

É a partir daqui que o Estrelas do Faralhão Futebol Clube começa a crescer, mantendo, no mínimo, uma equipa de futebol.

Além do futebol formou-se também uma equipa de chinquilho, a qual chegou a ter equipamento próprio, sinónimo da sua organização.

Formaram-se equipas de atletismo, masculino e feminino, que grandes alegrias deram ao clube.

Na área recreativa, além das popularíssimas Festas de Verão, ninguém se irá esquecer dos muitos anos em que se realizaram os torneios de tiro aos pratos e as vacadas.

Em 1979 são revistos, e aprovados em assembleia geral, os actuais Estatutos.

1980 foi o ano em que se colocou iluminação eléctrica no campo de futebol e, depois disso, a equipa subiu duas vezes à primeira divisão do campeonato Distrital e é de salientar que na época de 1985/86 foi Campeão Distrital da 2ª Divisão.

Com o esforço de dirigentes e associados as obras vão proporcionando a construção de bares, arrecadações e casas de banho, junto ao campo e em 1988 foi construído o campo de futebol de salão, com um palco para a realização de espectáculos.

Em 1990 surgiu a primeira equipa oficial de "juvenis" e em 1992 os "juniores" disputam pela primeira vez provas oficiais.

Neste momento o clube está mais voltado para o futebol e luta por uma sede, projecto que está em vias de ser iniciado.

Os novos balneários e o posto médico estarão prontos até final deste ano.

A Estrelas do Faralhão Futebol Clube tem neste final de 1993, cerca de trezentos sócios.

2.12. Actividades Económicas

2.12.1. O Sal na região do Estuário do Sado

*Francisco Sandoval**

*Patricia Arsénio**

*Severino Bolotas**

*Valter Ferreira**

* Elementos do Centro de Educação Ambiental da QUERCUS, em Palmela. Os textos foram retirados de um trabalho destes autores, "Salinas do Sado", elaborado no âmbito do Curso de Técnicos de Protecção Litoral, promovido pela QUERCUS - ANCN.

Situação e funcionamento dos salgados portugueses

Os salgados situam-se próximo do mar e ao longo da orla atlântica de Portugal. Na margem esquerda do Tejo começa a esboçar-se o mais antigo salgado do país, o Salgado do Sado, que começa em Setúbal, segue uma faixa com cerca de 40 kms, com mais de 300 marinhas e acaba em Alcácer do Sal.

A água do mar é geralmente conduzida até às marinhas através de um rio, de um esteiro ou de um sapal inundável. Todos estes meios condutores de água estão sujeitos à influência das marés: a água do mar nas marés cheias aumenta de volume, empurrando a água doce dos rios para montante, misturando-se com a água salgada. A salinidade inicial vai diminuindo à medida que nos afastamos da foz. Deste modo, até onde a acção das marés se faz sentir é possível alimentar as marinhas através dos rios e dos esteiros.

Nas salinas do Estuário do Sado a alimentação é feita por sapais que, devido às circunstâncias do terreno, inundam naturalmente as marinhas em determinados eixos de preia-mar.

As maiores concentrações de sal registam-se regularmente em Setúbal, com 3.5 Bé. A sua produção nem sempre apresenta os mesmos valores porque

é uma actividade realizada ao ar livre, influenciada pelo tempo. No entanto, a média anual de produção normal de sal marinho é da ordem das 300.000 toneladas, e só do salgado do Sado extrai-se 21 % da produção total. Setúbal produz o sal mais puro com 97% de cloreto de sódio, do tipo traçado e grosso, este último constituído por cristais grandes e compactos.

O clima e solo na salicultura

O sal produz-se no Verão. O que o salineiro mais teme é que durante esta estação chova, ou haja humidade, ou o sol fique encoberto, pois isso prejudicaria muito a produção. Na entrada do Outono as colheitas já estão feitas.

Os melhores terrenos para a construção das salinas são aquelas onde existem águas subterrâneas a grande profundidade; onde o solo é impermeável; e onde não existem corpos que sujam o sal ou o tornam menos puro.

Concepção geral das marinhas

Uma marinha é um conjunto de reservatórios feitos de terra, que se destinam a receber água do mar por intermédio dos rios, dos esteiros ou dos sapais que com ele comunicam, e a evaporar essa água e a reter o sal que está dissolvido. Para cada uma destas funções criou-se um tipo de reservatório diferente:

- 1 - o viveiro ou pejo, que serve para receber e armazenar a água salgada;
- 2 - a superfície de evaporação, que se destina à evaporação da maior parte da água que se armazenou no viveiro;
- 3 - a superfície de cristalização, que se destina a recolher a solução concentrada nos reservatórios anteriores e onde se extrai o sal.

Além dos reservatórios, existem os traçados e delineamentos das marinhas que consistem nas redes de canais para a circulação da água, os caminhos e

as divisórias de terra que separam os reservatórios, os muros que envolvem o conjunto dos reservatórios, e as eiras para acondicionamento do sal, e as casas e cabanas para abrigo do pessoal e recolha das alfaías, engenhos e motores.

As salinas devem situar-se em locais bem expostos ao vento dominante durante a safra para facilitar a evaporação da água, e também devem estar suficientemente afastadas de grandes massas líquidas: neste aspecto, os sapais reúnem características ideais para os tanques de salicultura.

A vida do salineiro

O homem que trabalha nas marinhas tem uma maneira muito tradicional de viver e uma linguagem muito popular. Este modo de falar está presente na sua faina mesmo no que se refere à denominação de instrumentos. As alfaías utilizadas na técnica do sal: pá cova, pá de amanhar, pá de sal, pá de tabuleiro, pá de valar, cabaço, moiradoiro, respinhadeira, ugalho da lama, razoila, ugalho de bulir, almajarra, círculo, bombeiro, canajeiro, punhos, etc.

As denominações para os reservatórios são várias: viveiro, pejo, tejo, talhos, meios, caldeiras, caldeiros, caldeirões, cabeceiras, sobre cabeceiras, terceiros, contras, caldeirões de moirar, peças, sertões, talhões, praias, reservas, etc.

Quanto a canais e orifícios para circulação da água encontramos palavras como: corredores, carreiras de longo, carreirinhas, lagrimais, portais, couraças, canejas tomadoiro, escoadeira, palmeta, etc.

As divisórias podem chamar-se: barachas, barachinhas, madriças, varões, tabuleiros, etc.

Uma actividade que está muito ligada à produção de sal é a arte da modelação de pães de sal. Todas as palavras que nos surgem quando falamos das salinas variam de região para região. As que foram mencionadas acima referem-se ao Sado, desde Alcácer a Setúbal. A classificação dos trabalhadores também pode variar mas a mais comum é a seguinte:

- marnoteiro; pequeno proprietário rústico, angaria mão-de-obra e distribui-a pelas marinhas que governa, percorre as marinhas diariamente utilizando um barco ou uma carroça para chegar ao local;
- contramestre, que é também um proprietário rural mas que trabalha para o marnoteiro, percorre as marinhas no início da safra para se proceder à primeira colheita, assiste ao trabalho do rancho que lhe é designado, anota as dificuldades mais flagrantes como por exemplo: passagens de água obstruídas, divisórias mal cuidadas e outras.
- redores, são a mão-de-obra que executa a extração do sal e o seu embarcamento, os carregadores que transportam o produto das marinhas para as eiras.

O salário pode ser fixo ou pode depender do número de marinhas e de ranchos.

Embarcações de transporte de sal

As primeiras embarcações de carga resultaram da conversão dos pequenos barcos de pesca em galeões para transporte do sal.

O galeão era uma embarcação de madeira que, no Sado, com a necessária adaptação, teve duas principais utilizações:

- o galeão a remo e a vela, para a pesca.
- o galeão de carga.

Por volta de 1920 aparece em Setúbal o galeão a vapor. Este era usado na arte do cerco americano. Por consequência, o galeão a remo vai ser alterado no convés e na armação e aproveitado como embarcação andreja e bolineira, com um casco de forma alongada que oferecia perfeitas condições para a navegação fluvial. A popa tinha uma forna ogivada com leme por fora e a roda de proa quase vertical. O convés era corrido com duas grandes escotilhas para o carregamento do sal.

A carga fluvial do sal resistiu até cerca de 1970 porque as marinhas apenas estavam preparadas para escoar o sal pelo rio devido à sua situação geográfica.

Além disso as vias de comunicação terrestres ainda não tinham sido construídas. Quando o escoamento começou a ser feito por terra, a actividade dos galeões do Sado praticamente cessou e ficaram esquecidos na margem do rio, onde a maior parte apodreceu. Algumas destas nobres embarcações foram recuperadas, como é o caso do "Zé Mário" da Reserva Natural do Estuário do Sado, que hoje atravessa as águas do Sado, frente ao porto de Setúbal, e devolve a beleza calma do passado e da faina do salineiro.

A importância do sal nas indústrias

As industrias mais importantes que usam o sal são:

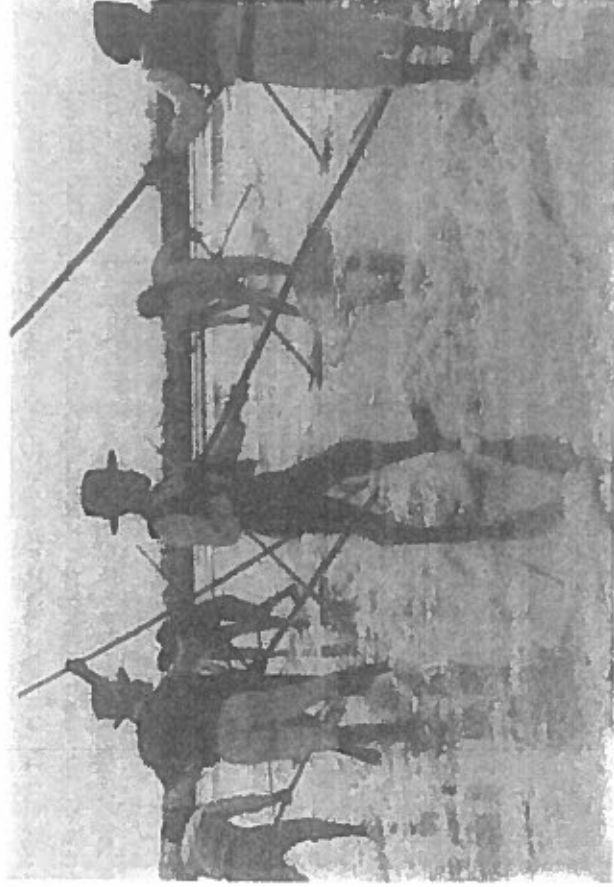
- 1 - Química transformadora - utiliza o sal como matéria prima para fabricar produtos base, nomeadamente o carbonato de sódio, a sódica cáustica e o sulfato de sódio. Esta indústria consome 120.000 toneladas de sal por ano.
- 2 - Salga de peixe - o sal conserva porque extrai a água do corpo dos peixes. A frota bacalhoeira abastecia-se nos salgados do Tejo e do Sado por ser aqui que encontra o sal preferido e ainda pelas facilidades de carregamento que lhe oferecem os portos de Lisboa e Setúbal. O consumo de sal na conservação do bacalhau é próximo das 70.000 toneladas; o peixe salpicado, a sardinha e seus similares têm um consumo de 1.000 toneladas por ano.
- 3 - Indústria conserveira - os produtos geralmente utilizados em conservas são o peixe, a carne e os vegetais, totalizando o consumo de sal nesta indústria cerca de 77.000 toneladas por ano que se repartem da seguinte forma:
 - conserva de peixe - 35.000 toneladas
 - conserva de carne - 39.000 toneladas
 - conserva de vegetais - 3.500 toneladas
- 4 - Indústria de panificação - o sal utilizado na constituição fundamental do pão confere-lhe qualidades sálicas, regula a actividade das fermentações e influi na coloração da crosta durante a cozedura. O

consumo anual nesta indústria é de 20.000 toneladas.

5- Indústria de lacticínios - o sal refinado existente no queijo e na manteiga têm importância na conservação destes produtos. A salga do queijo pode ser feita por dois processos, a seco ou na salmoura, com um consumo anual de cerca de 400 toneladas.

6- Indústria de cortumes - a salga é um processo provisório de conservação dos couros e das peles enquanto estes não são curtidos e são necessárias para este processo 4.000 toneladas anuais.

7 - Indústria de sabões - o sal dá maior consistência e aumenta o poder detergente do sabão. Consome 1.700 toneladas por ano.



Trabalho nas marinhas

2.12.2. A Pesca

Ainda não foi analisada em pormenor a evolução desta actividade económica na nossa região, numa perspectiva histórica. Procuramos expor uma breve nota, a partir dos dados existentes.

A actividade da pesca será tão antiga como a presença humana nas margens do estuário do Sado. De início sem carácter de exploração económica tal como a encaramos actualmente, a pesca seria praticada pelas populações Neolíticas, como complemento de dieta alimentar, explorada de modo a respeitar o ecossistema. Nesta actividade estaria inserida a recolha de fauna melacológica como por exemplo, os berbigões, as ostras, as amêijoas, etc.

A escassez de vestígios arqueológicos na nossa Freguesia no longo período que se inicia no final do Neolítico e antecede o início da Romanização, em nosso vernáculo significa que o estuário, neste sector, tenha sido abandonado.

A actividade da pesca como vector económico de exploração intensiva inicia-se durante a Romanização. Durante esse período, são construídos verdadeiros complexos "industriais" de salga de peixe. Esse produto era bastante apreciado ao longo do Império Romano. A análise de ânforas, contentores cerâmicos fabricados em muitos fornos ao longo das margens do estuário, tem demonstrado que a exportação deste produto do Sado atingiu largas regiões distantes do Império, como por exemplo a própria cidade de Roma.

A partir da antiguidade tardia, a crescente crise económica, associada ao desmembramento e desaparecimento do Império Romano do Ocidente, extingue os mercados consumidores, e a exploração intensiva dos recursos piscícolas no estuário e zona oceânica limitrofe perde o seu significado.

Durante a Idade Média, a actividade da pesca deveria oscilar entre o consumo local e o comércio limitado a uma região acessível, desde que a qualidade do peixe não sofresse muito. Sabe-se que se costumava secar o peixe, produto muito apreciado nesse tempo, conforme demonstra diversa documentação dessa altura.

As escavações na Área Urbana de Palmela, tem demonstrado o constante consumo de peixe durante esse período.

Durante este período e no seguimento da actividade e exploração dos recursos marinhos, foi sendo regulamentado, através de Cartas de Foral, assim como outros tipos de documentação.

Pensamos que a exploração intensa do sal do Sado tenha influenciado bastante esta actividade.

No início do sec. XX, a cidade de Setúbal era um dos principais centros produtores de conservas de peixe do País. Infelizmente, durante a I Guerra Mundial, a falta de escrupulos e o desejo de lucro fácil, contribuíram para a perda de confiança nas conservas desta cidade. Tal facto contribuiu para o encerramento da quase totalidade das unidades fabris nas décadas seguintes.

A pesca como actividade foi naturalmente acompanhando esses ciclos. Na nossa terra, a actividade de pescador sempre teve um papel pouco revelante em relação ao conjunto da população residente, dado que a maior parte dela, numa primeira fase vivia da agricultura e na fase seguinte empregou-se nas unidades fabris da região.

Bibliografia

- BALTASAR, Luís F., 1982, *Tróia (de Setúbal)*, Almadã, nº 0, Centro de Arqueologia de Almadã, Almadã, pp. 21-24.
- BALTASAR, Luís F., 1983, *Indústrias Romanas de Salga em Portugal*, Almadã, nº 1, Centro de Arqueologia de Almadã, Almadã, pp. 12-14.
- DIOGO, A. M. Dias; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. A., 1987, *Fornos de Ânforas de Alcácer do Sal*, Coimbra, XXVI, Coimbra, pp. 77-111.
- DIOGO, A. M. Dias; FARIA, J. C.; 1990, *Fornos de Cerâmica Romana no Vale do Sado, alguns elementos*, Actas das Jornadas Sobre Ânforas Lusitanas, Coimbra, pp. 173-186.
- TAVARES DA SILVA, C.; COELHO-IVARES, A., 1980-81, *A Praça de Bocage (Setúbal) na Época Romana. Escavações Arqueológicas de 1980*, Setúbal Arqueológica, VI-VII, Setúbal, pp. 249-284.
- TAVARES DA SILVA, C., 1983, *As Primeiras Comunidades Neolíticas*, História de Portugal, direcção de José Hermano Saraiva, pp. 73-82.
- FALLÃO, C., 1992, *O Passado Proto-Histórico e Romano*, História de Portugal, direcção de José Mattoso, Circulo dos Leitores, pp. 72-293.
- FERNANDES, J. C. e CARVALHO, A. R., 1993, *Arqueologia em Palmela*, 1988-92, Roteiro da Exposição, ed. da Câmara Municipal de Palmela, Palmela, pp. 28.
- TORRES, C., 1992, *O Jarb - Al - Andaluz*, História de Portugal, direcção de José Mattoso, Circulo dos Leitores, pp. 361-415.
- MACIAS, L., 1992, *Resenha dos Factos Políticos*, História de Portugal, direcção de José Mattoso, Circulo dos Leitores, pp. 417-437.
- MORENO, E. Marzano, 1991, *La Frontera de Al-Andalus en Época de los Omeyas*, Biblioteca de História, C.S.I.C., Madrid, pp. 430.
- GÓMEZ, A. M., 1992, *Monedas Hispano - Musulmanas*, C.S.I.C., Dispretación de Toledo, Toledo, pp. 550.
- TAVARES DA SILVA, C. e SOARES, J., 1986, *Arqueologia da Arrábida*, Colecção «Parques Naturais» nº 15, Lisboa, pp. 211.

RAU, Virgínia, 1984, *Estudos Sobre a História do Sal Português*, Ed. Presença, Lisboa, pp. 359.

ALARÇÃO, J., 1988, *O Domínio Romano em Portugal*, Publicações Europa-América, Men Martins, pp. 227.

FERNANDES, J. C. e CARVALHO, A. R., 1991, *Trabalhos Arqueológicos no Zambujalinho (Herdade do Zambujal) - Primeiros Resultados*, Actas da Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Seixal (Prelo).

FERNANDES, J. C. e CARVALHO, A. R., 1991, *Elementos para uma Carta Arqueológica do Período Romano no Concelho de Palmela*, Actas da Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Seixal (Prelo).

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, C., 1982, *La España Musulmana*, Espasa - Calpe, 2 Volumes, Madrid.

RAU, Virgínia, *A exploração e o Comércio de Sal em Setúbal* - Lisboa, 1951.

SILVA, João Pereira da, *O Sal* - Ministério da Educação Nacional, Direcção-geral do Ensino Primário, 1966.

CABEÇADAS, H.; SOARES, J.; GUERRA, A. J., *Embarcações Tradicionais do Sado*.

LIMA, C.; VALE, C., *Poliuição no Rio Sado - Impacto na Fauna do Rio* - Instituto Nacional de Investigação das Pescas, Julho 1978.

DIAS, A. A., *Estuários, Salinas, Arquitectura e Ambiente*.

NEVES, R.; RUFINO, R., *As Salinas em Portugal - Sua importância ornitológica*, in *Correio da Natureza*, nº 15, pag. 2 a 7.

Índice

Introdução	Pág. 3
I Parte	
1.1. Enquadramento Geográfico da Freguesia do Sado	5
1.2. Novos dados para o conhecimento do Neolítico do Estuário do Sado	9
1.3. Elementos para a História da Região da Freguesia do Sado desde o Neolítico, até ao séc. XX	21
II Parte	
2. Período Contemporâneo	53
2.1. Enquadramento Histórico desde o início do século	57
2.2. Criação da Freguesia	61
2.3. Habitação e urbanismo	67
2.4. Infra-estruturas	73
2.5. Rede Viária e Ferroviária	75
2.6. Uma visão ecológica da Freguesia do Sado	79
2.7. Saúde	83
2.8. Religião	91
2.9. Ensino	103
2.10. Actividades Culturais	107
2.11. Desporto	115
2.12. Actividades Económicas	123
Bibliografia	

Apoiaram esta Edição:

Junta de Freguesia do Torrão
Câmara Municipal de Alcácer do Sal
Câmara Municipal de Setúbal
Museu do Trabalho
Museu de Setúbal/Convento de Jesus
Governo Civil de Setúbal
INATEL
Reserva Natural do Estuário do Sado
e as Empresas:

EDP Electricidade de Portugal Central Térmica de Setúbal	 SAPEC AGRO, S.A.	 PORTUCEL EMPRESA DE CELULOSE E PAPEL DE PORTUGAL S.A. CENTRO FABRIL SETÚBAL	 papeléis inapa sa
Merloni Electrodomésticos S.A.	 RENAULT		
ETERMAR Empresa de Obras Terrestres e Marítimas, S. A.	 CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS		

Agradecimentos

Dr^a. Isabel Cristina Fernandes, Dr. João Faria, Dr. Luís Barros, Francisco B. Cebola, Francisco Sandoval, Patricia Arsénio, Pe. António Rodrigues Alves e Acácio Deodato.

A Junta de Freguesia do Sado, fica também profundamente grata, pela disponibilidade, e acolhimento, com que as pessoas nos forneceram informações para a realização deste historial.

Citamos:

Anibal Francisco Rodrigues - 71 anos de idade
Custódio José Martins (Dona Maria) - 71 anos de idade
José Ângelo (Figueiras) - 83 anos de idade
José Esteves - 74 anos de idade
José Gonçalves Costa - 63 anos de idade
Maria Luísa Matos Juzarte - 71 anos de idade

A Fechar

A modéstia desta publicação é uma evidência. Explicá-la é uma exigência. Não foi feita por escritores. Sem profundidade científica, apenas com o saber de quem nasceu, viveu e nos contou, duma maneira simples mas entusiástica, as vivências de gentes que de longe vieram, se instalaram e fizeram história.

ANTÓNIO RAFAEL CARVALHO
Técnico de Arqueologia na Câmara Municipal de Palmela

JORGE FERNANDO SANTOS
Jornalista

MARIA CELESTE GRAÇA GATO
Professora do 1º Ciclo

EUSÉBIO MANUEL CANDEIAS
Presidente da Junta de Freguesia do Sado